

# ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO,  
LITERARIO E SOCIAL  
PARA  
PORTUGAL E BRAZIL



ANO II

Nº 24

# ATLANTIDA

DIRECTORES :

NO BRASIL — João do Rio

EM PORTUGAL — João de Barros

SECRETÁRIO : Elísio de Campos — EDITOR : Pedro Bordalo Pinheiro

N.º 24

15 de Outubro de 1917

## SUMÁRIO

<i>Documentos inéditos sobre a genealogia de Gomes Freire d' Andrade . . . . .</i>	Salazar de Souza
<i>Os povos da Península Ibérica entre o ano 700 A. C. e a conquista romana . . . . .</i>	Vergílio Correia
<i>Ramalho Ortigão . . . . .</i>	Jaime de Magalhães Lima
<i>O Fogo de Santelmo . . . . .</i>	Jaime M. Vasconcelos
<i>A tragédia do Inverno . . . . .</i>	Mansueto Bernardi
<i>Os portugueses no Mediterrâneo . . . . .</i>	Eduardo de Noronha
<i>O Vira . . . . .</i>	Augusto Pinto
<i>O Estado casamenteiro . . . . .</i>	Arlindo Camilo Monteiro

### REVISTA DO MÊS

*O mês literário . . . . .* Elísio de Campos

*Desenhos de :* Moraes, Raul Lino, Alberto de Souza e Santos Silva.

## CONDIÇÕES DE ASSINATURA

### PORTUGAL, ILHAS E COLÓNIAS

Um ano (12 números) . . . . .	3\$50
Seis meses . . . . .	1\$80

### PAÍSES DA UNIÃO POSTAL

Um ano (12 números) . . . . .	Frs. 15
-------------------------------	---------

**Número avulso em Portugal \$30**

REDACÇÃO: Rua António Maria Cardoso, 26 } LISBOA  
ADMINISTRAÇÃO: Largo do Conde Barão, 49 }

# ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO.  
LITERARIO E SOCIAL  
PARA  
PORTUGAL E BRAZIL

SOB O ALTO PATROCINIO DE S. EX.<sup>AS</sup>  
OS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES  
DO BRAZIL  
E DOS EXTRANGEIROS E FOMENTO  
DE PORTUGAL



# COMPANHIA DE SEGUROS IRIS

SÊDE  
Rua Arco do Bandeira, 231, 1.º  
(AO RÓCIO)  
Telefone { Direcção 235 Central  
          { Expediente 366 Central  
          Telegramas IRIS  
Codigos RIBEIRO e A. B. C.  
LISBOA



AGENCIA  
Rua Trindade Coelho, 1-C, 2.º  
Telefone N.º 1516  
Telegramas: SEGURIRIS  
Codigo RIBEIRO  
PORTO

Capital: 1:000.000\$00 Escudos (Mil contos de réis)

*Seguros contra riscos de Fogo, Marítimo e Guerra*

CORRESPONDENTES EM TODAS AS TERRAS DO PAIZ

## UROL

CURA: Arthritismo, Rheumatismo, Calculos, Gota, Obesidade, Nevralgias, Dispepsias, Sciatica, Eczema, Arterio-sclerose, Areias. \* \* \* \*

PHARMACIA FORMOSINHO

Praça dos Restauradores, 18-LISBOA

REPRESENTANTE GERAL NO RIO DE JANEIRO

JACINTHO RIBEIRO DOS SANTOS - R. de S. José, 82 e 84

## ATLANTIDA

DIRECTORES:

João do Rio e João de Barros

EDITOR: Pedro Bordalo Pinheiro

REDACÇÃO: Rua António Maria Cardoso, 27

IMPRESA LIBANIO DA SILVA, Travessa do Fala-Só, 24 - LISBOA

## DOCUMENTOS INÉDITOS

SOBRE A

# Genealogia de Gomes Freire d'Andrade

---

Possuindo um manuscrito onde se descreve a origem dos Freires de Andrade e por onde se póde estabelecer a genealogia do general Gomes Freire, esitei em dar público conhecimento dêsse trabalho. Amigos meus, que por êstes estudos, mais predileção têm, aconselharam-me a não deixar no esquecimento tanto material laboriosamente armazenado. Resolvi, pois, publicar parte do manuscrito que possuo — o qual foi coligido por Francisco Salazar d'Eça Jordão entre os anos de 1774 e 1777, como se depreende pela análise de algumas datas. O que eu possuo é sem dúvida uma cópia do original, e não me resta a esse respeito dúvida, pois no final em que há, por assim dizer a autobiografia do autor, o copista pôz «dei baixa em 7 de janeiro de 1768» e emendou por cima «deu baixa...» mostrando que na ocasião da cópia não reparou para o tempo do verbo, que sem dúvida fôra escrito pelo autor, no original.

São muitos os documentos de que se socorreu para estabelecer a história genealógica dêsta família, como se depreende das citações que faz.

O autor dá o sub-titulo ao trabalho que se segue :

TITULO DE FREIRE, VARONIA DA CASA DE JORDÃO,  
POR ONDE SE PRINCIPIA A DESCREVER OS TITULOS QUE PERTENCEM  
A ESTA CASA E FAMILIA, O QUAL TITULO ANDA MISTURADO  
COM O DE ANDRADES

Da qualificavel nobresa que povoou o reino da Galliza é com antiga e moderna autoridade celebráda de uns e outros historiadôres a Família de Andrade em cuja casa se acha haverem usádo

juntamente do apelido Freire, desde Bermudo Peres de Trava Freire d'Andrada pelos annos de 1130. Assim escreve Alonso Lopes Farono na sua genealogia dos Reis e Titulos de Hespanha e d'elles descenderam nobilissimas casas como nota Frei Philippe de La Gandara, e encontram em cada passo os versados n'estas Memorias de que não fizemos especial relação por ser o unico emprego da nossa penna o ramo que d'este tronco passou a Portugal em tempo de Elrei D. Affonso IV pelos annos de 1350, e só faremos uma breve narração da sua origem para o que será preciso referir varias opiniões escolho que criaram os mais antigos.

O Conde D. Pedro de Portugal filho de El-rei D. Diniz no seu nobiliario o primeiro que em Hespanha se viu lhe dá principio em um dos cinco cavalleiros romanos que acompanharam o Conde D. Mendo, e com elle aportaram a Galliza, o qual vivera na cidade de Braga, acrescenta o Marquez de Monte Bello nas notas que escreveu ao mesmo Conde de Barcellos, que conforme a melhor computação dos tempos fora o dito Cavalleiro o primeiro d'esta Familia, que na cidade de Braga tivera casa e solar, e que de um logar que chamam Freyriz duas leguas da mesma cidade, acrescentaram o appellido Freires de Andrades.

O mesmo Marquez no seu Memorial os faz descendentes de Lourenço Soares Freire, irmão de D. Men Soares de Mello de que falla o Conde D. Pedro no titulo 30 § 3.º e se contenta com ser do mesmo parecer Diogo Fernandez de Mendonça no seu livro d'Armas, Frei Bernardo de Brito na sua Monarchia Luzitanea não faz mais que repetir o que d'esta Familia disse o Conde D. Pedro e Frei Antonio Brandão na continuação á mesma obra, que os Freires são descendentes de D. Gomes Mendes no Titulo de Goadões; a mesma opinião do Conde seguiu Argote de Molina fazendo catalogo d'alguns cavalleiros d'este appellido tirando-os de Frei Francisco Bhades de Andrada, na chronica que escreveu da Ordem de S. Thiago.

Alonso Lopes do Aro Sá delegado no logar acima seguido ao mesmo Argote e ao Conde D. Pedro se contenta com deixar-nos a esperanza de escrever esta Familia com mais extensão em outra obra que não chegou ao effeito, de cuja antiguidade e demais descendencia se acha memoria entre as casas Illustres Solariegas do Reino de Galliza de onde verá o leitor á larga esta Illustre Genealogia mas sem embargo de se accomodar n'esta parte com a opinião do Conde diz que sua origem dos antigos Condes de Tras-

tamara e Trava, que descenderam de um dos cinco Cavalleiros ao Reino de Galliza a servir Deus em guerra contra os Mouros em companhia do Conde D. Mendo de Raosona «Cavalleiro Godo» segundo refere ao Conde D. Pedro, mas sem advertir que o Conde D. Pedro deduz a descendencia dos antigos Condes de Trastamara e Trava do mesmo D. Mendo e não do companheiro. Aro pecando n'este erro lhe deu a verdadeira origem como escreveu Frei Filippe de La Gandara affirmando que todos assim o reconheciam. Assentando na opinião commum dos modernos que os Andrades são descendentes dos antigos Condes de Trastamara devemos assentir na Varonia que lhe dá o Conde de Barcellos sem que façamos caso da nova opinião do Abbade de Pêra Dr. João Salgádo de Araujo no summario de Vasconcellos capitulo II que imprimiu em Madrid de 1638 onde deduz a Varonia dos ditos Condes D. Ramom Conde de Montarrozo filho de El-rei D. Fruela, dizendo que seu sexto neto D. Pedro Frojáz de Trava fora casado com D. Urraca Frojáz quarta neta por Varonia do Conde D. Mendo, cuja nova opinião fundáda em umas relações que Frei Ma-laquias de Vargas escreve e se conservam no Mosteiro de Ferreira de Palhares e no do Sobrádo da Ordem de Cistér do Reino da Gallizia, e o que é mais para notar dizer o mesmo Reitor em o dito summario que os Machados deram a sua Varonia aos Andradas, quando achamos este appellido pelo anno 1130 como já dissemos e muito depois não encontramos com o de Machado, pois o primeiro em que falla o Conde é Pedro Martins Machado casádo com a irmã de D. João Affonso Mestre de Christo que posto os faça no Titulo 53, descendentes de D. Maria de Moniz irmã de D. Martins por um seu filho, o nome e appellido ficou em tal segredo como o do mesmo pae de quem, diz o Conde, que nunca se poudesaber em muitos seculos adiante o quiz descobrir o Marquez de Monte Bello, e o licenciado Gaspar Alunares Louzada chamando-lhe Martins Flores Machado primeiro d'este appellido o qual, dizem, fora filho de El-rei D. Sancho de Portugal, mas sem lhe querermos impugnar esta honra a uma Familia que merece, seguimos com os mais noticiosos Martim Peres pae do dito Pedro Martins e Amado de alcunha Martim Machado em tempos de El-rei D. Afonso II por allusão aos Machados que trazia por armas em memoria dos com que, seu pae D. Pedro Mendes de Gandares e seu Avô D. Mendo Moniz romperam as portas de Santarem.

D. José de Pelecera Ossão e Tovar, Cronista Mór de Hespanha no informe de Sarmentos une em o Conde D. Pedro trez casas distintas dando-lhe outra varonia do que a que seguem todos os modernos com o Conde D. Pedro, motivo porque nos deixou advertido, e nunca assás louvada Pena de D. Luiz de Salazar e Castro Chronista Mór de Hespanha na sua Historia da Casa de Lara, o seguinte: de que se saca que devem ser mui cuidadosamente reparadas as antigas successões que Pelicer estampan em forma dos Sarmentos, porque as mais não tem outro fundamento, que o proprio capricho d'aquelle escritor.

Assentando finalmente em que os Andradas, deduzem a sua origem dos antigos Condes de Trastamara, e que estes descendem por varonia do Conde D. Mendo; resta-nos inquirir quem fosse este Cavaleiro. O Conde de Barcellos como as Historias antigas de Hespanha, o fazem natural de Italia, que embarcando em uma poderosa armáda, fora estrago de uma tormenta no Cabo de Priolo, Costa de Galliza, aonde apenas salvou a sua pessoa com a de cinco Cavaleiros, para serem testemunhas de sua desgraça pelos annos de 770 em que reinava em Leão D. Affonso I, segundo a computação dos tempos, e viveu até aos de seu neto D. Affonso o Casto, que pelo merecimento de sua pessoa e serviços o fez Conde e Senhor de Trastamara.

Entende Fr. Philippe La Gandara que o Conde D. Mendo fora sobrinho ou parente muito chegado de Astolfo, em que acabou o Reino dos Astro-Godos em Italia, legitimo descendente de Theodorico, que havia deixado o Reino de Hespanha a seu neto Amalariço, e que este poderia ser-lhe o direito com que o dito Conde se transportára a Hespanha. Outros seguem que D. Mendo fora o Infante Edmundo, irmão de Desiderio, ultimo Rei dos Longosbardos em Italia, e que pela victoria, que alcançara Carlos Magno Rei de França contra o dito Desiderio, seu Sogro no anno de 774 recolhera este Principe os fragmentos da Batalha, e que com elles se passára a Hespanha, e porque nos parece mais ajustado com a razão esta noticia, deduziremos ao depois por titulo da sua ascendencia.

Sirvanos de remate á antiguidade d'esta Familia o que d'ella diz o Mestre Frei Jeronymo de Castro e Castilho, na adicção que fez á Historia dos Reis Godos por seu pae Julião de Castilho: O Conde de Andrada é d'esta maneira appellido que está incluzo em a casa do Conde de Lemos, este Nobre antigo appellido que

se perde de vista, da qual tem descendido Cavalleiros de muito valor em as letras e as armas.

SOLAR, ARMAS E ORIGEM DOS APPELIDOS DOS FREIRES D'ANDRADA

É o Solar da Familia aquella habitação que se conhece mais antiga dos primeiros progenitores d'ella, assim disse D. Luiz de Salazar e Castro, n'estas palavras, chama-se Solar em Hespanha, aquella Fortaleza habitação ou dominio que possui os mais antigos progenitores de uma Familia, que todos sollicitam, e precisam muito conhecer e conservar seu primeiro plantel, ou Solar, e posto que a Familia de Andradas se lhe demenise do antigo Condado de Trastamara a sua varonia conserva por Solar do seu nome o Castello de Andrada em Galliza, assim o seguem todos e o afirma Alonso Lopes de Haro. O Solar antigo d'estes Cavalleiros d'esta linhagem de Andrada é o Castello d'este appellido no Reino de Galliza, ainda que o Conde D. Pedro lhe ponha o Solar na Cidade de Braga como já dissemos. Esta é a razão porque usarão d'este appellido posto que Monte Bello, como já vimos, diga, que de Freiriz, tomarão o appellido de Freires, mesmo estamos seguros que de tempos mui antigos usarão d'ambos os appellidos, sendo o primeiro que os tomou Bermudo Peres de Trava, Senhor das Villas do Mosteiro de Sobrado da Ordem de Cistér, em cuja casa nos afirmão as Historias antigas de que este Cavalleiro tomára o Habito de que sem duvida se lhes denominou o nome de Freire, derivado de Frade ou Freile que se continuou em seus descendentes como de Freile, e que assim o descreve Garcia, e ao depois se corrompeu em Freire, como ainda hoje chamamos aos das Ordens Militares; á razão mais forçosa para o entendermos assim, e não pelo que aponta o Marquez de Monte Bello, havemos continuado sempre este appellido de Freire sem precedencia da proposição = de = com a qual se distingue os que se tomão de Solares, e não de patrimônios ou d'alcunhas, como nos adverte o mesmo Salazar de Castro que se distingue entre si todos os appellidos em uma notavel claridade de poucos polos que appareçerão, não usando da proposição = de =; ainda se lhe nomeia D. Gaspar Henrique.

Os que tiveram principio em Senhoriais Conquistas ou naturas, se servem sempre d'aquella proposição, como no Brandoza, D. João de Torres e D. Luiz de Cordova, assim os damos, os que

se eregiam por façanhas se serviam da proposição = de = etc., em observação d'esta regra denominando-se este appellido de Freiriz, precisamente se chamarião = de Freires = contra o uso common que sempre vimos observar.

Gonçalo Argote de Molina por armas d'esta familia em campo verde banda de ouro com duas cabeças de serpente do mesmo, por remate orla de prata com a letra = Ave Maria gratia plena = seguida a gracia Dei = Rei de Armas que diz assim :

Vi los valientes Templarios  
 Batalhar em claro dia  
 Yá los Freires sus contrarios  
 De susbiancas coronados  
 Trazer el Ave Maria  
 Sulenã verde sarrada  
 Aquien suvanda e dorada.  
 El Rey con tres villas dio  
 Quien la victoria ganou.  
 D. Fernando Peres de Andrada.

Escreve Miguel Leitão d'Andrade, que no tempo em que pagava em Hespanha aos Mouros o vergonhoso tributo das cem donzellas, querendo elles cobral-o de Galliza armados se juntaram os Cavalleiros Templarios para o defenderem, e que vindo juntar-se-lhe os Andradas, elles lhe desprezaram a offerta e dando só a Batalha aos Mouros ficaram d'elles vencidos perdendo juntamente o Estandarte onde iam escriptas as palavras = Ave Maria = e que vencendo depois os Andradas aos Mouros em segunda Batalha restaurarão aquelle Estandarte pelo que ajuntarão ás suas armas por orla as mesmas letras, ficando os outros como nos dá a entender = Gratia Dei = e n'esta forma as trazem em Castello com dezoito Bandeiras ao redor do escudo, que ganharam na insigne Batalha da Xirinola, como escreve Gandra.

Fr. António Brandão, diz que os Freires tem por Armas em campo verde a banda vermelha acutilado de ouro, e por timbre dois pescoços de serpente retorcidos armados de vermelho batalhantes e postos em fugida; nesta forma se veem no livro do armário da Tôrre do Tombo memoriadas com as mais por El-rei D. Manuel.

O nosso João Roiz de Sá em as coplas que escreveu da No-

breza dêste Reino, não se esqueceu das Armas desta Família de de que diz o seguinte :

Freire de Andrade compreende  
A banda que através fende  
Sôbre esperal da luzente  
Com cabeças de serpente  
De Galizia descendente  
Em que lá tinha lugar  
Para se mais nomear  
Em os Reynos de Castela  
Os que cá tem Bobedela  
Vão, serão para calar.

O Doutor António de Vilas Boas e Sampaio, lhes assinala as mesmas Armas na sua Nobliarquia Portuguesa acrescentando que alguns põem por orla em campo de prata — Ave Maria — de letras negras em memória do feito, que o braço de certos Cavaleiros desta Família tomando aos Mouros um Estandarte que ganharam aos Templários no qual ia — Ave Maria.

Ignoramos o tempo em que tiveram lugar essas Armas, se bem que em algumas Memórias achamos que D. Pedro Fernando de Trava, Conde de Trastamarra, em razão de haver povoado o Castelo de Trava compoz o escudo de suas armas com cinco traços postos em faxa as quais parece conservarão seus descendentes até aos tempos de El-rei D. Henrique II de Castela seria o que lhes deu nova forma a D. Peres de Andrade, seu válido; e ainda em Portugal achamos a razão de que estes Cavaleiros são os que tem o arremate do retábulo da capela de Nossa Senhora da Conceição o que chamão dos Freires na Igreja e convento de S. Francisco de Beja que fundou para jazigo seu, e de seus descendentes Gomes Freire de Andrade, o Senhor de Bobedela em 1386 em cujo escudo se vê uma trave de cinco ramos posta na bôca de duas serpentes com a letra — Ave Maria Gratia plena dominus tecum — e em a parte esquerda do escudo um Castelo de três portas, e sôbre êle um manteler com duas cabêças de serpentes batalhantes.

#### ASCENDENCIA DO CONDE D. MENDO DE RANZONA

Assentado, como já vimos, que fora o Conde D. Mende de Ranzona o tronco de que se deduz a Família de Andrade, deixaremos escrito neste lugar a memória dos seus grandes Avós, seguindo

a opinião dos que o fazem Irmão de D. Dizidério último Rei dos Longobardos em Itália; e sendo assim proseguiremos a sua descendência conformando-nos com o que escreveu D. Luís Salazar na sua Casa Fameze fazendo ao dito D. Dezidério, tronco da varonia dos Condes de Borgonha, os quais a deram ao Rei de Hespanha no conde D. Ramon, marido da Rainha D. Urraca, e também segundo a melhor opinião ao Rei de Portugal no Conde D. Henrique como eruditamente provou o Cronista na dita obra.

Foi o Conde D. Mendo o mesmo que as História de Itália chamam Edmundo Irmão de Flávio Dezidério, Duque de Toscana eleito Rei de Itália em 750, que morreu despojado da Corôa por Carlos Magno, Rei de França, seu genro, ano 774.

Foram filhos de Flávio Histafla, Duque de Triul, Rei de Itália em 750, depois de seu irmão Flávio Raches, que sendo eleito Rei de Itália em 739 se meteu Monge de S. Bento, como escreve Paulo Diacono faleceu andando à caça em 756. Esta filiação afirma Carron e Latio, o qual depois de referir o que Histafla fez contra o património de S. Pedro diz: *Disiderius Secut Patris Consilia*, etc. Neto de Pemo, Duque de Friul, casado com Rhatberga, Irmão de Flávio Ruitplardo Rei de Itália em 712 que faleceu sem filho varão no ano de 743 e lhe succedeu seu sobrinho Rachys como temos dito e o afirma o mesmo Latio. Bisneto de Ausprando Rei de Itália, que faleceu no ano de 712 casando com Theodorata, como escreveu Paulo Diacono.

Terceiro neto de Flávio Bestarido, que foi Rei da Itália juntamente com seu irmão Gudeberto a quem matou seu cunhado Grimaldo, Duque de Benavento, e por morte dêste no ano de 672 tornou a ser o mesmo Bestarido a quem Gudrino fez progenitor da casa de Fameze e faleceu em 689 casado com Rodelinha.

Quarto neto de Flávio Anberto Rei de Itália no ano de 656 em sucessão a seu sobrinho Flávio Romoal do que foi morto por seus subditos e era filho de Gudeberga prima com irmão de Anberto.

Quinto neto de Goudovalrido Duque de Aste e de Trento a quem o mesmo Paulo Diacono chama — *Vis bonus alfide catholicus* — Faleceu em 615 como o escreve o mesmo autor.

Sexto neto de Garlaldo ou Gundovalho Rei ou Duque de Baviera, que morreu despojado no ano de 592 por Childeberto Rei de Anstrelia.

Sétimo neto de Theodoberto 2.<sup>o</sup> Duque de Baviera a quem outros chamam Theobaldo; o qual morreu em 584 e foi Irmão de

Facilon Duque de Baviera de quem Arimacio deduz a casa eleitoral de Bramdemborg.

Oitavo neto de Theodo 3.<sup>o</sup> Duque de Baviera o primeiro que recebeu o Baptismo e faleceu em 565 havendo casado com Begintrude filha de Reodoberto Rei de Austrélia.

Nono neto de Theodo 2.<sup>o</sup> Duque de Baviera, chamado o Magno o que negou tributo aos Romanos e faleceu em 537.

Décimo neto de Theodoro 1.<sup>o</sup> Duque de Baviera que faleceu em 512 o qual era filho de Adelgerio Rei de Baviera, eleito no ano de 456 como escreveu Heninges.

\*  
\*  
\*

I-1. Transportado em Espanha o Conde D. Mendo, a quem Argote de Molina chama Ranson, foi Condado no Reino da Galiza com o Condado de Trastamarra; diz o Conde D. Pedro que êle cazara com D. Joana Romais, filha do Conde D. Ramon, irmão ilegítimo de El-Rei D. Afonso o católico de Leão, a qual foi Irmã de D. Rodrigo de Ramon, Conde de Monterrozo e Pai de D. Aldoça Rodrigues, mulher do Conde D. Viermug Forjaz, como veremos no II n.<sup>o</sup> 3.

Foi o Conde D. Ramon filho de D. Fruela primeiro 4.<sup>o</sup> Rei de Leão, Neto de D. Afonso o Católico, que sucedendo no Sceptro por sua mulher a Rainha D. Hermengida, filha de El-Rei D. Pelayo, o 1.<sup>o</sup>, eleito Rei em 718 depois da fatal ruína de Espanha, pela morte de Rodored, último Rei Godo, seu tio, de cuja linha Real era o dito D. Pelayo filho de Favila Duque de Cantabria e de sua mulher e sobrinha a Castíssima Matrona Luz, irmã do sobredito sobrinho D. Rodrigo e Neto de Chinda Suido XX Rei Godo.

Foi D. Afonso o Católico, filho de D. Pedro duque de Cantabria, e neto de Ricaredo, segundo neto de Pedro e terceiro de El-Rey Limba 2.<sup>o</sup>, que foi filho do segundo Matrimonio do famoso Rey Flavio Ricaredo. Por todas estas linhas foi esta Senhora descendente de tão altos progenitores, cujo sague recahiu n'esta familia, e posto que não fosse por varonia, como quer o Abade Pera, a do Conde D. Mendo seu Esposo, era igualmente real, como deixamos mostrado.

Nasceram deste Matrimonio :

II-2. D. Fruela ou D. Forjaz Mendes, assim chamado em memoria de seu Visavô El-Rey D. Fruela.

Foi Conde de Trastamarra em Galiza, por sucessão a seu pae, e ahi tem grandes herdamentos com que se fez hum dos mais poderosos Senhores do seu tempo.

Casou com D. Grixia ou Grixifera, Genera Alvares, filha de D. Alvaro, Conde das Asturias neto de El Rey D. Ordonho de Leão, como escreve D. Alvaro Ferreira de Vera.

II-3. D. Vermug Forjaz, ou Bernardo Forjaz, que é o mesmo que teve Lavanha e Forjaz, apelido patrimonio que ficou a seus descendentes e chamando-se Foelas, Frojas, Frolas, Flores e Floran que tudo afirma ser o mesmo, Alvaro Ferreira de Vera. Foi tambem conde de Trastamarra, muito poderoso e grande capitão contra os Mouros. Casou com D. Aldoça Rodrigues, sua tia. (I n.º 1), filha do conde de Monterroço D. Rodrigo Romais ou Rameiro Ramon irmão de sua Avó D. Joana, e de sua mulher D. Emilia, a qual Emilia era irmã de Egberta Rainha de Inglaterra como escreve o Conde D. Pedro e Salazar de Castro; e teve:

III-4. O conde D. Fruela ou D. Forjaz Bermudes, que succedeu no Condado e Senhorio de Trastamarra, foi homem de grandes feitos, como diz o Conde D. Pedro, de cujas acções se leriam grandes escritos se os obrasse entre Romanos, mas como na Hespanha madrugarão menos as letras, ficarão sepultados no esquecimento seus heroicos brios. Muitos seculos depois, descobriu Fr. Bernardo de Brito algumas memorias suas, entre as quaes tirou huma de certa escritura da éra de 1006, a qual conclui com a data, nas seguintes palavras «inquia (fala da era) amaljuvenis comes Froila mius replavit censul domus Gonçalvo de Malfario per quinque comites et vincit in Salus <sup>1</sup>». Conta o mesmo Author que parece se originou este caso de huma discordia que houve entre os Condes que governavão as terras de Entre o Douro e Minho e da Galiza, contra el-rei D. Sancho, o gordo, de cujas alterações fora cabeça um conde D. Gonçalo e que esta depois reconciliada com el-Rey, lhe dera em uma maçã o veneno de que morreu, e fazendo-se-lhe d'este delito cargo a todos generoso espirito d'aquelles Cavalleiros, procuravão justificar-se da aleivosia cometendo o desempenho de seu credito ao successo de hum dezafio que tomou sobre si o valerozo D. Forjaz ou D. Fruelos Bermudes, vencendo ao dito conde na éra de 1006, em a Villa de Salus, poucas leguas distante da cidade do Porto.

<sup>1</sup> Deixamos ficar a phrase latina (sic) tale qual o manuscripto.

Foi este D. Fruela tão valente capitão, que opondo-se á furia com que Almançor, Rey de Cordova, fez nas povoações Catholicas lamentaveis ruinas que lemos nas Historias, alcançou delle varias Vitorias pela éra de 1035, e lembrado no auxilio que nellas lhe deu o Apostolo San Thiago lhe dedicou em lembrança do successo um templo junto a Chaves, como consta de varias memorias que refere o mesmo chronista F. Bernardo de Brito, e com especialidade se lê em um pergaminho antigo de letras lombardas, que está no Mosteiro de Arouca, onde se faz memoria das Igrejas da sua apresentação, n'estas palavras «in Lhave Sancti Jacobi Apostuli quae fecit Froila Vermuz quando Vicit Almançor. Escreve o Conde D. Pedro que querendo o Conde D. Fruela ajudado de Conde D. Rodrigo Romais ganhar o Reino a D. Afonso V Rey de Leão, o vencera no Couto de Maffra entre Villa Cua e Betanços, posto que Fr. Bernardo de Brito nos segura, que as dezavenças d'este Conde não forão com el-rey, mas sim com seus tutores, na sua menoridade; deixando a mesma guerra se achava o mesmo Rey sobre Oviedo, com cuja Cidade se lhe tinha rebellado um vassalo, e buscando-a o mesmo Conde a segunda vez, confiou tanto el-Rey do generozo animo de D. Forjaz, que, sem lhe fazer opposição continuou a mesma empreza, e soube desempenhar D. Fruela a grande confiansa desta vez, porque avançando com a sua gente a Praça a entregou rendida ao dito Principe, o qual achando o cego da batalha lhe agradeceu com honras e merces esta fineza, não sendo menos sentimento com que em repetidas lagrimas rompeu, que trocara a gloria de vencedor, pela vida de hum tal vassalo; Salazar de Castro com Alvaro Ferreira de Vera, seguem que elle morreu n'esta peleija. Casou este Conde D. Fruela, com D. Sancha Rodrigues, sua prima, filha de D. Diogo Rodrigues, Conde das Asturias, como escreveu o Conde D. Pedro, o mesmo Alvaro Ferreira e a Chronica dos Ponces. D'este casamento nasceram.

IV-5. D. Bernardo Forjaz, que morreu com seus irmãos na Batalha de Santarem, onde foi prezo o rei D. Garcia.

IV-6. D. Rodrigo de Trastamarra illustre tronco da casa de Ferreira.

IV-7. D. Pedro Forjaz que segue.

IV-8. D. Grixifera que fundou o mosteiro de S. Martinho da Junqueira, onde foi sepultada.

IV-9. D. Moninha Forjaz, que fundou o mosteiro de S. Pedro

de Pedrozo, da ordem de S. Bento, onde jaz sepultada, depois de ser mulher de Vella Osorio, filho do Santo Conde D. Osorio e de sua mulher D. Urraca.

Teve os dois filhos que seguem:

V-10. O conde D. Rodrigo Vellozo ou D. Velozario. Senhor de Cabreira, que casou com a Sr.<sup>a</sup> Infanta D. Alambet filha de Filipe 1.<sup>o</sup> Rei de França e da Rainha Berta e teve d'esse casamento.

VI-11. D. Moninha Rodrigues mulher de Fruelos de Araujo.

IV-7. O conde D. Pedro Forjaz filho 3.<sup>o</sup> do Conde D. Fruela Bermudes, diz o Conde D. Pedro que fora bom fidalgo e Creado ou Aio de el Rey D. Garcia de Portugal, com o qual se achou elle e seus irmãos e duas filhas na batalha de agoa de maios de Santarem, onde a variedade dos sucessos mostrou a inconstancia da fortuna, e ficarão mortos no campo estes cavalleiros em 1070, e preso o mesmo Rey D. Garcia por seu irmão D. Sancho o Bravo, Rey de Leão. Casou com a Condessa Ausembias ou Dezambias irmã do Conde D. Garcia, filhos de D. Fernão Gonçalves, 2.<sup>o</sup> senhor de Aça e descendentes do grande Fernão Gonçalves 2.<sup>o</sup> conde de Castella como escreve Salazar de Castro na Historia da Casa de Lara.

Teve descendencia.

VII-13. D. Garcia Peres que morreu com seu pae, solteiro, na batalha de Santarem.

VII-12. D. Fernão Peres, chamou-se tambem conde de Trastamarra, foi o filho 1.<sup>o</sup> do conde D. Pedro e faleceu tambem com seu pae e irmão na batalha de Santarem, em 1070. Casou com D. Briolana, cujo nome só nos repete o Conde de D. Pedro, e se prova de uma doação que ambos fizeram ao convento de S. Bento em Galiza, contra a opinião de D. Alves Peliar que lhe chama D. Elena Faro reprovado por Salazar de Castro nas advertencias; e teve.

VIII-14. D. Pedro Fernando de Trava que segue.

VIII-15. D. Rodrigo Fernandes, segundo D. Belchior, do qual deriva a casa de Olhôa.

VIII-14. D. Pedro Fernandes de Trava, filho do Conde Fernão Peres (VII-12), como afirma o Conde D. Pedro e todos que escreverão da Caza de Trava, como refere o chronista Mór de

Hespanha Luiz de Salazar de Castro, contra Belchior. Foi conde de Trastamarra e Trava, cujo titulo e apelidos tomou, por haver povoado o dito Castelo de Trava, e se acha assinado em muitas doações, e em especial no anno de 1016 no que a rainha D. Urraca fez ao Mosteiro de S. João de Payo. A este conde se entregou a educação do Infante D. Afonso, que depois foi pai e Imperador da Hespanha, o 7.º do nome, e filho da dita rainha D. Urraca e de seu esposo D. Ramon de Borgonha como escreveu Sandoval, na cronica do dito rei e o Arcebispo de Toledo D. Rodrigo, nestas palavras «*lisdem diebus Aldefonsum parvum filium Raymundo comitis et Hurraca, comes Petrus de Trava in Galicia instruebat*». O conde D. Pedro diz que elle cazou com D. Elvira e Pelicer segue que casara duas vezes, a primeira com D. Urraca Forjaz, Condessa de Arango senhora proprietaria tambem de Trava, erro de que está convencido por muitos escriptores, e consta que sua mulher fora D. Elvira, como se prova de uma escriptura existente no Mosteiro de S. Payo de S. Thiago, a primeira que produz D. Antonio Soares de Alarcão na prova ou appendice ás suas relações, a quem segue Gandra. Foi esta Senhora filha de Armengol, 4.º do nome, Conde de Urgel e senhor de Valhadolid e chamado de Malhorca, e de sua mulher D. Maria Ansuers filha do Conde D. Pedro de Ansuers, Senhor de Valhadolid de Cabrera, e Ribera Conde de Carrion e de Monçon, e um dos maiores Senhores que teve Castella em tempo de El-Rey D. Afonso 6.º, casado com D. Ella, filha do Conde D. Fruela Bermudes.

Do casamento de D. Pedro com D. Elvira nasceram:

IX-16. D. Aldonsa Rodrigues, mulher de D. Lopo, Senhor de Biscaia.

IX-17. O Conde D. Bermudo ou Bernardo Peres de Trava, que segue.

IX-18. O Conde Fernão Peres de Trastamarra, senhor de Coimbra, Galiza e Portugal, o mais poderoso senhor daqueles tempos do que nos dão largas noticias as histórias. Casou de segundo matrimónio com a Rainha D. Tereza, viuva do Conde D. Henrique e mãe do 1.º rei de Portugal, D. Afonso Henriques, cuja sucessão escreveu D. Luiz Salazar na história da Casa.

IX-19. D. Elvira Peres Forjaz, mulher de D. Henrique Viegas de Souza.

IX-17. O Conde D. Bermudo Peres de Trastamarra, e Trava, filho 1.º do Conde D. Pedro (VIII-14), como escreveu o Conde de Barcellos posto que outros o façam filho segundo, e chamou-se Patestão, parece que ao uso dos Romanos, como Pretor ou primeiro Ministro da Justiça, que em Portugal corresponde à ocupação de Regedor, como adverte Alonso Lopes. D. Alvaro de Vera nos diz que elle fora o primeiro que se apelidou de Freire de Andrade com estas palavras «Fueron Eijos de Bermudo Peres de Trava Freire de Andrade primeiro deste apelido sonor dellas Villas de Monasterio do Sobrado de La ordem de Cister etc.

Foi o Conde D. Bernardo pessoa de grande poder em Portugal, como se vê nos movimentos de guerra que escrevem as historias. Houve entre elle e seu cunhado D. Afonso Henriques 1.º rei de Portugal, pelos annos de 1131, e chamou-se descendente de Trava, posto que o Conde D. Pedro lhe não dá este titulo, mas adverte que assim se chamavam de senhores de terras, sem a forma de nomeação Real que ao depois tiverão, a qual segundo Manuel Faria de Sousa não excede aos annos de 1300, sendo o primeiro que houve n'este Reino, D. João Affonso Telo Senhor de Albuquerque e Conde de Barcellos por el-rei D. Diniz. em 1320, e o 2.º do mesmo titulo o Conde D. Pedro autor do Nobliario tantas vezes alegado n'esta nossa historia.

Dezenganado este cavalleiro das esperanças do mundo vestiu o habito de Cister no convento do Sobrado, de que forão senhores, e está ahi sepultado.

Casou o Conde D. Bermudo com a infanta D. Urraca filha do Conde D. Henrique de Borgonha e da Rainha D. Thereza, sua cunhada, pelo 2.º casamento com Fernão Peres de Trastamarra e Trava (IX-18).

Teve varios filhos que lhe nomeião varios escritores; segue esta descendência o chronista D. Luiz de Salazar por arvore que nos remeteu de sua letra justificada com documentos (como diz testualmente o nosso manuscrito), e segue que fôra seu filho.

X-20. D. Pedro Bermudes, que teve o senhorio do castello de Andrada na Galiza, e se acha nomeado com esta filiação em escriptura do anno de 1219, e por outra consta que vivia ainda no de 1231. Ignoramos o seu casamento, mas foram seus filhos.

XI-21. D. Fernão Peres de Andrade que segue.

XI-22. Lopes Peres de Andrada, nomeado em escripturas dos annos de 1231 e 1242.

XI-21. D. Fernão Peres de Andrade, filho de D. Pedro (IX-20) succedeu a seu pai no Senhorio do Castello de Andrade e ha memorias suas nos annos de 1242, 1245 e 1270; do seu casamento não nos consta senão o nome de sua mulher D. Mecia Solanes, e teve

XII-23. D. Pedro Fernandes de Andrade que foi tambem senhor do Castello de Andrade, e ha memoria sua por escriptura do anno de 1270. Ignoramos o nome e qualidade de sua esposa, mas foi seu filho.

XIII-24 Fernão Peres de Andrade, segundo do nome, succedeu na casa e Senhorio do mesmo Castello de seu pae (XII-23) achou-se com o titulo de Guarda Mór de el-rei no anno de 1291 por testemunhas nas Arras que D. Estevão Fernandes de Castro assignou a D. Violante de Castella sua nóra e de seu filho:

XIV-25. Nuno Freire de Andrade, filho de Fernão Peres de Andrade (XIII-24); succedeu a seu pae no Senhorio do Castello de Andrade, e foi armado cavalleiro da Banda no anno de 1330, por D. Pedro Fernandes de Castro, na Coroação de D. Affonso 2.º, como se vê da chronica do mesmo rei. Cazou e foram seus filhos

XV-26. Ruy Freire de Andrade que segue.

XV-27. João Freire de Andrade Senhor de Moiel e Santa Cruz, do qual foram descendentes os Condes de Andrades Senhores de Vilhalvo etc.

XV-26. Ruy Freire de Andrade, filho de Nuno F. de Andrade (XIV-25), alguns o fazem seu irmão, succedeu na casa de seu pae e Senhorio d'este Castello, foi armado cavalleiro da Banda na mesma occasião que seu pae, como se vê da mesma chronica casou com D. Ignez Gonçalves de Souto Mayor e tiverão

XVI-28. Fernão Peres de Andrade 3.º do nome a quem chamaram — el bueno — foi o rico homem e senhor de Plocorpio de Santa Maria de Cazemol em 1356, por mercê de el-Rey D. Affonso 2.º sendo ainda conde, e depois sendo rei lhe deu Villalva Puentes de Hume e Ferol, em cuja mercê se acha confrontado com esta filiação. Faleceu sem filhos varões.

XVI-29. Nuno F. de Andrade, que segue

XVI-30. Vasco F. de Andrade que segue

XVI-29. Nuno Freire de Andrade, filho segundo de Ruy F. de Andrade (XV-26), nasceu em Galiza, como nos segura Miguel

Leitão de Andrade, dando-nos por causa de sua transmigração a este Reino o haver morto um Corregedor em uma Praça Publica, em tempo em que governava Portugal el rei D. Afonso IV, e reconhecendo seu filho el rei D. Pedro I, a sua qualidade e merecimentos o occupou no seu serviço, e estando vago o Mestrado da Ordem de Christo, por renuncia do mestre D. Rodrigo Annes, o que conduziu a Infanta D. Leonor a Aragão para se receber com D. Pedro IV do mesmo Reino em 1347, como escreve Brandão; o fez eleger ao dito Nuno F. isto no primeiro anno do seu reinado que foi em 1357, no dia 10 de Novembro, sendo elle tão bem visto, que por seu respeito, fez á ordem muitas mercês, e conhecendo a sua grande capacidade lhe entregou a educação de seu filho D. João, que depois foi el-rei 1.º do nome, que havia nascido em Lisboa a 14 de Abril do mesmo anno de 1357, cuja Mãe D. Thereza de Andrade, tinha com o Mestre chegado parentesco, como assegura Fr. Filipe de La Gandra nos triunfos da Galiza; e porque vagou em sem tempo o Mestrado de Aviz, estando o dito rei D. Pedro em Santarem lho pediu para o mesmo Infante que prefazia então a idade de 7 annos, sendo esta a primeira occasião em que o viu el rei seu pae, onde o armou logo cavalleiro, tomando logo o Habito de Aviz no convento de Aviz, em 1364, e nomeado mestre, 14 em numero daquella ordem Militar. E succedendo no Reino a el rei D. Pedro seu filho D. Fernando por condição inquieto e ambicioso de honra, acceitou a oferta que lhe fizerão alguns fidalgos de Castella, que se apartarão do serviço de el rei D. Henrique. 2.º pela morte do seu irmão el rei D. Pedro o Cruel, sem embargo de se opor a esta resolução o Mestre D. Nuno Freire antevendo-lhe as desgraças que trazia consigo semelhante oferta, mas porque não parecesse o conselho receio do perigo, se entregou todo no serviço daquella guerra, na qual foi tomada em Galliza a Corunha em 1368, que por ser Praça de tanta suposição lhe encarregou a defeza em cujo Presidio o deixou com 400 cavallos fazendo-o juntamente seu chanceller Mór, como escreve Fr. Francisco Brandão. O mesmo rei lhe fez prepetua doação no anno de 1373, para elle e para a dita ordem da juridição Civil e crime, com mero e muito Imperio sobre todos. Entre todas as obras que fez este Cavalleiro durante o seu mestrado, foi a troca de Castro Marim por Castello de Vide, cuja escritura se celebrou em Leiria a 6 de Novembro de 1372, mas não teve efeito este contrato, de que igno-

ramos a causa. Fez no mesmo anno, o primeiro Capitulo Geral no convento Romar, cuja casa, diz o autor do livro da dita Ordem, transmutara de Castro Marim no anno de 1356, o que é incompativel por ser antes do seu governo, e assim Fr. Francisco Brandão põe a dita mudança em tempo do 4.º Mestre D. Estevão Gonçalves Leitão. Fez tambem os Paços que tem a dita ordem na Villa de Ferreira a 2 leguas distante de Tomar, em cujo anno mandou pôr uma pedra com a descrição seguinte:

«Estes Paços fez o Mestre da Ordem de Christo D. Nuno Ruy Freire de Andrada filho de Ruy Freire de Andrada, e de Ignez Glz Souto Maior, forão começados em 5 dias de Julho de 1400 annos quando herão do seu Mestrado 4 ans 7 mezes e 26 dias mais reinando em Portugal o mui nobre Rey D. Pedro 1.º sendo do seu reinado 5 annos e 19 dias. Estas letras pintou Gonçallo Tenreiro Mordomo Mór e Chanceler Mór do dito Senhor Mestre.»

Depois de governar 15 annos e alguns mezes a Ordem, com tanta Authoridade, como disposição, falleceu no anno de 1372 ou 1373 e foi sepultado na igreja de St<sup>a</sup>. Maria dos Olívaes, matriz da mesma Villa Romar, e posto que em competente tumulto padeceu este, com muitos outros Mestres, a mesma ruina a que condenou a ineptia dos officiaes que por ordem de el rei D. João 3.º desfizerão as obras velhas da dita Igreja, para fabricarem de tão excellentes ruinas outras obras que inculcam menos o magestoso de tão recomendavel antiguidade, e perdoando sómente ao Mausoleu de D. Gil Martins, 1.º Mestre da Ordem, por estar em Capella Mór no alto da parede da porta do Evangelho, confundirão os mais corpos deixando os sepultados sem distincção.

Teve amores com Clara Martins, mulher solteira cujo nome se diz na legitimidade de seu filho Rui Nunes Freire (XVII-31), que pelo tempo que foi legitimado na éra de 1399 annos de Christo 1361, devemos entender que foi antes de ser Mestre, pois avia quatro annos que fôra eleito. Mas como quer que fosse, foram seus filhos, como se vê no Registo de el-rei D. Pedro I.

XVII-31. Ruy Freire de Andrade, que foi legitimado por el rei D. Pedro I em 12 de Setembro 1399, annos de Christo 1361, serviu o rei D. Fernando de Almirante de uma armada, foi Comendador de Palmella e Arruda na Ordem de Santhiago. Casou com D. Aldonsa de Novaes, filha de Pedro da Silva Novaes, ou como dizem outras memorias com D. Maria Fernandes de Meira,

filha de Francisco de Meira e de sua mulher D. Leonor Martins; que segue

XVII-31. Gomes Freire de Andrade, que segue

XVII-33. D. Thereza Andrade, que segue

XVII-34. Nuno Freire de Andrade, que Fr. Bernardo de Brito lhe dá a mais por filho e de Maria de Chisto, José Freire Monteiro Mascaranhas na Arvore de Bartolomeu de Faria, Morgado de Torrados, diz que este Nuno Freire de Andrade fôra sobrinho, e não filho, do dito Mestre. Que segue

XVII-31. Rui Freire de Andrade, de Aldonsa de Novaes ou de Maria Fernandes de Meira, ou de uma ou de outra teve filhos:

XVIII-35. Thereza de Novaes de Andrade, que casou duas vezes. A primeira com Estevam Soares de Mello, de que foi 6.º Senhor de quem é oitavo Néto Luiz de Mello — 17.º Senhor de Mello e 10.º Néto de D. Romas Xavier Lima Nogueira Telles e Vasconcellos 14.º Visconde de Villa Nova de Cerveira, e outras muitas illustres Casas. Casou segunda vez com Fernão Alvarez Cabral, Alcaide Mór de Belmonte, Senhor de Ravara, Guarda Mór do Infante D. Henrique.

XVIII-36. D. Brites de Andrade, mulher de D. Fernando de Menezes, Senhor de Castanhede, Mordomo Mór da Rainha D. Izabel.

XVIII-37. D. Izabel de Andrade, mulher de Bernardino Barbudo.

XVIII-38. D. Génebra de Andrade, mulher de Diogo Borges, Senhor de Gestaço.

XVII-32. Gomes Freire de Andrade, filho segundo do Mestre de Christo D. Nuno (XVI-29), serviu ao Mestre de Aviz D. João antes de ser rei, que lhe fez mercê das terras de Bobadella, julgado de Lago, Travanha e Porto de Came na Provincia da Beira, com todas as suas jurisdições e Padroados de Igrejas. Casou com D. Leonor Pereira, filha de Mariscal Alvaro Pereira, Senhor da terra de Santa Maria e de sua mulher D. Maria de Menezes, e teve

XIX-39. João Freire de Andrade, succedeu na casa de seu pae, Gomes F. A. (XVII-32) e morreu desgraçadamente em um Póço em Evora. Casou duas vezes, a primeira com D. Maria Pereira, filha de Vasco Lourenço, Alcaide Mór de Olivença; a se-

gunda com D. Catherina de Souza, filha de Martim Afonso de Souza, Senhor de Mont-agoa, Chanceller Mór do Rey D. Fernando, e de sua mulher D. Maria Briteiros e teve

XX-40. D. Leonor Freire, mulher de Luiz Machado, Senhor de S. Romil.

XX-41. Gomes Freire de Andrade, que segue

XX-42. João Freire de Andrade, que foi Senhor de Alcotim e algum tempo foi Apozentador Mór do Rei D. Afonso 5.º. Casou a primeira vez com D. Izabel de Menezes, filha de D. Pedro de Menezes; a segunda com D. Leonor da Silva, filha de D. Pedro Gonçalves Malafaia Veador da Fazenda do Rei D. João 1.º e de D. Duarte, e de sua mulher Izabel Gomes da Silva. Teve filhos que seguem:

XXI-43. D. Maria Freire, filha de João Freire de Andrade (XX-42), que foi herdeira e mulher de D. Fernando de Menezes, 2.º Conde de Villa Real, e por ella houve Alcotim.

XXI-44. Nuno F. de Andrade, filho bastardo de João F. de Andrade (XX-42), de quem procedem os Andrades de Serpa e Villa-Viçosa.

XX-41. Gomes Freire de Andrade, filho primeiro de João Freire de Andrade (XIX-39), foi Senhor de Bobadella e mais terras de seu pai e avós. Casou com D. Izabel Coutinho, filha do Mariscal Gonçallo Vasconcellos, Senhor do Couto de Leomil, Alcaide Mor de Lamego, Copeiro Mor da Rainha D. Filippa, e de sua mulher Izabel de Albuquerque. Teve

XXII-45. Luis Freire de Andrade, que segue

XXII-46. Nuno Freire de Andrade, que segue

XXII-47. João Freire de Andrade, que segue

XXII-48. D. Maria Coutinho, mulher de D. Martinho de Menezes, Conde de Cantanhede.

XXII-49. D. Joanna Freire, primeira mulher de Estevão Brito, Alcaide Mór de Beja.

XXII-45. Luis Freire de Andrade, filho primeiro de Gomes Freire (XX-41), como não era do agrado de sua mãe, levantou que este se tinha casado com uma parenta dentro do 4.º grau, sem dispensa, e o Rei Afonso 5.º, menos bem informado, deu a casa ao irmão 3.º, João F. de Andrade, que era o que sua mãe queria; Casou com D. Mecia da Cunha, filha de Fernão de Sá,

Alcaide Mór do Porto e Camareiro Mór do Rei D. Duarte e D. Afonso 5.º, e de sua mulher D. Felipa da Cunha. Teve:

XXIII-50. Gomes Freire de Andrade, que segue

XXIII-51. D. Catherina de Andrade, mulher de Ruy Pereira de Berredo, o qual ella matou ou o qual a matou.

XXIII-50. Gomes F. de Andrade, filho primeiro de Luis F. de Andrade, foi Comendador de Louça, Senhor de Souza e mais casa de seu pae. Casou com D. Senhorinha ou Cezilia da Silva, filha de João de Souza o Romanisco; e teve

XXIV-52. Miguel, que faleceu na India.

XXIV-53. Manuel Freire de Andrade, que segue

XXIV-54. Luis Freire, morreu na India.

XXIV-55. D. Giomar de Souza, mulher de Bernardo de Souza Tavares, Capitão d'armas.

XXIV-56. Geronimo Freire, que morreu na India.

XXIV-57. Catherina Freire, mulher de D. Tello de Menezes, Senhor de Oliveira.

XXIV-58. D. Mecia, regenta em Monte Mór, e outras regencias; teve

XXIV-59. Alexandre de Souza, filho bastardo.

XXIV-60. João Freire de Andrade, filho bastardo, que segue

XXIV-53. Manuel F. de Andrade, filho segundo de Gomes F. de Andrade (XXIII-50), sucedeu na casa de seu pae. Casou com D. Ursela da Fonseca, filha de Gaspar de Nobrega, Desembargador da Casa da Suplicação, e de sua mulher D. Anna da Fonseca, filha de Luis Brito da Fonseca, Senhor do morgado de Balsemão, e de sua segunda mulher D. Brites Cardozo. Teve entre outros que falaram na India:

XXV-61. João Freire de Andrade que casou com D. Maria, filha do Dr. Antonio Macedo, Chanceler da Suplicação, de quem teve alguns filhos que morrerão sem geração.

XXIV-60. João Freire de Andrade, filho bastardo de Gomes Freire de Andrade (XXIII-50); de sua manceba, teve filhos bastardos.

XXVI-62. Alexandre de Souza, que segue, e outros que morreram na India.

XXVI-63. Luis Freire que defendeu com muito valor Chaul,

sendo Capitão. Casou com D. Luiza Coutinho, filha de Manoel Coutinho e de sua mulher Joanna Rebello. Entre outros filhos teve  
 XXVII-64. D. Ignez Freire, mulher de João da Silva e depois de Diogo Coutinho.

XXVI-62. Alexandre de Souza filho segundo bastardo de João Freire, (XXIV-60) foi Capitão de uma armada em 1586, e na India Capitão de Chaul, Comendador na Ordem de Avis. Casou com D. Maria de Aragão, filha de Luis Carm.º, Senhor da Ilha do Principe e de sua mulher D. Leonor de Aragão, e teve

XXVIII-65. Luis Freire de Andrade e Souza, foi Comendador de Alfaiates, casou a primeira vez com D. Maria de Castro, filha de Cristóvão de Mello e Athayde, Capitão Mor de Serpa e Porteiro Mór de el-Rei, e de sua mulher D. Elena de Azevedo. Casou segunda vez com D. Joanna de Tavora, filha de Bernardino de Tavora, Capitão de Diu, e de sua mulher D. Mecia de Mascarenhas. Da primeira mulher teve entre outros

XXIX-66. Alexandre de Souza Freire, que segue

XXIX-67. Cristóvão de Mello Freire, Colegial de S. Paulo, Desembargador e Vereador de Lisboa.

XXIX-68. Antonio de Souza de Mello, que trouxe o habito de S. João Evangelista, e depois casou com D. Josefa Antonia de Moura, filha de Valentim da Costa Lemos, Desembargador dos Aggravos, e de sua mulher D. Maria de Caceres, que segue

XXIX-69. Bernardino de Tavora de Souza, foi o 1.º filho da 2.ª mulher de Luiz Freire de Andrade (XXVIII-65) que segue

XXIX-66. Alexandre de Souza Freire filho 1.º da 1.ª mulher de Luiz Freire (XXVIII-65) foi capitão general de Mazagão e do conselho de guerra. Casou com D. Joanna de Lima filha de Alvaro Peres de Tavora senhor do Morgado de Caparica e de sua mulher D. Maria de Lima. teve

XXX-70. D. Maria de Souza e Lima filha, herdeira, e mulher de seu tio Bernardino de Tavora e Souza (XXIX-69)

XXX-71. João de Souza Freire, filho bastardo de Alexandre de Souza Freire (XXIX-66) casou na India com D. Luisa de Mendonça filha de Fillipe de Souza e Cap. Mór do Dio e de sua mulher D. Anna de Alencastre.

XXIX-68. Antonio de Souza de Mello casado com Josefa Antonia de Moura — teve filhos :

XXXI-72. D. Maria Thereza de Apola, mulher de Silverio da Silva de Fonseca Salvador, Alcaide mór de Alfazeirão.

XXXI-73. D. Ignez de Apola 2.<sup>a</sup> mulher de João Saraiva de Sampaio, Capitão mór de Monte Mór o Velho (Veja-se na arvore de Felipe Saraiva, de Coimbra).

XXXI-74. D. Catharina Maria de Atagão, mulher de Damião Botelho Chacão da Silveira.

XXIX-69. Bernardino de Tavora e Souza filho 1.<sup>o</sup> da segunda mulher de Luiz Freire (XXVIII-65) foi commissario da cavalaria do Alem Tejo, depois governador e capitão general de Mazagão em Angola, senhor de Mira; casou com sua sobrinha D. Maria de Souza Lima filha e herdeira de seu meio irmão Alexandre de Souza Freire e teve

XXXII-75. Manuel de Souza Freire que segue

XXXII-76. Alexandre de Sousa Freire que segue

XXXII-75. Manuel de Souza Freire, filho 1.<sup>o</sup> de Bernardino Tavora e Souza foi senhor de Mira, governador e Capitão de Mazagão e de Pernambuco, casou com D. Maria Josefa de Noronha, filha de João da Silva Telles de Menezes, 3.<sup>o</sup> conde de Aveiro e de sua mulher D. Luiza de Noronha. Teve

XXXIII-77. Bernardino Francisco de Souza Tavora, que casou com D. Luiza Vicencia, 1.<sup>a</sup> filha de Félix Machado da Silva Mendonça, de Entre Homem e Cavado, e de sua mulher D. Eufrosia Maria de Menezes, e teve

XXXIV-78. Manuel de Souza Tavora.

XXXII-76. Alexandre de Souza Freire, filho 2.<sup>o</sup> de Bernardino Tavora (XXIX-69). Foi Capitão General no Maranhão, e casou na Bahia com D. Leonor Maria de Castro, filha herdeira de André de Brito e Castro, Provedor da Alfandega da Bahia e de sua mulher D. Francisca Maria Leite, e teve

XXXV-79. Luis de Souza Freire.

XXXV-80. D. Francisca Maria de Souza, mulher de Nicolau Pereira Coutinho Horta Amado de Macedo, natural de Coimbra, moço fidalgo.

XXXV-81. D. Maria Peregrina Vicencia de Lima, 3.<sup>a</sup> filha de Alexandre de Souza Freire Coutinho Pereira, Senhor do Morgado dos Anjos e Taborim.

XXXV-82. D. Joaquina Josefa de Castro, mulher de Miguel José Salema Cabral de Saldanha, fidalgo da Casa Real, Senhor do Morgado de Alverca.

XXII-46. Nuno Freire de Andrade, filho 2.º de Gomes Freire de Andrade (XX-41), serviu muito annos na India com muito valor. Casou a primeira vez com D. Elena de Brito, filha de Arthur de Brito, Alcaide Mór de Beja, e de sua mulher D. Caetana de Almada; casou a segunda vez com D. Izabel de Almada, filha natural e herdeira de Alvaro Fernandes de Almada, tio do Duque de Viseu. Da primeira mulher teve

XXXVI-83. Ruy Freire de Andrade que casou com D. Felipa de Lima, filha de D. Alvaro de Lima, Monteiro Mór de el-Rei D. Manuel, e de sua mulher D. Violante Nogueira, que segue

Da segunda mulher teve

XXXVI-84. Bernardim Freire de Andrade.

XXXVI-85. Manuel Freire, casou com D. Guiomar de Mello, filha de Alvaro de Brito Nogueira, que segue

XXXVI-86. D. Maria Freire, primeira mulher de Lopes Segrº, Alcaide Mór de Landroal, 4.º Governador da India.

XXXVI-87. D. Leonor Freire, mulher de João Cardena, Fidalgo Castelhana, e depois mulher de Luis Antas.

XXXVI-88. D. Guiomar Freire, mulher de D. Ruy de Sarde, Embaixador a Castella por el-Rei D. Manuel. Casou a segunda vez com Estévão de Brito, Alcaide Mór da Bahia; terceira vez com D. Bernardino de Almeida, filho do 2.º Conde de Abrantes.

XXXVI-89. D. Margarida Freire, primeira mulher de Antonio de Saldanha, Comendador de Borgueiros.

XXXVI-90. D. Anta Freire, primeira mulher de Gaudim Peres Pantoja, Comendador de Loulé, filho de Pero Pantoja, Senhor de Santiago de Cacer.

XXXVI-91. D. Izabel Freire.

XXXV-85. Manuel Freire, de D. Guiomar de Melo teve

XXXVII-92. D. Iria Freire, mulher de Lopo de Brito, capitão de Ceilão.

XXXVII-93. D. Izabel Freire, mulher de João de Távora, filho de Sancho de Noronha Cândido Mira.

XXXVII-94. Francisco Freire, que foi morto em Lisboa, às portas de Alfama e era filho bastardo.

XXXVII-95. Rui Freire era filho bastardo.

XXXVII-96. Manuel Freire era filho bastardo.

Todos êstes tres últimos bastardos, filhos de Manuel Freire (XXXV-85).

XXXVI-83. Ruy Freire de Andrade, casado com D. Filipa de Lima, teve

XXXVIII-97. D. Izabel de Lima, mulher de D. Francisco Toledo, senhor de Leocardia, em Castela, sem mais notícia.

XXXVIII-98. D. Brites, mulher de Vasco da Silva.

XXXVI-84. Bernardim Freire de Andrade, filho 1.º da 2.ª mulher de Nuno Freire de Andrade (XXII-46) casou com D. Ana Matosa, filha de Gil Matoso, cavaleiro honrado de Lisboa, e de sua mulher D. Angela Catarina de Goa. Casou segunda vez com D. Francisca da Silva, viuva de Henrique Moniz e filha de Gonçalo da Silva, alcaide mór e irmão de Aires da Silva corregedor da casa da suplicação, e de sua mulher D. Joana da Silva. Da primeira mulher teve

XXXIX-99. Gomes Freire de Andrade, que segue

XXXIX-100. D. Brites Freire, primeira mulher de Diogo Moniz da Silva, filho de Henrique Moniz Barreto, alcaide-mór de Silves.

Da segunda mulher teve

XXXIX-101. Manuel Freire de Andrade.

XXXIX-102. João da Silva Andrade.

XXXIX-103. D. Margarida Freire, mulher de Rui Pereira, Senhor de Fermedo.

XXXIX-104. D. Catarina da Silva, mulher de Cristóvão Esteves de Alte e Chancellor.

XXXIX-99. Gomes Freire de Andrade, filho primeiro de Bernardim Freire (XXXVI-84) casou com D. Isabel Godinho Miranda, filha de Francisco Lopes de Miranda e de sua mulher D. Leonor Godinho, filha de Francisco Faria de Godinho, teve

XL-105. Rui Lopes Freire.

XL-106. Manuel Freire, ambos estes cativos de Alcácer.

XL-107. Bernardino Freire de Andrade, que segue

XL-108. Anna Freire, mulher de Filipe Mascarenhas, Comendador de Gravão, e depois mulher de Fernão Roiz, de Ferreira de Beja.

XL - 107 — Bernardino F. de Andrade, filho terceiro de Gomes F. de Andrade, foi captivo de Alcacer, Comendador do Ervedal. Casou com D. Luisa de Faria, filha de Antonio da Costa Faria e de sua mulher Brites Nunes. Teve

XLI-109. Antonio Freire de Andrade, que segue

XLI-110. Jacinto Freire de Andrade, Bispo de Vizeu, o que escreveu a vida de D. João de Castro (diz simplesmente o nosso manuscrito, mas merece que lhe acrescente algumas palavras). Formou-se em Theologia na Universidade a 18 Maio de 1618, passou a Madrid sendo provido na Abadia de N. Senhora da Assumpção de São Bado, do Padroado Real. Perdeu a estima da Corte de Hespanha, onde era muito estimado, por ter defendido o direito da Serenissima Casa de Bragança ao throno de Portugal. Para se livrar de prisão refugiou-se na Igreja de Chãns. Depois de 1640 D. João IV ofereceu-lhe varias honrarias que sempre recusou com altivez, do que lhe resultou má vontade no Paço, e ser julgado incapaz do ministerio «quem era tão resolutos nas acções e claro nas palavras. Conhecendo que sómente as lisonjas são premiadas no Corte se retirou para a sua egreja onde dominava a sinceridade», escreveu um seu biografo. Morreu a 13 Maio de 1657, em Lisboa, e está sepultado na Parrochial Igreja de S.<sup>ta</sup> Justa.

XLI-111. Manuel Freire de Andrade, que segue

XLI-109. Antonio Freire de Andrade, filho de Bernardino Freire, foi Comendor da Ordem de Christo; casou com D. Brites de Abranches, filha natural e herdeira de Fernão Eniz. Casou segunda vez com D. Anna Luiza de Castro, filha de João de Souza Falcão Coutinho e de sua segunda mulher D. Maria de Figueiredo. Teve

XLII-112. Bernardim Freire de Andrade, que segue

XLII-113. Rafael Freire.

N'este ramo pára em esta altura o nosso manuscrito, pela coincidencia dos apelidos «Souza Falcão» e pela época, tudo nos leva a creer que será por aqui que se encontrará a ligação de parentesco de António de Souza Falcão com o General Gomes Freire.

XLII-112. Bernardim Freire de Andrade, Capitão de mar e guerra, filho de Antonio Freire de Andrade (XLI-109), ca-

sou com sua prima D. Eufrasia de Castro, filha que veio a ser herdeira de Luis de Souza Falcão e de sua mulher D. Catherina de Souza, e teve

XLIII-114. Gomes Freire de Andrade.

XLIII-115. Nuno Freire de Andrade.

XLIII-116. Fernando Freire de Andrade.

XLIII-117. D. Catherina Maria de Castro.

XLI-111. Manuel Freire de Andrade, filho 3.º de Bernardino Freire. Foi Governador de Elvas, Penixe e das Camaras de Leiria e Torres Vedras, com patente de Mestre de Campo; casou com D. Joanna Brito, filha de Manuel de Brito Bocarro, Capitão de Chaul, e de sua mulher D. Magdalena Botelho, teve entre outros

XLIV-118. Bernardino Freire de Andrade.

XLIV-115. Gomes Freire de Andrade, filho 1.º de Manuel F. de Andrade, foi Sargento Mór de Batalha, no Alemtejo, Governador e Capitão General de Maranhão; casou com D. Luiza Clara de Menezes, filha e herdeira de Antonio Pereira Berredo, Governador de S. Thomé, e da S.<sup>ra</sup> D. Maria Lobo da Silva, e teve

XLV-120. Ambrosio Pereira Freire, que segue

XLV-121. Manuel Freire de Andrade e Castro, General académico da Academia Real.

XLV-122. D. Joanna Bernarda de Berredo, mulher de seu primo Manuel Freire de Andrade (XLVI - 125).

XLIV-119. Bernardino Freire de Andrade, filho 2.º de Manuel Freire de Andrade (XLI-111); foi Governador de S. Thomé e depois de Portalegre; casou com D. Joanna de Menezes, filha de Antonio Pereira de Berredo, Governador de S. Thomé, e de sua mulher D. Maria Lobo da Silva, e teve

XLVI-123. Manuel Freire de Andrade; casou com sua prima D. Joanna Bernarda de Barredo, filha de Gomes F. de Andrade (XLIV-119), o qual teve uma filha bastarda.

XLVII-124. D. Luiza Rita de Menezes.

XLVI-125. Gomes Freire de Andrade, filho 2.º de Bernardino Freire (XLIV-119) Governador e Capitão General do Rio do Janeiro; foi o primeiro Conde de Bobadella por mercê de el-Rei D. José 1.º.

XLVI-126. José Antonio Freire de Andrade; fez-lhe el-Rei D. José mercê do Dote, e foi 2.º Conde de Bobadella, e General da Provincia do Minho; n'este anno de 1774 casou com D. Anta de Alencastre de Almeida, filha de Fernando de Almeida e de sua mulher D. Izabel Umbelina Freire de Andrade, mulher de Bernardino Freire de Andrade e teve:

XLVIII-127. D. Joanna Freire de Andrade.

XLVIII-128. D. Maria Delovina Freire.

XLVIII-129. D. Maria Freire de Andrade.

XLVIII-130. Gomes Freire de Andrade.

XLVIII-131. D. Maria do Carmo.

XLVIII-132. D. Thereza.

XLV-120. Ambrozio Pereira Freire.

Nome em que n'esta linha pára o meu manuscrito, sem mais indicação, é como vimos, filho de Gomes Freire de Andrade (XLIV-115), o pacificador do Sul do Brazil, e glorioso general. Foi nosso representante em Viena de Austria e foi o pae do grande patriota e valente general que tanto honrou a patria, o inovidavel Gomes Freire de Andrade, que seguiria com o número de ordem XLIX-133, executado em 18 de Outubro de 1817, e que tinha o mesmo nome de seu glorioso avô e de muitos outros seus parentes.

Seria fastidioso para o leitor proseguirmos na série de colateraes, que no nosso manuscrito se desenvolvem até á mesma época (entre 1774 a 1777).

Já vimos alguns que tem interesse pela relação que tem com o nosso general Gomes Freire — taes como os Condes de Bobadella e a ligação, por duas vezes, com o apelido Souza Falcão.

Assim, farei como que uma indicação do seguimento de cada ramo, evitando ao leitor o enfado de tomar conhecimento com perto de 300 nomes:

João Freire de Andrade XXII - 47, filho 3.º de Gomes F. de Andrade (XX-41), foi aquele por quem sua mae fez que D. Afonso 5.º lhe fizesse mercê da casa de seu pae, como vimos. Casou com D. Maria da Silva Vasconcellos, filha do 1.º Conde de Penella.

É da procedencia d'este ramo que tem origem o Marquez das Minas — tendo litigado o 2.º Marquez das Minas, D. António Luis

de Souza, com a Corôa, como bizneto de Simão Freire de Andrade; do que lhe resultou ficar sem a Casa de Bobadella, que el Rey D. Pedro 2.º deu ao Infante D. Fernando. Esqueceu o pobre Marquez do provérbio: «com teu amo não jogues as peras...» Vê-se por esta filiação que havia ainda proximidade de parentesco entre Gomes Freire e os Marquezes das Minas; ora como é sabido foi no regimento d'um Marquez das Minas que Gomes Freire fez a campanha do Rorsillon.

Nuno Freire de Andrade (XVII-34), irmão ou sobrinho, conforme o autor, de D. Nuno Freire o Mestre de Christo, não nos interessa a sua descendencia.

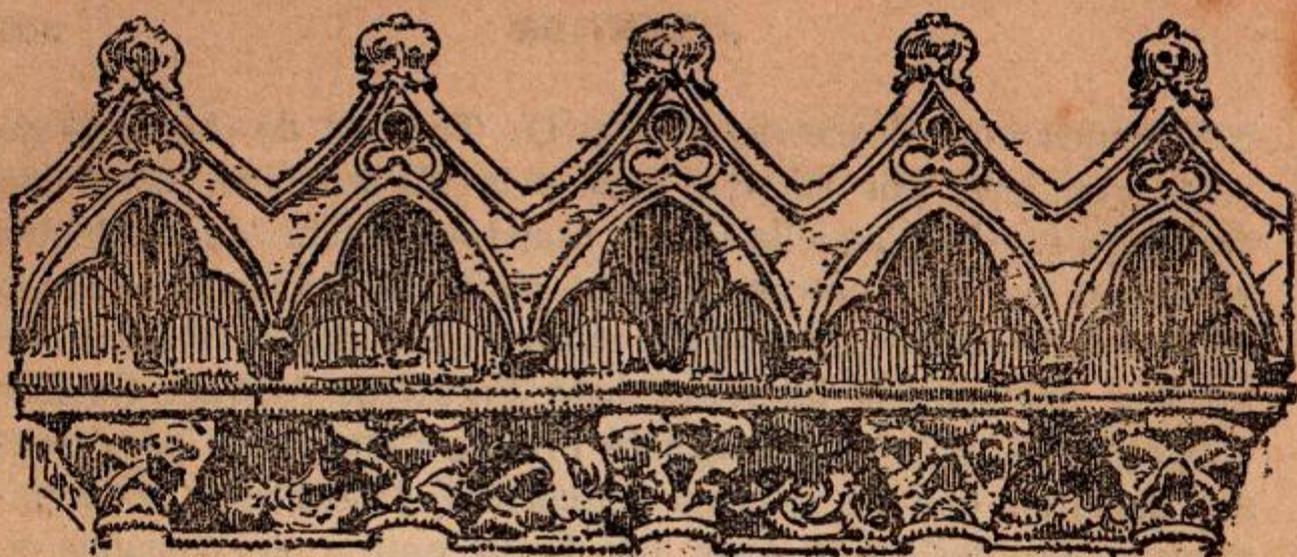
D. Thereza de Andrade (XVII-33), filha 3.ª do Mestre de Christo, D. Nuno Freire, liga-se com Oliveiras, Da Vide, e por casamento entre parentes entronca com a Casa Jordão. (Vid. Dornellas: «Genealogia e História», 1.º volume). É também por esta descendencia que ha varios casamentos com Velasques Sarmentos e Alarcões, ligando-se igualmente ao apelido d'Eça em D. António Guerra d'Eça. Esta D. Thereza de Andrade, filha 3.ª do Mestre de Christo D. Nuno casou com Afonso Roís de Magalhães a quem el-Rei D. Fernando deu o Castello de Nobrega em 15 de Maio de 1400, e em 29 de Agosto de 1410 — anno da éra de Christo 1372 — lhe fez doação da Vila de Chân e Larim. Teve um filho, Gil Afonso de Magalhães, que sucedeu na casa de seu pae, e casou com D. Ignez Vasques, Dama da Rainha D. Filipa, e teve entre outros que não nos interessam João de Magalhães. Este ligou a sua descendencia com Menezes, pelo casamento de um seu filho Gil com uma prima D. Maria de Menezes. E' deste ramo que por fim descendem D. Luiza de Menezes, último nome n'esta linha que vem no manuscrito, a qual casou com D. Diogo Pereira Forjaz. Abrangendo o nosso manuscrito até 1774-1777 e sendo esta a única vez que nos aparece ligação com taes apelidos; pela época e pela coincidencia «Pereira Torjaz», lícito é supôr que seria por este ramo que se estabeleceu o parentesco de Gomes Freire e seu primo D. Miguel Pereira Forjaz, de triste memória.

Vasco Freire de Andrade, filho 3.º de Ruy Freire (XV-26), foi Alcaide mór de Abrantes; é da descendencia d'este que vem o ramo da Varonia de Freire para a Casa Jordão (que constitue o trabalho manuscripto onde nos reportamos), Como vimos houve

casamentos com descendentes de D. Thereza de Andrade de modo que quer por varonia quer pela via feminina, o apelido de Freire recahe n'aquella Casa, usando-o alguns descendentes e tendo-o iliminado outros, ficando os primeiros apenas com o apelido de Freire, e conservando outros o de Salazar. N'este ramo tambem apenas nos interessa João Freire de Andrade Salazar d'Eça Jordão, a que alude Gomes Freire, n'uma carta para Souza Falcão em que diz «passou um correio, João Freire, como geralmente era designado. Este João Freire entrou na campanha de Russia, casou em França com M. Thereza Maillard e faleceu precisamente pelas 4<sup>h</sup> da tarde de 24 - Marzo de 1839 e tem hoje um bizneto em França, médico mobilizado — Francisco Freire Bandeira Duarte.

Um irmão d'este João, de nome Luis, foi da Leal Legião Lusitana, foi altamente perseguido no tempo do Miguelismo pelas suas ideas liberaes, que o levou a conhecer a Tôrre de S. Julião da Barra. Tem trinetos na guerra, um em Mozambique, José Salazar Carreira, médico ; outro em França, Luis Salazar Antunes, artilheiro, e foi o bisavô de quem dá á publicidade estes apontamentos.

J. SALAZAR DE SOUZA.



## Os povos da Península Ibérica entre o ano 700 A. C. e a conquista romana

Em Numância realizam-se desde há anos grandes escavações arqueológicas destinadas a exumar a heróica cidade celtibérica e os vestígios da sua vida anterior e coeva das grandes lutas contra os romanos.

Ocupam-se dêsse trabalho duas grandes comissões: uma, espanhola, mantida pelo govêrno; outra, estrangeira, subsidiada por várias entidades científicas e oficiais da Prússia e Baviera. A comissão espanhola explora os terrenos da própria cidade; a estrangeira, os arredores, onde assentaram os acampamentos de cêrco, estabelecidos pelos romanos para isolar a cidade.

Em 1912 os sábios espanhóis publicaram a sua primeira *Memória*, esplendidamente elaborada e plena de documentação gráfica. Em 1914 o professor Adolfo Schulten, director das escavações nos acampamentos, deu à estampa os resultados dos seus trabalhos de 1905 a 1912 <sup>1</sup>.

Ambas estas obras têm incalculável valor para o conhecimento da preistória da Península: a primeira, pelos documentos que a acompanham; a segunda, pela resolução que apresenta da intricada questão da etnografia dos povos peninsulares do ano 700 até a conquista romana.

Na extraordinária publicação que é o *Anuari* do *Institut d'Estudis Catalans*, o professor da Universidade de Barcelona, Dr. Pedro Bosch Gimpera, que tem um nome ilustre nos estudos da preistória peninsular, dá, em catalão, um resumo do livro do professor Schulten. Êste resumo merece bem as honras duma transcrição, pois que o assunto de que se ocupa é de interêsse capital para os antropólogos, arqueólogos, historiadores e literatos de Portugal. Quantas teorias aluídas pela base, quantos erros seculares desfeitos, quantas novidades no campo etnológico, nos não vem trazer esta obra recente!

---

<sup>1</sup> *Numantia. Die Ergebnisse der Ausgrabungen 1905-1912 — I. Band. Die Keltiberer und ihre Kriege mit Rom — München — 1914.*

A grande importância dada aos lígures no novo quadro etnográfico da Península pre-romana vingará Martins Sarmiento de muitos dos que o atacaram pelas suas teorias. O grande poeta e arqueólogo não tinha, é natural, razão em muitas das suas afirmações, mas os «seus queridos lígures» ganharam em força e poderio na teoria de Schulten, neste ponto, aliás, confirmação de outras anteriores.

Assim vão as cousas neste mundo. O que um alevantou, outro desfaz num sôpro . . .

Segue a transcrição do resumo do Dr. Pedro Bosch Gimpera :

PRIMEIRA PARTE. — OS CELTIBEROS. PROCEDÊNCIA, TERRITÓRIO E POVO

*Etnologia.* — Depois dum capítulo em que se expõem as fontes antigas e os autores modernos que tratam da etnologia ibérica, o autor combate a opinião, corrente e dominante, de que os celtiberos fôssem celtas em terras de iberos.

Os *Celtiberos* foram precisamente o contrário : iberos que se estabeleceram em território celta. Assim o confirmam vários indícios. O nome de «celtiberos», que não aparece na literatura antes do ano 300, e que parece ter sido introduzido por Timeu, formou-se como outros de significação bem conhecida (por exemplo *Λιβυφοίνικες*, ou sejam, fenícios estabelecidos na Líbia; *Βλασποφοίνικες*, ou fenícios em terra de bástulos; *Ἑλληνογαλάται*, ou gálatas helenizados); de maneira que o segundo elemento é o determinante da significação fundamental do composto : assim *Κελτιβηρες* quiere dizer «*iberos célticos*», ou seja, iberos em terra de celtas.

Outra prova donde se pode deduzir a prioridade dos celtas na *Meseta*, e a sua expulsão pelos iberos, está no saber-se, pela difusão dos nomes de lugar célticos em toda a *Meseta* e em Portugal, que os celtas ocuparam êsses territórios<sup>1</sup>, e no facto de êles só se conservarem depois no SW. e no NW. da Península (*Celtici*), e num recanto das cordilheiras ao N. e ao S. da *Meseta* (*Berones*, *Germani*). Além disso, a prova histórica desta prioridade é-nos dada pelo curso das expansões ibéricas, como adiante se verá.

*Os Iberos.* — Quando aparecem os testemunhos históricos, acêrca dos povos da península, encontram-se os tartéssios estabelecidos na bacia do Bétis desde tempos imemoriais, e ocupando, na costa, o território entre o Anas (Guadiana) e o Iberus (Rio Tinto). Dali se estendem para Este. São reconhecidos por todas as fontes antigas como iberos, mas o local da sua procedência tem de procurar-se em África. Aí se acham com abundância nomes de lugares e de pessoas, ibéricos; e a comunidade de raça, manifestada pela concordância de particularidades somáticas, espirituais e até de costumes, entre os iberos e berberes, é também cousa conhecida. E como à medida que se avança para o norte estes nomes de lugares desaparecem (encontram-se apenas na Hispanha, Aquitânia e nas ilhas do ocidente do Mediterrâneo), abundando, pelo contrário, em África, pode concluir-se com facilidade

<sup>1</sup> Na costa e na Cantábria faltam êsses nomes de lugares. Um par de nomes em *-briga* (Julióbriga e Augustóbriga), dessa região, pertencem a fundações romanas.

que desta parte do mundo partiram os iberos ao penetrar na Península. A data em que isto sucedeu não se pode marcar com segurança.

A extensão dos iberos pelo Mediterrâneo pode também seguir-se pelos nomes de lugares terminados em *-tanus*, que se encontram, além de no norte de Africa, Hispanha e Aquitânia, nas ilhas Baleares, nas Pitiusas e na Sardenha, onde parece que êles aportaram directamente da Africa. Também pode comprovar-se a existência dos iberos em Malta e na Sicília, onde os sicanos (iberos) se distinguiram claramente dos sículos (ilírios), chegados de Itália, os quais constituíram depois a massa da população indígena da ilha. Em troca a Córsega e a Itália não foram iberizadas, e se lá se encontram concordâncias etnográficas com Hispanha, provêm dos lígures a população primitiva que estava estabelecida na península, antes da chegada dos iberos.

*Lígyres.* — Estes constituíram a população mais antiga de Hispanha, que um dia se estendeu por toda a Península. Ficaram-nos nomes de lugares com que se pode seguir a sua expansão por toda a Europa ocidental; e existem também testemunhos históricos, como o de Hesíodo, que, no século VIII, escreveu que o povo principal do Ocidente (papel em que foram substituídos pelos celtas) eram os lígures, e o de Eratóstenes, que nos transmite o nome de *Λιγυστική*, que então era o que tinha a Hispanha.

Na época romana os lígures nomeiam-se como existindo no norte de Itália e sul das Gálias; anteriormente, porém, estenderam-se muito mais. Provavelmente possuíram toda a Gália, o norte e a costa ocidental de Itália (antes da chegada dos etruscos), e alongaram a sua ocupação pelo Mediterrâneo até a Córsega e a Sicília. Por outra parte, os nomes de lugares assinalam lígures na Suíça e na Alemanha até o Danúbio, médio Reno e Mosela. Na Inglaterra e na Irlanda sucede uma cousa semelhante: os pictos e os escotos, que lutam contra os invasores bretões (célticos), são lígures. Os lígures representam, portanto, a população primitiva pre-indogermânica da Europa ocidental, àquém Reno e Danúbio, sobre a qual vêm assentar, ao sul, os iberos, a noroeste, os celtas, e no nordeste, os itálicos.

Os bascos, considerados geralmente como iberos, são um resto dos lígures. O nome de *vascones* contém uma parte (*asc*) lígure; nomes de lugares, pessoas e divindades de Bascónia, estão mais perto dos lígures do que dos iberos e dos celtas; a comparação da própria língua com o pouco que se conhece da lígure dá mais resultados do que com a céltica; e, por fim, antropológicamente, o tipo basco assemelha-se mais ao lígure do que ao ibérico, pois que os bascos são vivos, empreendedores, sem a indolência dos iberos, e muito parecidos com a população lígure de Catalunha, Provença e Riviera.

Os lígures vieram provavelmente também da Africa. Antropológicamente assemelham-se mais ao tipo ibérico do que ao céltico, distinguindo-se porém notavelmente dos primeiros: são braquicéfalos, com nariz e bôca finamente formados, em lugar da dolicefalia, ampla bôca e nariz achatado, de tipo negróide, dos iberos.

*Expansão dos iberos pela costa, para o Norte.* — Por 520, Hecateu conhece em Hispanha os iberos, disseminados até os Pirinéus, e cita as seguintes tribus desse povo: tartéssios (desde o Anas, hoje Guadiana, até o Chrysus, hoje Guadiaro); mastianos, desde o Chrysus até Mastia, ou seja Cartagena; iberos, entre os quais existem as tribus dos esdetas ou edetanos,

ílgergetas e misgetas (na costa Este e na conca do Ebro); e no Ocidente (perto de Olba, Huelva) os elbéstis. Além dos Pirinéus, acham-se já, fortemente estabelecidos, os lígures elísicos. A poente dos elbéstis, no Algarve, existem os cinetos, também lígures. A costa devia pertencer aos iberos já desde há muito tempo; em troca, pode concluir-se que não tinham penetrado ainda no interior da *Meseta*, porque nos séculos seguintes também ainda lá não estão. Os escritores do século V conhecem os iberos na Provença até o Rose, e esta notícia é comprovada pelos nomes locativos ibéricos; provavelmente pouco antes de 500 deviam ter passado os Pirinéus e da Provença invadir a Aquitânia. Entre o Pirinéu, o Rose e o Garona, seguramente que eles deviam extremar com os lígures. Ao norte do Garona, tal como na *Meseta*, já havia celtas.

*Os iberos entram na Meseta e dominam toda a Península.* — Com o ano 400 a. C. começa uma nova época para os iberos. A invasão da Provença pelos gals obriga-os a repassar o Pirinéu. Em 340 o Pseudo-Escilax assinala-os só até Empúrias; nesta data, Aristóteles e Efor citam ainda celtas na *Meseta*.

No espaço de tempo que medeia entre 350 e 250, as fontes escasseiam; mas é então que precisamente se modifica o mapa de Hispanha, e quando, depois de 250, se tornam a ter esclarecimentos sobre a península, com Timeu e Eratóstenes, já se não fala de celtas no Centro. Os celtas encontram-se já só numa pequena parte da costa ocidental, e dá-se agora à península o nome de *Ἰβηρία*. Os celtiberos estão já na *Meseta*.

Por outro lado os cartagineses, ao dilatarem os seus domínios, não têm nada que fazer contra as antigas tribus dos *saefes*, *cempsi* e *beribraces* do centro de Hispanha, mas contra os ibéricos ólcades (a E.), vacceus (a NW.) e carpetanos (ao S.); completa-se o quadro dos novos povos da *Meseta* com os nomes dos vetónios e dos celtiberos.

Isto significa a expulsão dos celtas pelos iberos. A causa remota deste movimento encontra-se naquela invasão dos gals na Provença, de que atrás se falou, e que, por seu turno, está relacionada com a segunda época das grandes expansões célticas, que, dessa vez, penetram profundamente na Itália.

É natural que os iberos não conseguissem apoderar-se da *Meseta* senão depois de grandes e prolongadas lutas com os celtas, pelo que, tendo começado o movimento em princípios do século IV, desde a invasão dos gals na Provença, e estando terminado em 250, é de supor que a conquista da *Meseta* pelos iberos se realizasse pelo ano 300 a. C. Em 218 chamam-se também iberos aos lusitanos, na costa de Portugal: isto demonstra que os novos conquistadores haviam chegado já ao Atlântico.

A quando da conquista romana, o nosso conhecimento das tribus da Península é completo. Ao tempo das guerras celtibéricas temos notícia duns restos de celtas no SW. de Espanha. Além disso conhecemos, por Estrabão, que também ficaram celtas na extremidade NW. (Galiza) e na parte NE. da *Meseta*: os *germani*, que viviam paredes meias com os oretanos. Da etnografia da costa N. fala Estrabão, que cita ali os cântabros e os ástures, que considera ibéricos, apesar do nome de *ástures* parecer antes lígure.

*As invasões célticas.* — Em Heródoto e Hecateu citam-se celtas no

Centro e no W. da Península, não se falando da sua existência nas costas do S. e E., onde, por outro lado, faltam por completo os nomes de lugares célticos. O dito povo deveria ter penetrado pelos Pirinéus ocidentais depois do ano de 700, porque, nos tempos de Hesíodo, o Ocidente é ainda lígure; provavelmente a invasão celta teve lugar em 600 a. C., pelo passo de Roncesvalles, o Ebro e o desfiladeiro de Pancorbo, espalhando-se depois a vaga humana, por sobre as bacias do Pisuerga, do Douro e do Tejo.

Os limites dos celtas para E. são assinalados pelas bacias do Jalon e do Jiloca; em direcção à costa, pela cidade de Segóbriga (Segorb); para o S. pela Serra Morena; para o N. provavelmente não passaram da cordilheira cantábrica. Os beribraces são descritos como um povo de pastores, e parece que não possuíam propriamente cidades, mas sim lugares de refúgio, que foram a origem de muitas povoações ibéricas. Estes celtas denominaram-se a si mesmos com esta designação (como o comprovam a tradição histórica e os nomes de lugares com a raiz *celt*), para se diferenciarem das tribus que pelo ano 400 baixaram pelo Rose, a quem chamavam *gals* (os Γάλαται dos gregos) e que pertenciam a grande vaga de povos célticos que depois penetrou na Itália e, pelo Danúbio, até a Grécia e Asia Menor. Os celtas que entraram em Espanha em 600, pertenciam, à primeira vaga de expansão céltica.

Já vimos como, em 250, os iberos se haviam apoderado da *Meseta*. Devem ter entrado lá, seguramente, vindos desde o Ebro, pela bacia do Jalon—o mesmo caminho que depois seguiram também os romanos. Que os celtas não foram aniquilados por completo indica-o a permanência de nomes de lugares e de pessoas, e as linhagens célticas de cabecilhas celtiberos. Provavelmente o terreno devia ter sido dividido entre vencedores e vencidos, ficando para aqueles o melhor, perto dos rios, mais susceptível de cultivo, e quedando para os celtas as montanhas.

*O país dos celtiberos.* — Neste capítulo estudam-se as questões referentes à distribuição das diversas tribus celtibéricas na parte NE. da *Meseta*, às suas diversas cidades, à geografia física do país celtibero, etc.

*Os celtiberos como povo.* — Os celtiberos são-nos descritos como gente de pequena estatura e de côr tostada, vigorosa e ágil, resistente a toda a fadiga, de cabeça dolicocefala, com muita barba, lábios grossos e nariz achatado. Viviam em pequenas povoações muradas, nos altos, e possuíam, além disso, refúgios fortificados em que se acolhia toda a tribo em caso de necessidade (Contrebia, Numância). A cidade de Numância mostra uma planta regular, com ruelas rectilíneas. As casas numantinas constam de uma parte dianteira, com (a habitação de inverno e a câmara onde as mulheres fiavam), uma parte central, com o lar, e a parte de trás, onde ficavam os quartos.

Os celtiberos alimentavam-se principalmente de carne; eram sóbrios, no que se distinguiam dos celtas; bebiam *caerea* (uma espécie de cerveja), bebida que adoptaram dos celtas e que os iberos da costa desconheciam. Também no beber se distinguiram pela moderação. Vestiam o *sagum* (manto negro) e a túnica, e calçavam botas altas; os velhos cobriam a cabeça com uma gorra de peles; usavam os cabelos compridos, barbas, e untavam e os dentes com urina em lugar de azeite, que não existia na *Meseta*. Eram mais pastores do que agricultores, devido sobretudo à grande quantidade de bosques que cobriam o seu território. As indústrias do ferro e a da cerâmica eram flo-

rescentes; mas, mau grado a sua riqueza em prata, ferro, lã, cavalos, etc., o seu comércio era quasi nulo.

Na sua religião existia o culto à lua e a um deus com cornos de veado, parecido com o *Cernunnos* dos gals; celebravam as cerimónias do culto em altares e em bosques sagrados, praticavam sacrificios humanos e distinguiram-se pelo seu fanatismo. Não enterravam os que morriam em combate, para que servissem de alimento aos abutres. Eram monógamos; as donzelas escolhiam os esposos entre os mais fortes guerreiros; as mulheres compartilhavam o duro trabalho dos homens, e, quando no combate tudo estava perdido, morriam com êles. A hospitalidade é citada por todos os autores como a principal virtude exercida entre êles.

Na guerra eram muito fortes, e habilidosos na de guerrilhas, evitando sobretudo as batalhas campais; combatiam a pé e a cavalo, e a sua estratégia consistia numa alternativa de ataques e retiradas. Em caso de derrota, o único caminho honroso que lhes ficava era o de morrerem combatendo; e defendiam as suas cidades com fanatismo extremo. Mas as suas notabilíssimas qualidades guerreiras, que os tornaram muitíssimo apreciados como mercenários (por exemplo, nos exércitos cartagineses e nos próprios romanos), eram quasi sempre anuladas pela sua divisão política e a sua escassa energia, que os impedia de aproveitar as vantagens adquiridas. As suas armas eram: a espada, o sabre curvo, o punhal, as lanças, a *falárica* (lança curta, com cabo de madeira semelhante ao *pilum* romano, outra lança, também para atirar, toda de ferro (*solifereum*), etc.; protegiam o corpo com o escudo (a adarga nacional para os soldados armados à ligeira, e o escudo grande, semelhante ao celta, para os armados pesadamente), o elmo, a couraça, etc. O armamento celtibérico é interessante pela sua influência sobre o romano, que adoptou daquele a espada e até o *pilum*.

O govêrno era constituído pelos velhos (chefes de família) e não tinha chefe permanente. Só para a guerra elegiam cabecilhas, que eram substituídos quando perdiam a confiança do povo. As povoações eram politicamente independentes: coincidem com elas as subdivisões primárias das tribus (*gentes*, grupos de família procedentes duma origem comum). Não se conhecia unidade mais ampla, e o sentimento da unidade da tribo só se manifestava em determinadas ocasiões, como em caso de guerra. Êste mesmo sentimento de unidade em relação com o povo, ou seja com o conjunto das diversas tribus, nunca existiu senão para o efeito da guerra. Viviam em luta contínua com os outros povos ibéricos. Dum modo geral: era um povo rotineiro, primitivo, sem cultura espiritual, de costumes rudes, refractário à penetração de toda a civilização estrangeira, indolente. A população pode calcular-se em umas 180:000 almas, tomando por base a proporção normal de  $4 \times 45:000$  guerreiros.

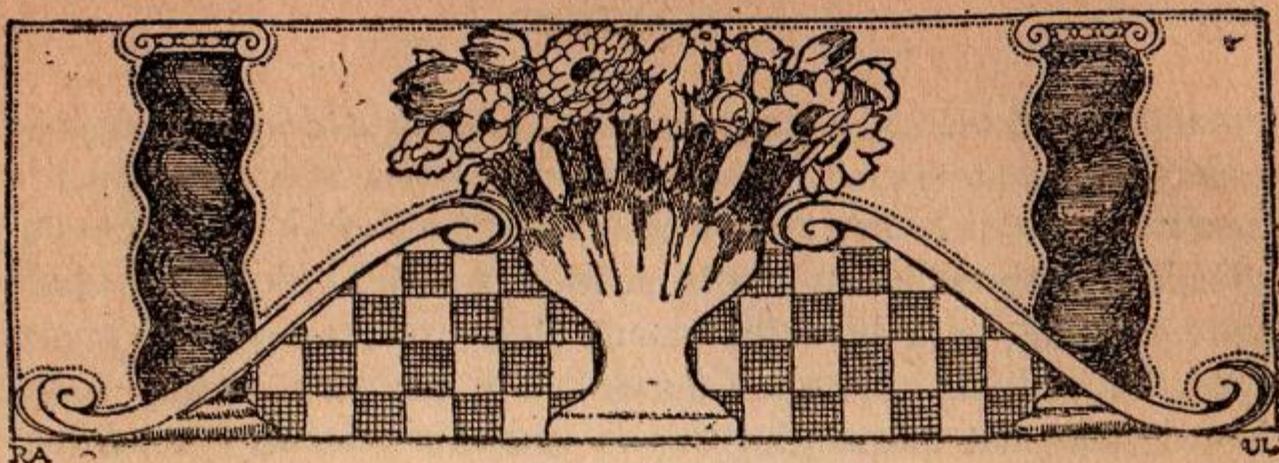
O povo celtibérico, apesar de ser um dos que mais puramente conservou os caracteres étnicos ibéricos, continha elementos célticos, como se demonstra pelos nomes próprios (Retógenes, Caro, Ambon, Leucon). Mas estes elementos célticos são a parte passiva da mistura, e perderam o carácter próprio.

As qualidades do carácter popular eram a ingenuidade, a fidelidade, sobretudo aos cabecilhas estimados, a hospitalidade, o orgulho, o espírito de liberdade e a resistência contra toda a subordinação, o fanatismo patriótico e re-

ligioso, a indolência, e a viveza da inteligência, fecunda em recursos e rápidas resoluções.

.....  
Na segunda parte do livro, estudam-se as guerras celtibéricas até o cerco da Numância; e na terceira parte, os celtiberos depois da destruição dessa cidade. Nenhuma delas nos interessa tanto como a primeira, onde, como se viu, se expõe uma teoria interessantíssima, quem sabe se definitiva, acêrca da etnologia da península ibérica. Por isso reproduzi o resumo feito pelo ilustre professor da Universidade de Barcelona, tanto mais que o livro parecer, até agora, desconhecido em Portugal.

VERGÍLIO CORREIA.



## Ramalho Ortigão

### O REPOUSO DO GLADIADOR

A primeira vez que encontrei Ramalho Ortigão foi em Lisboa. Ia êle a caminho da Academia, onde tinha um modesto ganha-pão, menos incerto do que os proventos literários. De jaquetão folgado e elástico, chapéu de aba larga, sapatos de solas avantajadas, próprios de quem usa caminhar e para isso está apto e armado, levava na mão um cesto, provavelmente com o lanche. Era o protesto vivo contra o janotismo mesquinho daquêle tempo, ridículo, efeminado e dengoso, de cinta estreita, gesto miúdo e pèzinho alindado, ignorante do valor e utilidade dos braços, envergonhando-se de os exercitar em qualquer cousa útil, carecendo de servos para substituir em tudo as fôrças que Deus lhe dera, e da abundância de servos tirando presunções de aristocracia e superioridade. O crítico, pelo exemplo na sua pessoa, pagava com o seu sangue o tributo devido às suas convicções e aos preceitos que anunciava; afrontando convenções e levantando grande alvoroço de estranheza, fanatizando alguns, criando sectários e provocando iras sagradas dos adversários, completava as suas afirmações nas suas acções. Dêste modo o apóstolo da nova ordem trabalhava na demolição daquela antiga ordem em cuja ruína se empenhara, e que, verdade seja, não dava sinais de maior resistência.

Vida apolínea! . . . Temperamento e organização atlética, gladiador de vocação, fazendo da robustez um dogma e dos instintos combatentes um sistema de vida, Ramalho Ortigão tinha de

aplaudir o heroísmo, e tinha também, porque as forças têm suas ingénitas fraquezas, de desconfiar da poesia e conhecer mal a santidade. Andava sujeito a tomar por debilidade e até por indignidade o desprendimento, a isenção e a defesa duma liberdade indómita que, para ser inteiramente livre, zelosamente se afasta de todas as lutas. No amor da virilidade chegaria mesmo à ilusão de imaginar que ela legitimava quaisquer desdêns e agravos em que o vulgo pressentia orgulho. Quando Alexandre Herculano consumava em um ermo a plenitude do seu génio religioso, Ramalho Ortigão persuadiu-se de que o guerreiro cometera um crime despindo a armadura e se tornara réu de cobardia porque desertava de uma peleja que reconheceria vã. Exaltado no panteísmo pujante da sua compleição e, pelas tendências da época, sôlto êsse panteísmo de todas as peias que outrora o regravam e subordinavam a um princípio superior divino, proclamada pelas academias e pelo aplauso das ruas a soberania dum despejado naturalismo literário autorizando a orgia, aquele que era vigoroso teve de sofrer as condenações do próprio vigor e de tomar por uma abdicação ignominiosa um alto estoicismo, poéticamente temperado das infinitas doçuras da natureza, e que, vindo ao mundo para servir, servia a terra por não poder servir os homens, servia uma pátria infinita por não poder servir uma outra limitada, acanhada e estéril, da qual por heterogeneidade se sentia apartado. O gladiador, surpreendido, não concebia, e por não a conceber não a admitia, aquela estranha espécie de grandeza que consistia apenas no exemplo da robustez religiosa, dessa que, elevando-nos acima de toda a contingência, faz do isolamento um baluarte e uma redenção. O homem de acção declarava-se incompatível com o contemplativo, não suspeitando a acção, na sua ingenuidade, que para ser eficaz e poderosa carece de que a contemplação a guie e mande e de que a contemplação se alimente e renove na solidão. Quem por suas idiosincrasias e natural poder e até deleite de reacção se sentia bem no tumulto, imaginou sombras de infidelidade quando viu um homem vigoroso fugindo do tumulto, deliberadamente, para contemplar apenas a natureza e por ela trocar a presença dos homens, e incitando-nos por êste modo a fortalecer-nos onde êle se refugiava e fortalecia.

Porque foi exemplo de fortaleza o que Alexandre Herculano nos deu no seu «suicídio», como Oliveira Martins lhe chamou.

Esse amor da terra, que o possuía e desprende do mundo, é e será sempre, demonstra-o a História, o único resgate seguro de toda a adversidade, tristeza e desgraça, a mais salutar das consolações que do abatimento pode restituir-nos à vida. Foi em Vale de Lôbos que Herculano nos mostrou como a energia tocada de religião nos cura as feridas. O epicurista, sequioso dos prazeres da luta e da vitória e do domínio, assim como dos regalos da experiência das cousas e dos homens, sempre terá, porém, de desconhecer o místico. É que este importa uma psicologia a que a sua não pode amoldar-se para lhe seguir com simpatia os arrojões. Uma secreta repugnância os divorcia. E é de notar neste ponto que um dos homens do seu tempo e intimidade que mais escapou a Ramalho Ortigão foi Antero de Quental. Porque também, como Herculano, era dos que os naturalistas chamam místicos e idealistas. O sensualismo dá-se invariavelmente mal com esta espécie de temperamentos; ainda mesmo quando lhes encontra altas qualidades e as regista e louva, hesita e pára a meio caminho, deixando transparecer a ignorância da razão de ser essencial de forças cuja existência pressente sem ser capaz de lhes profundar as origens. Ao absolutismo ingénito dum vigor orgânico tumultuoso nem mesmo ocorre, com a prontidão que a justiça reclama, que cada temperamento carece da higiene própria, dela não prescinde e a ela tem direito, o direito elementar que a criação outorga a todos os seus filhos. Nem sequer concederá de boa mente que a agitação e o clamor, estimulantes indispensáveis para um, sejam venenos mortais para o outro; como, inversamente, o silêncio e a quietude que para um são a condição primária da sua plena expansão, representam para os outros o definhamento e a aniquilação das qualidades mais robustas. Nesses conflitos, a força, degenerando facilmente em despotismo e intolerância, corre o risco de ser induzida a violências que lhe empanam o prestígio.

Os desafectos e indiferenças de Ramalho Ortigão acentuam o seu modo de ser psicológico, não menos cabalmente do que as suas predilecções. O Sr. Luís da Câmara Reis, no breve estudo de Ramalho Ortigão que publicou na *Atlântida*, e que é de todo o ponto notável, tão inspirado em justiça como consciencioso na análise, adverte que o panfletário das *Farpas*, tendo encontrado com frequência «o povo pitoresco dos trajes campestres e das romarias», mal entrevê «o povo das cidades, o proletário ainda

sem organização nem disciplina, por quem no grupo dos intelectuais a que pertence Ramalho, quasi só Oliveira Martins e sobretudo Antero de Quental se interessavam com um sincero entusiasmo». É que, maltrapilhos nas suas enfermidades e imundícies e nos rictos das suas convulsões, ofende o sensualismo florescente e molesta a alegria da saúde, do vigor e do triunfo. Entre o contentamento e a dor, entre a debilidade e a fôrça, como entre a pobreza e o luxo, jamais deixarão de subsistir abismos de desinteresse e afastamento, senão de repugnância. *Chacun ne comprend que ce qu'il retrouve en soi*, escreveu Amiel. Essa lei de identidade é comum a todo o homem. O sofrimento demanda sofrimento para ser ouvido. A fôrça é de sua natureza insensível, o que a torna, bastas vezes, involuntariamente cruel.

Mas nem por isso a fôrça deixa de ser fecunda, e Ramalho Ortigão, cultivando-a, exaltando-a, lançou a sementeira duma seara magnífica de que os que lhe sucedessem colheriam os melhores frutos. O vigor seria para o seu espirito o início, não só da vida, o que é manifesto, mas da beleza que se lhe afigurou o único valor da existência; seria não só uma condição de existência cósmica mas o sacramento essencial duma alma humana. Encontrando-nos em um momento de prostração, queria acordar-nos e gritava-nos alto que nos erguêssemos e nos puséssemos a caminho. Carecíamos de partir de uma verdadeira infância. Teríamos de criar um corpo adestrado, senhor de todas as suas energias, intensamente alimentadas e educadas, liberto dos constrangimentos que o amoleciam, deformavam e corrompiam, e que muitos eram ao tempo. Encontrando-nos em adiantada fraqueza, perdidos todos os hábitos de exercício são e vida ao ar livre que um passado remoto usara com proveito e consagrara, desconhecidos os novos métodos e costumes que em outros países a educação moderna concebera e adoptara com vantagem manifesta das suas gentes, queria-nos caçadores, cavaleiros, nadadores e toureiros, sem temer excessos a que a sua doutrina pudesse conduzir, sem antever o quer que fôsse de moralmente nocivo que pudesse brotar do «fetichismo do nosso rico corpinho», como Antero de Quental em seus gracejos familiares chamava aos delírios de perfumadas abluções que o naturalismo aprimorado pôs em voga, às vezes com algum proveito da saúde, e sempre com alegria da sensualidade e largos lucros dos latoeiros e mais fabricantes de torneiras e outros engenhos de gozar a água.

A sensualidade ocultaria ao epicurista os perigos a que sujeita, particularmente quanto custa em fadigas e opressões dos que por adversidade do destino foram votados a servir a robustez alheia com inteiro prejuízo da própria. Mas não há possibilidade de distinguir onde a natureza não quis distinguir; não poderemos possuir fôrças sem lhes suportarmos suas inerentes contingências e insuficiências. No fim, não haverá motivo de lamentos, pois que uma superior harmonia será pródiga de compensações.

Aquela mesma sensualidade que exaltava Ramalho Ortigão no «fetichismo do nosso rico corpinho» e propagava essa sua entranhada crença, essa mesma, despertando-lhe e revelando-lhe os mais delicados prazeres e os mais puros em infinitas cousas cuja beleza jazia como inerte para a miopia dos nossos olhos, foi o veículo dum acrisolado patriotismo, de incalculável vastidão. E êsse lhe descobria uma fonte de regeneração da nossa raça, êsse iniciava uma grande obra política e moral pela qual o crítico se apaixonou.

Os que têm discorrido sôbre os talentos e acção de Ramalho Ortigão são unânimes em lhe conceder como fôrça íntima «o amor das nossas cousas», que delicada e inteligentemente serviu e em larga escala criou e propagou por todo o país; e com a opinião dos críticos coincide a opinião vulgar corrente. Sôbre êste ponto não nos resta dúvida. É um facto incontestado e só por si bastante para carta de nobreza de quem quer que seja que, sentindo no seu peito obrigações sociais, anseia por cumpri-las.

Com Ramalho Ortigão aprendíamos a amar as nossas cousas, e, tal qual como quando nos ensinava a amar a saúde e o vigor, os seus ensinamentos, após as primeiras hesitações, tomavam aquele carácter prático e concreto, aquela forma tangível sem a qual não haverá expressão completa e idónea do pensamento para quem só pela arte e seus meios sabe proceder. «Um artista ensina mais meramente pelo seu fundo e propriedades, pela sua paisagem, pelo seu traje, pelo seu idioma e pela sua técnica — aquela parte da sua obra, em suma, da qual provavelmente êle é de todo inconsciente — do que pelas elaboradas e pomposas afirmações morais que êle aproximadamente imagina serem as suas opiniões». (G. K. Chesterton). O artista ensina mais pelo que a sua vida exprime das suas tendências do que as suas palavras dizem dos seus conceitos. «O amor das nossas cou-

sas», que se apossou de Ramalho Ortigão, não iria condensar-se em simples conselhos, ou tratados e estudos eruditos, ou sistematizações académicas. O seu ensino era palpável; instintivamente fugiu de todas as abstracções. Transportado para as cousas da terra, não prescindia nem podia prescindir de se traduzir em sensações. O sensualismo, penetrando-lhe toda a alma, precipitou-lhe de uma forma descomunal a actividade. A cultura e a devoção dos cinco sentidos será para êle uma religião, de continuo incensada e alimentada por infinitas devoções. Quando entra na descrição do que viu, do que passou e do que sentiu, ou do que pela tradição alheia imaginou com manifesta mágoa de não o haver experimentado, dilata-se e queda-se a respirar todo o perfume, a contemplar todo o brilho, a embeber-se em todo o sabor. O fausto e o luxo da natureza, como os da invenção dos homens, cativam-no; ponto por ponto os segue e desenha com um deleite transparente e insaciável. Todas as suas páginas o demonstram; não são descrições, são revivescências. Lembrar as cousas e invocá-las era ressurgi-las, revivê-las em sua sensibilidade poderosa, infatigável e ávida de comoções e carinhos. Por isso as suas descrições são o pasmo de tanta gente; espelho da chama em que se abrasou quem as estampa, convertem-se em confissão, em um franco descerrar do peito e das entranhas; vencem-nos pela eloquência da sinceridade dum entusiasmo latente.

Seria talvez êssa mesma sensualidade o segrêdo da vastidão do seu vocabulário. Sabia e usava o nome de todas as cousas e o verbo de todas as gradações, porque todas as cousas e todas as gradações lhe acordavam sua resposta singular nos sentidos. Não só carecia de a definir, mas cada palavra era uma imagem, e cada imagem o renascimento e a carícia duma sensação; e de todas as sensações e carícias se sentia continuamente sequioso para acudir às exigências dum temperamento sem medida no poder e cobiça de absorção. É notável a sua nomenclatura do vasilhame português; poucos ou nenhuns dos tipos principais lhe haveriam escapado — «a talha, o pote, o cântaro, o caneco, o tenor, a tarefa, a púcara, o gomil, a escudela, a tigela, a meia, a quarta, a quartinha, a pinta, a semicha, a sangradeira, a alquara, a vieira, o almude, a tambuladeira, o alguidar e o alguidarinho, o alcadafe, o moringue, o boião, o tarro, o cantil, a almofia, o alcatruz, o porrão, o cocho, o picho,

o pichel, a almotolia, a ancoreta, a taleiga, a galheta, o caldeirão, a caldeira e a caldeirinha, o tacho, a caçoila, a copa, a bateia, o jarro, a bâtega, a pichorra, a botija, a cabaça, a má-laga, etc. <sup>1</sup>. E isto vem após uma enumeração dos tipos de embarcações de pesca e respectivas designações na linguagem popular, o que lhe deu um rol quási tão extenso como o do vasilhame. Tudo isso conhecia e tudo recordava, porque cada uma dessas palavras significava realmente para os seus olhos e para a exaltação do seu affecto a presença duma lembrança de amor. O seu dicionário tornou-se rico de vocábulos, porque todo o ser orgânico da sua pujante personalidade foi riquíssimo de sensações.

Amar e incitar-nos a amar as nossas cousas não podia consistir para Ramalho Ortigão na dissertação documentada sôbre as vicissitudes históricas das oficinas e mestéres, ou sôbre a trama dos tecidos, ou sôbre a graça das nossas olarias e dos nossos trajés, ou sôbre a qualidade e linha dos nossos móveis, ou sôbre a arquitectura e harmonia dos nossos paços e choupanas; era usar e aplicar êsses tecidos, essas olarias, êsses móveis, essas habitações, era restaurar esses mesteres, honrá-los pelo contacto dos nossos sentidos e pelo prazer com que os entretecíamos em a nossa existência, era trazê-los para a afeição e entendimento do nosso ânimo pelo afago, pela penetração da realidade concreta sôbre o espírito antes de lhes querermos pela acção do espírito sôbre a realidade concreta. Não era uma tese de doutorando; era a construção e a decoração duma casa, expressão inicial das nossas afeições e de toda a nossa alma. O homem seria o que a sua pousada dissesse; ela traduziria, muito mais claramente do que longos discursos e palavras vãs, o carácter do seu coração e a natureza da sua intelligência, toda a sua concepção da vida, daquilo para que ela nos serve e pode servir-nos, daquilo a que ela nos obriga e daquilo em que ela nos prende e encanta.

Foi assim que Ramalho Ortigão procurou penetrar-nos do amor da nossa terra e da nossa gente. Porventura as suas armas, tão singelas, teriam sido mais poderosas no bom êxito do combate do que aquelas outras, finamente temperadas, manejadas a primor pelos eruditos que com tanto trabalho, e tão útil,

---

<sup>1</sup> *O Culto da Arte em Portugal*, pág. 132.

brilhante e fecundo, inventariaram nestes últimos cinquenta anos os tesouros da arte ingénua do povo português, constituindo pela tenacidade paciente, discreta, beneditina, a legião mais gloriosa, a meu ver, dum patriotismo genuíno e sem ambigüidades, tão acendrado como inteligente. A beleza simples dum cobrejão do Alentejo ou dum chapéu braguês, o colorido e o desenho dum liteiro, o contôrno dum cântaro beirão, as ramagens dum lenço saloio, o encanastrado dum poceiro vindimo, êsses e infinitos outros estímulos congêneres iniciaram Ramalho Ortigão no amor da pátria e no culto da sua formosura. Dessas inúmeras riquezas artísticas, nascidas do sangue das raças como as árvores nascem da terra, sem a intervenção da nossa vontade consciente, dêsses bens acumulados no correr dos séculos e, não obstante a sua unção de antiguidade, ignorados, proscritos e desprezados pela sentença de barbárie que lhes fôra lavrada por uma sociedade moral e intelectualmente anémica, guardando os restos da sua apagada energia para a obediência a doutrinarismos sáfaros, dessas relíquias fez o missionário e gladiador um evangelho. Por elas quis prender-nos ao passado, por elas pensou renovar-nos os costumes, inspirar-nos a robustez da continuidade, avigorar-nos o espírito e facultar-nos alegrias abundantes, com essa subtil e mágica insinuação da essência maravilhosa a que se dá o nome de *tradição*. Um ano antes de morrer, conversando com um filho meu, dizia Ramalho Ortigão que «pelos cestos se podia fazer uma corografia de Portugal». Assim definia uma compreensão do país e desvendava o fundo mais remoto e firme do seu espírito. Os homens distinguir-se-iam pela feição externa dos seus labores. Os povos e as províncias estremavam-se, não pelas estradas e divisões políticas, ou pelas fortalezas e fronteiras traçadas a fio de espada, ou mesmo pelos rios e mares que o nosso engenho e audácia converteu de separações, que outrora foram, em laços de união, que hoje nos ligam; os povos e as províncias conheciam-se e classificavam-se pelas formas que conceberam e inventaram ou imitaram, pelas estruturas das cousas em que afeiçoaram às suas criações as criações da natureza, em que sujeitaram ao seu conceito de ordem e beleza a ordem cósmica.

Ramalho Ortigão encontrava a sua terra desnacionalizada e erradia, abandonada ao capricho de imitações estranhas, sem carácter seu nem desejo que o determinasse, rolando ao vento

dos devaneios importados ao acaso das suas relações espirituais, verdadeiramente devastada das raízes que lhe firmavam o chão, e a adornavam com a sua verdura e a enriqueciam com os seus frutos. Uma desvairada ambição, honesta e digna nos impulsos fundamentais mas infelicíssima em seus processos e conseqüências, fizera dêste chão uma estufa de plantas exóticas, vegetando mal e continuamente morrendo em grande quantidade; imaginara ser-lhe fácil e proveitoso e nobre trazer de além fronteiras, particularmente de além dos Pirinéus, sistemas políticos, económicos e estéticos que pretendiam moldar em uma simetria de compasso e metro um corpo vivo e corações activos, gerados entre as contingências e fortuna vária duma existência longa, fundamentalmente lógica, conseqüente e unida, apesar de confusa nos aspectos fragmentários e a cada passo tumultuosa, desregada e aventureira. Tinha *sua* beleza naquela perfeita e inabalável ordem que a ingenuidade das raças nunca deixou de instituir, alimentar e afeiçoar e que, desdenhosa de dogmas, sem nenhum preceito abstracto de arte a decretar ou a enunciar, todos os possui e respeita com um talento supremo e uma fôrça inflexível.

Este «amor das nossas cousas», que foi o que subjugou Raimalho Ortigão e o que sem discrepância se lhe atribui e que êle serviu e disseminou com muito eficaz diligência e esforço, será o mais perdurável dos troféus do seu combate. Perante êle esmorecem todos os demais; até mesmo não raro se tornarão efêmeros os que na primeira hora mais deslumbraram e mais opulentos se mostraram. O amor da tradição e a fé no seu poder de regeneração — êste é o grande legado e o mais fértil da sua dilatada jornada, esta a melhor semente da sua sementeira, a mais prometedora esperança que nos trouxe e o mais firme amparo que nos apontou em meio duma tormenta de instituições, de crenças e de costumes.

Em semelhante estado de espírito, a política não poderia dar-lhe confôrto que o tentasse. Era um estôrvo na realização dos seus sonhos, e não será de surpreender que com a suas irreverências, cobiças, materialidades e enfermidades de todo o género, se lhe afigurasse sobretudo uma sobreposição parasitária, de ordinário perturbando e depauperando as energias latentes dos povos, e só por excepção, nada vulgar, guiando ou acelerando o seu natural desenvolvimento.

Todavia Ramalho Ortigão nos últimos usou, segundo muitos creram, túnica de penitente. Morreu monárquico e católico. É certo. E os que tinham assistido ao radicalismo impaciente, arrebatado e devastador da sua entrada em combate, os que haviam conhecido o moço cavaleiro, pouco propenso, como todos os moços paladinos, a transigências e contemplações, absolutamente destituído de respeito por quaisquer idolatrias e superioridades encartadas, tiveram um sobressalto de surpresa e gestos de condenação. Alguns houve que interpretaram a nova condição como sinal de arrependimentos senis, nos quais a debilidade dos anos negava a lucidez sadia da virilidade e a sua obra.

Quem, entretanto, menos facilmente impressionável atentar em a natureza inicial dos combates de Ramalho Ortigão, não se furtará à suspeita de que, se alguma vez êle afrouxou na fidelidade aos seus princípios mais ou menos conscientemente determinados, se houve desvio e se afastou da lógica íntima das suas tendências e temperamento, foi exactamente quando ainda na febre reformista e naturalista do neófito nos instigava a imitações de estranhos e, por exemplo, procurava comunicar-nos a admiração exaltada duma Holanda asseada, nédia, economicamente aproveitada, de muita regra e ordem e de caprichos e devaneios moderados, maravilha, sem dúvida, de civilização material e científica, mas afinal irreconciliável com o sangue de outra composição. Fria e sombria em toda a secura do seu protestantismo multiforme, abastado e sábiamente trabalhador, como subjugada pela necessidade de ser zelosa das materialidades da vida, nunca daria bom casamento com gente que nasceu ávida de alegria e desprendimento, filha duma pobreza que não quer trocar pela riqueza, se esta tem de lhe custar cuidados e vigílias, de todo cativa dos afagos do seu lindo sol, com isso contente e nada mais apeteendo e nem outra cousa julgando digna de ser amada. Sensualista e tradicionalista que de ascetismos e rigores nunca adoeceu, todos se lhe afigurando pecados mortais do corpo e da alma; apóstolo duma regeneração fundada na espontaneidade e nas inclinações da raça que o passado houvesse consagrado como perduráveis e específicas: o que ao espírito de Ramalho Ortigão convinha não era, com certeza, pautar vida nova na esterilidade e nudez das abstracções, conforme o exigisse o radicalismo racionalista, mas sómente desenvolver a vida antiga na ordem e desenho que ela trazia e seguira durante muitos sécu-

los. E, quando a lógica adormecida consentisse que em caminho diverso se perdesse, a sensualidade do artista, invariavelmente diligente e apressada na expressão palpável das devoções e criações íntimas, essa o levaria para onde mais abundassem os símbolos, essa o confundiria no fulgor dos tronos e dos templos, e talvez mesmo o magoasse com os remorsos de alguma leviana impiedade. Pois, que se saiba, até hoje, nestas civilizações que o Mediterrâneo amamentou, os homens ainda não encontraram mais completa e resplendente expressão da comunidade religiosa e da comunidade política do que essa que se traduziu nos paços dos imperadores e nos altares servidos pelos sacerdotes. Entre a dureza ingrata dum republicano catoniano e estóico e a sedução rútila de púrpura cesariana, luxuosa e flácida, a distância é grande e enxameiam tentações que para um e para outro lado nos arrastam. Longos anos e muitas gerações passarão sem que a conciliação possa fazer-se entre o que os sentidos apeteçam e o que o dever e a caridade exigem. Mas, ai do artista! a tentação bizantina não lhe perdoa. Tem de o possuir. No dia em que se deleitou no cristal dum gota de orvalho ou na madreperola dum concha apanhada na baba dum onda, nesse dia lhe nasceu uma alma, não sei se de Deus se de Satanaz, que o entregou deslumbrado aos que revestiram de ouro as moradas dos senhores do mundo e dos senhores dos céus. Ignoro, na verdade, se êsses que assim caíram ou se ergueram, então erraram ou atingiram o mais subido monte da jornada; algum anjo ou demónio me inquieta e atormenta, todavia, segredando-me que o sensualismo será talvez sacramento e viático da mais alta espiritualidade, e que não há modo de amarmos a Deus, aos homens e à terra pátria fora dêste culto das cousas em que Deus e os homens e a terra pátria descem dos reinos etéreos da crença e do sonho, em que se geraram, para nos tocarem na familiaridade dos sentidos, em que se movem e habitam, em que têm a sua morada e onde nos falam.

A fé religiosa e a crença social de Ramalho Ortigão não são, porém, um livro fechado e arquivado nos arcanos da conjectura. A conclusão de todo o seu labor mental, interessando-lhe e consubstanciando-lhe por igual o espírito, o coração e os sentidos, deixou-a êle claramente confessada nas últimas páginas de *O Culto da Arte em Portugal*, a que logo no rosto do livro, em subtítulo e resumo, acrescentou entre outras epígrafes as que

apontavam «o génio e o trabalho do povo», a «indiferença official», a «anarquia estética», a «desnacionalização da arte», e a «dissolução dos sentimentos». Ali se adivinha a apologia e o libelo; uma filosofia, uma religião, uma moral, uma história, uma política e uma arte vagueiam naquelas curtas palavras. Quem conhecer, de leve que seja, o movimento das ideas na Europa nas últimas décadas do século XIX sabe de pronto a que confraria pertence quem em tais termos se apresenta.

As derradeiras fôlhas dêsse livro, seu remate, e remate também da elaboração mental duma vida consagrada à paixão de alcançar para si, dar aos contemporâneos e legar aos vindouros um mundo mais isento de fealdade do que aquele muito mutilado e deformado que encontrara, dizem assim:

«É pelo culto da arte que a religião da nacionalidade se exterioriza e se exerce.

Desde que nas consciências se extinguiu a fé, é por meio da arte que as tradições se transmitem, que os sentimentos se coordenam, que os affectos se depuram, que as paixões se enobrecem. É pela arte, que a exprime, que a poesia do christianismo sobreviverá aos seus dogmas no enternecimento, no amor, na saudade dos homens. É também pela arte que em nossa memoria a poesia da historia sobreleva das instituições, dos systemas, das theorias e dos homens sobre que ella versa.

A politica, depois das desastrosas fallencias de todas as theorias liberaes, cessou por toda a parte de ser um fóco de atracção para as idéas ou para os sentimentos humanos. As leis continuam a fazer-se com o destino unico de serem consecutivamente e invariavelmente decretadas, infringidas e revogadas, para se substituirem por leis novas, que por seu turno se decretam, se infringem e se revogam, como succedeu ás anteriores, como succederá ás que se seguirem.

No momento presente são unicamente os poetas, os philosophos e os artistas que governam espiritualmente o mundo. D'ahi, nos paizes de cultura mental, dominando todos os phenomenos da decadencia moderna, uma effusão de sympathia, de tolerancia, de benevolencia, de perdão, que caracteriza bem o nosso tempo, e de que não ha na historia outro exemplo.

Quando recebemos da Inglaterra a ultima affronta de cancellaria, a que deu motivo o tratado de Lourenço Marques, quem

na minha susceptibilidade portugueza mais suavizou esse golpe foi o critico d'arte John Ruskin, proclamando solemnemente e cathegoricamente aos estudantes de Glasgow que os estadistas inglezes (tratava-se então do Sr. Disraeli e do Sr. Gladstone) não lhe mereciam nem mais respeito nem mais consideração que duas velhas gaitas de folle.

Ruskin separava assim e distinguia radicalmente a Inglaterra do *Foreign Office* e de lord Salisbury, da Inglaterra de *South Kensington*, de *British Museum*, da *National Gallery*, de *Ruskin Museum*, de Darwin, de Spencer, de Carlos Dickens, de Turner, de Burne-Jones, para a qual tenderá sempre e irrevogavelmente a terna gratidão do nosso espirito.

É unicamente pela arte, inherente á natureza humana, progressiva e eterna, que hoje em dia os homens se associam no destino e na solidariedade da especie.

É pela arte que o genio de cada raça se patenteia, que a autonomia nacional de cada povo se revela na sua autonomia mental, e se affirma, não só pela sua especial comprehensão da natureza, da vida e do universo, mas pelo trabalho collectivo da comunidade, na litteratura, na architectura, na musica, na pintura, na industria e no commercio.

É pelo culto da arte, e pela educação artistica que esse culto comprehende, que a producção industrial se especialisa, se valorisa pela originalidade caracteristica do producto, e transforma pela prosperidade, unicamente determinada pelo ensino, toda a economia de uma nação, como se evidenciou nos ultimos tempos na Inglaterra, na Austria, na Allemanha, por via da simples reconstituição dos museus e da multiplicação das escolas.

Finalmente, — se para cada povo a arte é a segurança da tradição, o refugio das consciencias, o mais puro reflexo da imagem benigna da patria, a fonte mais caudal de todos os progressos moraes, economicos e até politicos — para cada homem, na tortura de tantas incertezas moraes, na magoa e na ruina de tantas crenças extinctas, de tantos ideaes desfeitos no melancholico decurso da nossa idade, a arte é ainda, — como diz Schopenauer, *a unica flôr da vida*<sup>1</sup>.

Eis aí o repouso do gladiador!

Nessas passagens, já ia longe o demolidor de outras eras.

<sup>1</sup> *Culto da Arte*, pág. 172 a 176.

Convertido a um estado de afirmação categórica e esboçando planos de edificação conseqüentes, também tinha e jurava os seus evangelhos aquele que tanto rira e desdenhara dos evangelhos alheios. Por sua vez expunha o peito à crítica. A isto o tinham levado os anos, o estudo, a experiência das cousas e dos homens, a observação e talentos próprios, que eram grandes, as idiosincrasias características do seu temperamento, admiravelmente servidas — convêm registá-lo e tê-lo bem presente — pela evolução psicológica da mais subida mentalidade europeia que aquele tempo se alargava em novos e esplêndidos horizontes.

Não estava só. Emquanto em Portugal apenas procurávamos erguer-nos da depressão multiforme que o liberalismo burguês insinuara e desenvolvera nas camadas dirigentes da sociedade, ia longe em outros países, particularmente na Inglaterra, uma reacção e um renascimento que ali punham termo a iguais desgraças e ruínas, provenientes da mesma origem. Ali brilhavam já as visões de génio e ouviam-se claramente os clamores dos profetas, deslumbrando e educando as novas gerações em uma assombrosa renovação da arte e no altíssimo espírito que a determinava. Onde com maior intensidade e em mais largas proporções se alastrara o mal, aí se operava mais cedo a sua remissão. O liberalismo burguês com todos os seus vícios e virtudes não fôra apanágio de portugueses; outros lhe criaram e alimentaram suas prosperidades, sob certos aspectos magníficos. Se em nossas terras o vimos, foi porque o importámos; e, se aqui se distinguiu, foi pela barateza, péssima construção e imperfeito acabamento, mesquinho em toda a escala, na dos bens como na dos males.

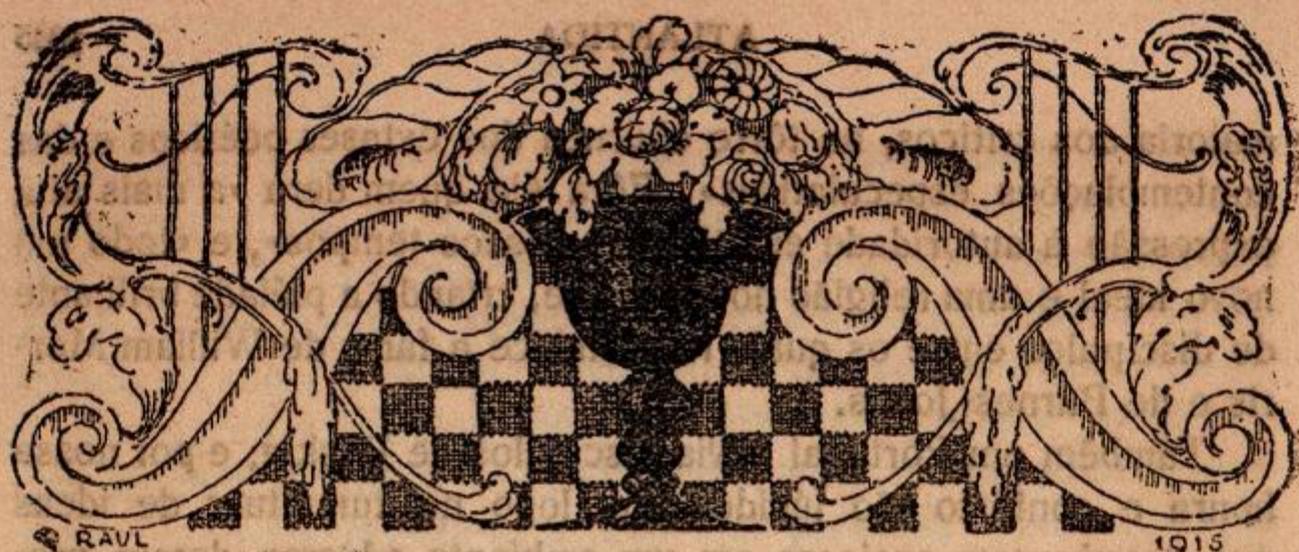
Nem Ramalho Ortigão procurou negar, ou sequer reduzir, a dívida a estranhos que o encaminharam e o esclareceram, de muito lhe servindo na definição das suas tendências e na determinação e desenvolvimento do seu pensamento. Honestamente, e com uma honestidade que respira gratidão, apressa-se a reconhecer o que de terras alheias trouxe na sua bagagem. Nesse mesmo *Culto da Arte*, em que o entusiasmo preteriu a mordacidade, discorrendo sôbre o trabalho moral da fiação à mão e da tecelagem, aproveita o ensejo para nos atrair à admiração de Ruskin, «glorioso campeão da estética e da arte em todas as suas complexas e mais variadas manifestações, que não podia deixar de ser lembrado por todos os que se interessam em tais assuntos», grande homem de acção, «que não se emparedou, como a

maioria dos críticos, na tórre ebúrnea dos êxtases poéticos e das contemplações especulativas». Fôra êle quem dera «a mais alta expressão à autoridade estética em nossos tempos», e «todo um novo ideal e uma religião nova» à arte, criando a pléiade brilhante de discípulos entre os quais resplandece a fama de William Morris e de Burnes-Jones.

Também em Portugal havia discípulos de Ruskin, e por nossa honra e confôrto tão lúcidos que logo no tumultuar de ideas que germinavam ansiosas em um ambiente adverso deram provas de haver pressentido as lições do mestre, antes mesmo que o génio incomparável da sua eloquência e o esforço robusto das suas obras tornassem acessível aos mais tardos e humildes a estrada plana de tão piedosa romagem. Também em Portugal alguém houve que da altura elevada em que os prestígio duma prolongada e triunfante campanha de acerada crítica o havia pôsto, lançava pregão chamando ao «culto da arte» os que «tivessem corações portugueses». Porque por êsse culto «se transmittiam as tradições, coordenavam os sentimentos, depuravam os affectos e ennobreciam as paixões». Por êle «sobrevivia aos dogmas a poesia do cristianismo», (como poderia Ramalho Ortigão desamar por muito tempo o catolicismo, se foi o catolicismo que mais estreitamente uniu e confundiu a religião e a arte, fazendo da religião qualquer cousa do mundo tangível?!...) e por êle «a poesia da história sobrelevava das instituições, dos sistemas, das teorias e dos homens».

O crítico transformou-se em crente, o demolidor sonhou uma reconstrução, e o gladiador, porventura algumas vezes arrependido dos excessos de seus ímpetos, sacramentou-se na sua própria oração e, abdicando de passadas glórias do seu vigor que inflamavam o aplauso das multidões, quedou-se por fim a murmurar comovido a sua prece:

«Se para cada povo a arte é a segurança da tradição, o refúgio das consciências, o mais puro reflexo da imagem benigna da pátria, a fonte mais caudal de todos os progressos morais, económicos e até políticos — para cada homem, na tortura de tantas incertezas morais e na ruína de tantas crenças extintas, de tantas ideais desfeitos no melancólico decurso da nossa idade, a arte é ainda, — como diz Schopenauer, — a única flor da vida».



# O Fogo de Santelmo

(OBRA INÉDITA)

ARGONAUTICA — DIOSCURI

## I

É aos trabalhos sôbre argonáutica que temos de ir buscar os elementos da nossa demonstração. Documentá-la hemos com citações de escritores, cuja tradução iremos fazendo pelo processo de *A. Constans (De Serm. Salust.)*.

E sem nos preocuparmos neste lugar com qualquer das teorias que acêrca da reconstituição das diferentes viagens heróicas do mundo antigo têm sido formadas (vid. *Tim.*, *Mül.*, *Curt.*, *Sarmt.*, etc.), vamos simplesmente indicar o que dêesses acontecimentos possa servir ao nosso propósito.

É a Grécia heróica que com essas expedições se ufana, embora os *Argonautas* não pudessem ter sido gregos, nem a Cólchida, nesse tempo, pelos gregos conhecida, nem o *Ponto Euxino* teatro possível sequer duma expedição marítima, como a de *Apolónio*. A tradição fenícia, indicada por *Strabão*, autoriza-nos a supor que o *Velocino de Ouro*, dos argonautas gregos, se reduz a procurar um caminho para uma ilha de nome conhecido, e cuja posição geográfica era «nas extremidades do mar e da terra» (*Cassatêrides?*, vid. *Sarmt.*).

Também diversos comentadores de *Os Lusíadas* têm querido ver na palavra *Taprobana*, coluna da navegação do Gama, o

nome duma terra situada no extremo do mundo. Mas não pode ela ter essa compreensão, nem ainda mesmo que se tome no sentido latino. O erudito Sr. Epifânio cita as palavras de Plínio: — «*Taprobanam alterum orbem terrarum esse diu existimatum est, (C. X. VI, § 81. — Vid. Lus. est. 1, 4, nota), isto é, julgou-se por muito tempo que Taprobana era o outro mundo*». E ainda: *Sed ne Taprobana quidem, quamvis extra orbem a natura relegata nostris vitiiis caret*. A palavra «ORBEM» significa *redondeza, o mundo que é redondo, as terras abrangidas num círculo, o conjunto delas em derredor*; e portanto a «Taprobana» ficaria para fora da periferia das terras.

No canto X, est. 51, indica-nos o Poeta de novo essa mesma região, caracterizada já «*pela fama do seu nome antigo*» (v. 2.), já «*pela cortiça cálida e cheirosa*» (v. 4.), e ainda pela fortaleza levantada em *Columbo*, por Lopo Soares (*vid. Cast.*).

Não é de crítica êste nosso trabalho; limitar-nos hemos a enviar o leitor para o *Périplo de Duarte Barbosa, Dec. de João de Barros, Pas. dos Lus. de V.-Abreu, Notícia para a Hist. e Geog. das Nac. Ultr. apud Ac. das Scien. de Lix.<sup>a</sup>*. Cfr. também a est. 122 do Cant. X dos Lus. com a lição de João de Barros, in III, 3, 4.

*Os monstros filhos de hũ feio ajuntamento de hũa mulher e hũ cão*; o termo *siamês*; a ponte dos *sísmios*, em Ceilão; a tradição dos *Ainos*, ainda hoje existente em todo o império Nipon; a lenda dos *Caribas*, na ilha de Cuba; a dos *Cara-Guirguises*, e a dos habitantes das ilhas *Adamanes*, segundo Marco Polo; e, doutra maneira, a lenda de *Semíramis* (*vid. eps. Ign. Cast.*), de *Ciro*, de *Átila* e a de *Rómulo e Rêmo*; os corvos do profeta *Daniel*; os cães do fariseu e as feridas do leproso; o mito do lobisomem, segundo *Consiglieri*; a história dos *Gueffos*... etc., etc., obedecendo ao mesmo princípio de *totemismo*, explicam *aquele nome*.

A denominação dessa ilha, já famosa pelo nome antigo, é, a nosso ver, a que lhe provêm da lenda budista. E por isso foi considerada, pelo autor duma Epopeia religiosa e fatalista, como o povo cujas grandezas cantava, a mais importante, sob êsse aspecto, em toda a região do Oriente, para designar o limite, a *Coluna* da aventura marítima do mesmo povo.

Nenhum sentido podia fazer uma navegação, cujo limite estivesse *para além* do outro mundo; nem mesmo *para além* do

mundo e nem mesmo ainda para além do mundo conhecido, isto é: *para além da Taprobana*, para além da realidade.

Mas desviemo-nos do interessantíssimo estudo de relação entre todas as emprêsas marítimas dos tempos heróicos, quer do que diga respeito à Odisseia e Argonáutica, quer ainda aos Périplos de Hanon e de Silax, aos fragmentos da Heráclea, ou Trabalhos de Hércules e lenda de Orfeu, e ao que de todas estas obras há de confundível com a Eneida e *Lusíada*.

\*\*\*

No canto I da legenda de Apolónio, vem a enumeração das personagens que à emprêsa heróica concorrem. Entre êles, o vigoroso Pólux e Castor, hábil em domar cavalos, frutos dum só e penoso parto, foram enviados de Sparta por sua mãe, filha dum rei da Etólia. Digna esposa de Júpiter, Leda não temeu separar-se de seus filhos (Arg. I).

Estes nomes também se encontram em Homero, mas tratados sob aspectos diferentes. Na Ilíada, quando Páris propõe terminar a guerra por um combate singular e Menelau aceita o desafio, Iris vai advertir Helena dêste sucesso e ela corre aos baluartes para ser testemunha da luta. Encontra aí Príamo, cercado dos velhos troianos da sua côrte, que lhe pergunta os nomes dos guerreiros que se avistam no campo grego. «Eu conheço, diz ela, todos os Reis que cobrem essa planície, mas não distingo meus irmãos, Castor, domador de cavalos, e Pólux estrénuo no pugilato. Como a minha dor aumenta por não terem querido êles trazer ao campo da honra o opróbrio de sua Irmã!» (*Ilid.*, ed. de Jo. Ernest. *Glasguae*, III, 95-266). Na Odisseia, guiados os Argonautas por Circe a consultar Tirézia, chegaram a Ciméria, onde a noite *catulada* os envolveu. (*Cfr. Georg. III, 375; Ovid., Metam. XI, 592; Tibl. IV, 64*). Feitos os sacrifícios para invocar os Manes, surgiram do Érebo as Almas dos antepassados, dos companheiros desaparecidos e dos heróis mortos na guerra; e em grandes clamores evolavam em volta dos altares. Com palavras mestas diziam vaticínios, por Ulisses interrogadas, que via perpassar umas atrás outras as Almas dos mortais. Aí concorre «Leda, consorte de Tíndaro, mãe de Castor, domador de cavalos, e de Pólux, estrénuo no pugilato». (*Od. XI, 297*).

É o mesmo verso da Ilíada, já citado. Também aí são classi-

ficados de «vivos sôbre a terra com honras semelhantes a Deuses» (*id.*, *ibid.*)

Mas examinando os *Hinos* que a Homero se atribuem, lá se encontra que «a sua musa canta sob o nome de Tindárides os filhos de Júpiter Olimpo, no alto do Tajecto dados à luz pela veneranda Leda, exímios aurigas de cavalos velozes» (*Him.*, *in Jov. puer.*) Também se apresentam como «protectores dos homens e dos navios, quando as tempestades hiemais revolteiam o mar implacável: é então que, sendo invocados os filhos do Grande Júpiter, a quem fazem votos de cordeiros alvos, aparecem êles, sacudindo pelo ar as asas flavas. O impetuoso vento e a vaga que faziam sossobrar o navio acalmam à vista dêstes sinais. Os nautas, exultando, dão fim ao infeliz labor» (*id.*, *ibid.*, *in eosdem*).

Aqui já são Divindades. É que Júpiter lhes concedeu a «honra de ter assento entre os Imortais e alternadamente voltar a viver entre os homens» (*Od.*, *XII*, *300*, ed. cit.)

Mas em Apolônio é que todos estes atributos de semi-deuses se tornam realidade. A edição de que nos servimos não numera os versos e por isso só podemos fazer referência aos cantos. Assim é que no Canto I, na luta com os Doliões, a cuja terra os Mínias regressaram segunda vez, batidos das tempestades, os dois gémeos de Tíndaro derrubam, como homens em luta defensiva, o gigante Magalóssaco. No Canto III, aportados a Colchos, o rei Aeta põe como condição da entrega do *Velo de Ouro* que o Esónide, jungidos os touros que vomitam fogo, vá lavar o Paúl de Marte e semeie nele os dentes do Dragão.

A costa é inacessível e o poeta assim simboliza as dificuldades do desembarque. Mas à empresa se oferecem os dois Filhos de Tíndaro. Domados os touros por Jasão, mercê dos filtros fornecidos por Medeia, são ainda os Tindárides que erguem do chão o arado que levantam à altura do jugo. O carácter de Pólux, porém, melhor ficou desenhado no Canto II, quando Amico desafia um dos Mínias a medir consigo as fôrças. A vitória de Pólux, descrita admiravelmente desde o desdém do seu contendor ao arremessar-lhe os *cestos* para êle escolher, até o golpe sôbre a orelha que a caixa óssea lhe fende, deu origem a um dos mais belos Idílios de *Teócrito*.

Lavrado o Paúl de Marte e senhores do *Velo de Ouro* pela traição de Medeia, cega pelo amor que o Herói lhe inspira, os

Mínias fogem céleres por um caminho errado. Juno deu-lhes *propício agouro de celeste fulgor* a indicar-lhes caminho seguro.

Também os Magos foram guiados por uma estrêla; Moisés por uma coluna de fogo era guiado no deserto; Afonso Henriques mostrou aos soldados, acampados em Pernes, o rasto de Luz que lhes mostrava Santarém (*vid. Hist. do Ant. Testam., J. VILH., etc.*)

Perseguidos pelos Cólchios, é ainda Medeia quem prepara a cilada em que Absirto encontra a morte. Jove, indignado de tanta crueldade, ameaça-os falando-lhes de dentro da quilha da nau e ordena a Pólux e ao Irmão que os Deuses aplaquem. Ruge a procela; cai a noite: os Tindárides, de mãos erguidas, aos Deuses enviam súplicas, finalmente ouvidas no Olimpo. Por êste facto, sacrificios e altares lhes votaram e aos pósteros ficaram como protectores dos navios (Canto IV).

Não julgamos necessário seguir a lenda em todas as variantes dos documentos escritos. Os doze Trabalhos de Hércules, nomeadamente o 10.º acêrca da viagem à Eritria (Gades?), e o 11.º relativo ao jardim das Hispérides (descoberta das Canárias?); o Périplo de Hanon e a tradição conservada por Hesíodo acêrca da fundação de colónias junto do mar Austral, no dizer de M. Sarmiento, encerram sem dúvida vasto assunto de proveitosa lição.

Mas êste importantíssimo objecto das crenças religiosas de todos os povos da antiguidade é tão difficil de tratar que M. Félix Lajard (*An. de l'Institut. Archéol., 1841*), tendo-se sentido atraído durante os seus preciosos estudos sôbre *Vénus e Mitra*, para o de Castor e Pólux, pela quantidade e natureza dos monumentos em que êles figuram, prometeu, sôbre estes, um outro estudo que não nos consta que tenha chegado a publicar. Também M. M. Albert (*Bibl. des écol. franç. d'Ath. et de Rom.—Ministère de l'Instr. Publ.*), no seu trabalho sôbre Castor e Pólux, baseado em *Monumentos figurados* por falta de *textos escritos*, citando Preller, em cuja galeria mitológica os Gémeos ocupam lugar modestíssimo, afirma que ninguém ainda tentara tal empresa.

Nós, humilíssimo cabouqueiro, baseado apenas em *textos escritos*, de investigação difficilima, aludindo muito raras vezes a monumentos figurados que só por catálogos podem chegar ao nosso conhecimento, não podemos transcrever os textos gregos para a documentação precisa do desenvolvimento da legenda primitiva.

Já assim não sucede, porém, depois da introdução do seu culto em Itália; e nós que faremos o estudo de Castor e Pólux, apenas sob o aspecto de *Divindades Marítimas*, no que diz respeito à cristianização do mito romano, não julgamos também imprescindível percorrer todo êsse labirinto de tradição escrita.

E se não fôra isso, teríamos então de ir buscar ao Oriente a documentação necessária para demonstrar os *ancestrais* de Castor e Pólux e embrenhar-nos nas hipotéticas verosimilhanças do mito védico dos *Aruínos*. Já M. Maury, no tomo I, nota 3 da pág. 210, das *Religions de la Grèce Antique*, deixou esboçada a relação *possível* dos Argonautas com os *Aruínos* (servimo-nos do termo português, conforme o *Dicion. Port.-sancr.* de V. Abreu). Também a *Sarana* indiana, símbolo da Aurora, legaria a Helena, irmã dos Filhos de Tíndaro, os atributos da sua personalidade (vid. trad. da liç. XI de M. Müller, *Nouv. leç. sur la science du lang.*)

Na verdade são os Axuínos, *filhos do céu e do ar* (*Rig-Veda, tom. IV*, trad. de Langl.), do mesmo modo que Castor e Pólux são *Dioscuri*.

## II

O *Tempo Indefinido*, *kronos*, isto é, *Saturnus*, ocupava o mais alto grau da hierarquia divina. Representava-se sob a forma dum monstro com cabeça de leão e o corpo cingido por uma serpente. O scetro e o raio são-lhe atributos de divindade soberana; as asas, símbolo de rápida carreira; o reptil que o aperta nas suas rôscas, o curso do Sol sôbre a eclítica; os signos de Zodíaco gravados sôbre o corpo monstruoso, emblemas das estações (*Vid. F. Cumont, Le mit. de Mith.*). Reúne virtualmente o poder de todas as divindades que só dele tiraram a existência: — *Causa Suprema* dos estóicos: talvez *Fatum* sob outro aspecto.

As divindades cósmicas *Júpiter, Juno, Neptuno*, personificando o *Céu*, a *Terra*, o *Oceano*, representam indubitavelmente o problema da origem do mundo, *resolvido* pela *procriação* e *fecundação*, como fácil é de concluir, lendo-se em qualquer mitólogo a biografia dessas divindades. A *Cosmogonia*, ao contrário da *Teogonia*, concebe os Deuses como princípios de incessante transformação do mundo que enchem de energia própria, congé-

nita e atávica, da mesma origem dêles originada: — de *Júpiter* celeste e de *Juno* terrestre (*vid. Ovid. Meth.*).

Certo é que no Ocidente a mesma divindade se nos apresenta às vezes com carácter múltiplo, múltiplos atributos e aptidões divergentes. Ninguêem ignora, porêem, como são irreconciliáveis a *Astrologia* semita, o *Naturalismo* iraniano e o *Paganismo* grego. E se não perdermos de vista a transformação, aparentemente científica, que em Babilónia sofreram as crenças pérsicas e a assimilação dos Deuses do Iran aos *Astros* do Vale do Eufrates, não teremos dificuldade em encontrar a explicação.

Foi assim que *Saturnus*, já conhecido dos Hebreus e Árabes, sob a designação de *Fatalidade*, *stela nocens*, *sidus triste* (*Vid. Juvn.*), origem de chuveis torrenciais (*vid. Plin.*); divindade semita de origem Caldaica, pôde ser pelos Egípcios considerado *Rei do Céu*, *Habitante do Céu*, com etimologia cóptica (*vid. Ros.*, etc.); asiático com reflexos de *Indra* (*vid. Hesío.*) pôde ter, como deus indígete, lenda corrente em Creta (*vid. Cic., De nat. deor.*), tendo já sido adorado pelos Pelasgos, como divindade ctónica, (*Vid. Larous.*).

Considerado também deus das sementeiras — *sata* —, as *estrelas* que lhe servem de prisão, os anéis, seriam as sementes inanimadas no seio da terra para germinarem na época das *saturnais* (*vid. Macrob., T. Liv., etc.*).

Princípio cósmico de divindade procriada, *divus*, rei do céu, *ctonus*, habitante da terra, *sator*, dador da humanidade, em convívio então com os deuses (*vid. Hesío.*), já desassossegada ou pela saúde do passado feliz, ou pela aspiração do futuro (*vid. Plat.*), provocada a luta dos *Titans*, — a natureza no estado de formação incompleta, — foi expulso do Olimpo, vindo esconder-se na Terra (*vid. Hesío., Plut., etc.*), no *Latium* (*latere*, *estar oculto*), — a *Saturnia Terra* (*vid. Virg.*).

Velho e ágil como o tempo que personifica, exercendo ao acaso um cego poder (*vid. Litr.*), fazendo o mal sem ódio e o bem sem amor (*vid. Lam. Herol. X*), *Kronos* devorou os espaços do tempo, — os *Filhos*, isto é: aquilo mesmo que o tempo criou: — *Deus da Criação*, da  $\sqrt{kar}$ , isto é: *Facere* (*vid. adit. dic. sams. V. Abreu*), a mesma donde provêm *Ceres* (cfr.  $\sqrt{dhā}$  e  $\sqrt{hr}$ , donde *Herus*, o possuidor, *id.*)

Estão hoje esclarecidos muitos mitos indo-europeus (*vid. Prel., Perr.; Bréal, Baudr., Rial. Müll., etc.*), todos os quais se refe-

rem ao eterno combate do sol contra a nuvem, do dia contra a noite, na sua forma de hinos aos amores da Aurora e do Sol, aos triunfos de Indra sôbre os Dragões, à conquista dos Pomos, ou Velos de Ouro pelos heróis solares, etc.

A história dum nome divinizado, servindo ao nosso propósito, pode dar idea do método comparativo que tanto serviu também aos criadores da sciência da mitologia. O antropomorfismo, que tem um importante papel na criação dos mitos e dos deuses sem a *metáfora* que tirou do mundo animal o traço característico de muitas personificações, deixaria sem entendimento mais de um capítulo da biografia heróica (*vid. M. de Guber., Zool. mith.*).

Já nos referimos ao *totemismo* (*vid. supra*), e abundantes são os exemplos em Homero, Apolodoro, Hesíodo, Apúleo; nos poemas indianos; nos contistas slavos, turcos, finlezes, persas, árabes; em Grimm; em Perrault. Mas sob essa imensa variedade de mitos animais, encontram-se sempre os mesmos personagens: — o sol, a lua, a aurora, os ventos, as nuvens, os dois crepúsculos (*Aruinos, Dioscuros*), etc. Tal é o mito dos *Gêmeos*.

M. A. Lafèvre (*Relig. et mith. comp.*) assim se exprime na análise dum nome: — «Entre as raízes comuns a todas as línguas arianas há uma que se apresenta sob duas formas: — *Div* e *Dyu*, ou *Dju*, conforme precede vogal ou consoante. *Div* converte-se por reforçamento em *Daiv*, e *dâiv*: *Dyu* em *Dyau* e *Dyâu*. Esta raiz significa *brilhar, resplendescer*.

De *Div*, sob as formas de *Daiv* (ou *Dev*) e *Dâiv*, originaram-se: em sânscrito *Diva*, *dia*, *céu*; *Divya*, *celeste*; *Dêva*, *brilhante diyino*, *deus*; *Dâiva*, *sorte*, *destino*, (*vid., para as significações, dic. sans. V.-Abreu*); em grego *Dios* (ou *Divos*), *deus*; em latim *Dies*, *dia*, *Divum* e *Dium*, *o céu*; *Diana*; *Deus*».

O sabio mitólogo leva a sua análise até as línguas anglo-saxónicas, alto-alemão, língua de Edda e lituano.

«De *Dyu*, sob as formas *Dyau* (ou *Dyav*) e *Dyâu* (ou *Dyâv*), originaram-se em sânscrito *Dyus*, *o dia*. *Dyubhis*, *todos os dias*; *Dyaus*, pl. *Dyôvas*, *o céu*, *os céus* (*para as signif. op. cit.*); em grego *Zeus* e seus congêneres *Zên*, *Zênos*, *Zênôn* (*Djânôn*); em latim *Jovis* e *Diovis*; o primeiro elemento componente de *Ju-piter*; *Junus*; *Juturnus*; *Janus*».

O mesmo autor cita de Max Müller (*Es. de mith. comp.*), e de Bréal (*Herc. et Cac.*) o seguinte exemplo de *palionimia*:

— «*Dyaus* foi na origem um dos nomes do céu. Provém dum radical árico que significa *brilhar*. Nas línguas afins do sânscrito converteu-se em: *Zeus, Dies (piter), Diovis, Jovis, Jupiter, Ju-(no), Dius, Dia, Diana, Junus* (pag. 112, ed. 1878).

O sábio orientalista português, Doutor Guilherme de Vasconcelos Abreu, com cuja amizade nos honrávamos tanto que à sua perda não podemos ainda afazer-nos, num erudito artigo, sob o termo *Pater*, que um jornal de Lisboa publicou (*Dia*, 1901), certamente da maior parte desconhecido, desta maneira se expressa: — «*Jupiter*, ou *Juppiter*, corresponde pelas formas anteriores *Diuspiter, Diuspiter*, ao sânscrito *Diauspitar* «padre luminoso, ou céu padre» — logo veremos que intenção há neste nome.

De *Jupiter* também se dizia *Sator*; e em mitologia sânscrita *Diauspitar* era o gerador das coisas e dos entes, e a sua mãe era a Terra, tanto na Índia, como na Grécia e em Roma (Cfr. Dr. B. W. Leist., *Alt.-Arisches Jus Civile*, I, 65).

Como relação de superioridade, era *Jupiter pater*; *Jovis*, — ou *Diovis pater* —, era o soberano do claro céu, o regente do mundo, e em geral dos homens e dos deuses e de toda a natureza física, e mantenedor das leis cósmicas e até certo ponto das leis morais, *Dius Fidius*.

Em mitologia, e caracteristicamente no latim, o nome que expressa o atributo principal da divindade é antropomorfizado em deusa consorciada (mulher — digamos assim) do deus a quem tal atributo cabe. Juno, em latim *Iuno*, é contracção de *iouino*, derivado de *iouvis*, ou *iovvis*; era a deusa celeste *Lucina*, como *Jupiter*, era *Lucetius*, e era no sentido cósmico e no moral *Sospita, Mater, Regina*, empunhava a lança (*curitis*), era o guerreiro protector da família, era o reflexo antropomórfico de *Jupiter* «o céu claro *padre*, o espaço luminoso»: *padre* isto é: «regedor» das coisas celestes e terrestres, das cósmicas, das morais, dos deuses e dos homens, do mesmo modo por que era *pater* «regedor» dos membros da família, tanto das pessoas morais, como das pessoas corpóreas, o *pater, pitar* na família, embora não fôsse *genitor, janitar* (Cfr. Dr. C. W. Leist, *Alt.-Arisches Jus Civile*, I, 64, 76 sgs.; II, 158).

\* \* \*

*Saturnus* ou *Kronos*, expulso do Olimpo pelos Titans, foi substituído por *Zeus*, seu filho *fecundado*, Titan também, único que

não devorou por argúcia mulheril, e ficou em atributos igual ao *Padre*, dirigindo os dias, os anos, as estações, presidindo aos climas, e às tempestades, regulando os meteoros, como deus solar também, e recebendo no equinócio os sacrificios dos homens. *Zeus é Ju-piter*. Vivendo no convívio dos mortais, tomou a forma de cisne para surpreender Leda, esposa de Tíndaro, rei da Etólia. Várias estátuas e pinturas, cuja descrição pode ver-se em *Clarac (Mus. de mith.)*, representam a scena amorosa do cisne, perseguido pela Águia, ir refugiar-se nos braços de Leda. Dêste abraço nasceram Castor e Pólux e Helena do mesmo ôvo e no mesmo dia; ou então, se Pólux e Helena são únicos penhores das carícias do Deus, metamorfoseado em cisne (vid. *Apolod., III*), e Castor é filho de Tíndaro, e todos três no mesmo dia vieram ao mundo, é porque Leda na mesma noite se uniu ao cisne e ao espôso, (vid. *Pind. Nem. X*).

M. Albert, sob o n.º 238 do seu catálogo, descreve uma pintura do Museu de Nápoles, representando Leda, assentada, brincando, com um ninho na mão que mostra a seu Consorte e donde surgem as cabecitas de três recém-nados (vid. *Le cult. de Cast. et Pol.*)

E assim designados pelo nome patronímico de Tíndaro, foram chamados *Tindárides*; mas conhecidos também pelo patronímico de Zeus, foram chamados *Gêmeos, Filhos (Kuros) de Ju-piter*, isto é: do *claro céu, do espaço luminoso*, — *Dious de Div (Dyu)*; — *Dioscuri*, *meteoro celeste, luzente*, que arde como espécie de fumo, sem poder chamar-se *flamma*; *spiritus aridi*, às vezes *torres*, às vezes *caprae et vagae*; *dipsas, arges, ecnefthiae, presteres, stellae* (vid. *Aristot., Vital interp., Meteor, I, 4.º*), determinado por *Zeus, Ju-piter, sator et rector*.

(Da parte I — *Grécia Antiga*).

JAIME M. VASCONCELOS.



## A tragédia do Inverno

### I

*Tal como um grande círio a bruxulear na bruma  
o sol, nublado, expande um brilho de agonia.  
Trona de quando em quando. E sob a névoa fria  
de ásperas serras más o alto perfil se apruma.*

*Correm sombras no chão. O rio se avoluma.  
O claro olhar dos bois chora de nostalgia.  
Ao norte, ao sul, com ânsia, o coração espia  
e uma só flor não vê, não vê ave nenhuma.*

*Dorme a Terra. E nada há, sob o ermo firmamento,  
capaz de a despertar do letargo em que dorme,  
cega de sono hiemal, surda a qualquer lamento.*

*E êste nevoeiro imenso evoca, assim disperso,  
como após um incêndio, um turbilhão enorme  
de poeira e fumo a ondear no vácuo do Universo...*

*Cala-te, vento mau! Tem dó dos infelizes,  
tu que, infeliz também, sempre clamando passas!  
Ouve. Há uma queixa em tudo. Há lágrimas e crises,  
blasfêmias e orações e lutos e desgraças.*

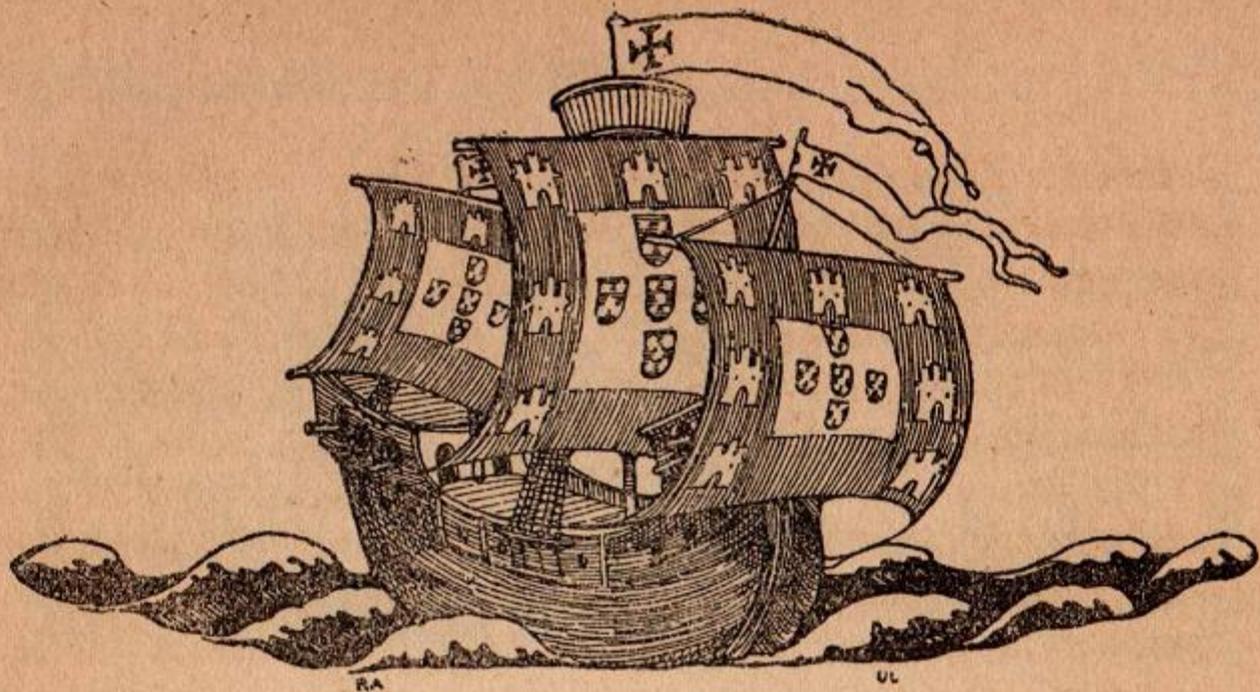
*Range os dentes a fome. E preenhe é o céu de ameaças.  
A seiva, com a friez, reflui toda às raízes.  
E há como que um desmaio em todos os países  
e em todas as regiões alvejam as carcassas.*

*E os naufragos a dar na praia, em desalinho!  
E a lareira sem brasa! E a estrada em ruína e lodo!  
E as árvores sem fôlha! E os pássaros sem ninho!*

*E o vento e a chuva e os cães a uivar num côro alterno!  
Tal, de um clamor confuso enchendo o espaço todo,  
lenta, se desenrola a tragédia do Inverno.*

MANSUETO BERNARDI.

Da «*Terra Convalescente*», no prelo.



## Os portugueses no Mediterraneo

### O BOMBARDEAMENTO DE TRÍPOLI

Em Abril de 1799 cruzava no Mediterrâneo, entre Nápoles e a Sicília, a esquadra portuguesa. Comandava-a D. Domingos Xavier de Lima, Marquês de Nisa, contra-almirante que apenas contava trinta e quatro anos, mas que prestara já serviços de importância no comando de vários navios, comissões em que a sua perícia e valentia lhe valeram elogios, distinções e mercês valiosas.

Constituía essa poderosa fôrça naval as naus *Príncipe Rial*, de três batarias e cento e dez peças; *Rainha de Portugal*, de setenta e quatro; *Afonso de Albuquerque*, de setenta e duas; *S. Sebastião*, de sessenta e quatro; das corvetas *Andorinha*, de vinte e seis; *Benjamim*, de vinte e duas; e dos brigues *Falcão* e *Gaivota*, cada um também de vinte e duas peças. Total: oito navios e quatrocentos e doze canhões.

Devido aos motivos políticos, que então se desenrolavam na Europa, o govêrno de Lisboa determinou ao Marquês de Nisa que se collocasse com a sua esquadra às ordens de Horácio Nelson, então ainda contra-almirante como êle, mas já comandante da *Red Fleet* («esquadra vermelha»), cheio de renome pelo cêrco de Basti, com um ôlho a menos no assédio de Calvi, admirado pelo bloqueio de Génova, pôsto em evidência pela sua coduta na batalha de S. Vicente, querido pelo seu país em virtude do bombardeamento de Cadiz, com a perda do braço direito no assalto a

Santa Cruz de Tenerife, coberto de glória pela destruição da esquadra francesa em Abukir, criticado, ridicularizado quási pela sua adúlterina ligação com Lady Hamilton, mulher do embaixador britânico em Nápoles.

A regência do Trípoli, nessa época, como todos os outros Estados muçulmanos do Mediterrâneo, gozava da fama de ser um temível e quási inexpugnável covil de piratas. As incursões dêstes audaciosos ladrões do mar estendiam-se não só ao litoral dos países vizinhos, mas, subindo de arrôjo, transpunham o estreito de Gibraltar, assolavam as costas de Portugal, varriam, acometiam e roubavam os barcos descuidosos que pairavam no gôlfo da Gasconha.

A 30 de Abril de 1799 a nau *Afonso de Albuquerque* veleja de Palermo com a seguinte Ordem:

Por ordem de Lord Horácio Nelson, cavaleiro do Banho e contra-almirante da Esquadra Vermelha, etc., etc.<sup>1</sup>

V. S.<sup>a</sup> é por esta requerido e solicitado a receber a bordo da nau de S. M. F. *Afonso de Albuquerque*, debaixo das suas ordens, Simão Luccas Esq.<sup>te</sup>, cônsul de S. M. B. em Trípoli, encarregado de uma carta minha para o Baxá, e a seguir com êle para o Trípoli na Barbaria. Como as circunstâncias da guerra são tais que tornam impróprio V. S.<sup>a</sup> molestar ou impedir qualquer corsário pertencente ao Estado de Trípoli ou de Túnis na sua travessia para lá, V. S.<sup>a</sup> se conterà de apresar quaisquer navios pertencentes a estes Estados. Na sua chegada a Trípoli V. S.<sup>a</sup> auxiliará Mr. Luccas nos seus negócios com o Baxá, a fim de serem atendidas as minhas reclamações. Incluso remeto a V. S.<sup>a</sup> uma cópia das minhas cartas ao dito Baxá e a Mr. Luccas. Requeiro a V. S.<sup>a</sup> que lhe preste todo o auxílio, a fim de que se conforme com os termos nela mencionados à excepção do último artigo, relativo à entrega do capitão do pôrto, em que não deve persistir a ponto de ser motivo de qualquer hostilidade. No caso, porém, em que o Baxá se negue a entregar o cônsul francês, etc., etc., então tem perfeita liberdade de obrar da maneira que julgar mais própria para o serviço de S. M. F. Tendo finalizado êste importante negócio, V. S. voltará a unir-se comigo neste pôrto.

Dado a bordo da *Vanguard*. Palermo, 28 de Abril de 1799.

*H. Nelson.*

Ao comandante da nau de S. M. F. *Afonso de Albuquerque*,  
Por ordem do almirante, John Tyson.

As instruções expedidas por Nelson a Simão Luccas, em 28 de Abril de 1799, não são cominatórias em demasia. Exige a en-

<sup>1</sup> Esta correspondência nunca foi publicada. Conserva-se em manuscrito nos papéis comprados pela Biblioteca Nacional de Lisboa aos herdeiros do Marquês de Nisa.

trega dos franceses, mas indica que não teime no pedido de demissão do capitão do pôrto e aconselha que insinue no ânimo do Baxá que a Gran-Bretanha não está em guerra com êle, que até as esquadras têm impedido os inimigos de S. A. de cometerem depredações nas costas dos seus domínios, mas que se não aceder deixa êle, Nelson, de se interessar a seu favor. Devia ser dada uma resposta categórica dentro de duas horas.

A carta de Nelson ao Baxá, escrita com energia, nem por isso exclui desejos de conciliação. Alegra-se por ver que o Baxá renunciara ao tratado pactuado com alguns comissários do General Bonaparte, declara que, não podendo um verdadeiro muçulmano mentir nunca, estranha que apenas a nau *Vanguard* se fizera de vela o cônsul francês e outros patrícios seus tivessem sido postos em liberdade, que os navios da mesma nacionalidade saíssem para o mar, indo um dêles para Malta. Diz ainda textualmente: «Vossa Alteza conhece ainda que uma poderosa esquadra de naus portuguesas tem estado debaixo das minhas ordens desde Agosto que, por todos os meios em meu poder, elas têm sido impedidas de cruzar com as naus de V. A. ou de se aproximarem das suas costas. Agora é obrigação minha falar claro para não ser mal entendido. Aquele Nelson, que até agora embarçou os vossos poderosos inimigos de vos destruir, pode dar-lhes toda a liberdade de cair sôbre V. A. se os seguintes termos não forem concedidos em duas horas».

Eis agora, em resumo, os termos do *ultimatum*:

O cônsul francês em Trípoli, o vice-cônsul e todos os franceses hão-de ser entregues a bordo da nau *Afonso de Albuquerque*, duas horas depois do cônsul Luccas desembarcar. Hão de ser mandados para bordo refêns até todos os franceses residentes na regência serem entregues, o que não excederá quatro dias. Todos os navios franceses serão destruídos no prazo de duas horas. Se estes termos não forem executados, os navios portugueses operarão com todo o vigor. Mais exigia que lhe fôsse entregue o capitão do pôrto, Amed Rey, a fim de ser remetido para Constantinopla ou colocá-lo em condições que não possa dar maus conselhos ao Baxá. Este *ultimatum* é datado de bordo da nau britânica *Vanguard* a 28 de Abril de 1799.

Convêm acentuar, para mais amplo esclarecimento, que Portugal se encontrava em guerra aberta com a regência de Trípoli. Nelson aproveitava êsse estado com uma certa habilidade para con-

seguir os seus fins, não se sabe bem se com o assentimento do governo português, se sem êle.

No entretanto, o Marquês de Nisa expedia por seu turno o seguinte officio ao capitão de mar e guerra, Donald Campbell, official da marinha inglesa ao serviço de Portugal, e nesse momento arvorado em chefe de divisão.

Nau *Príncipe Rial*, em Palermo, 30 de Abril de 1799.

Em consequência das ordens do almirante Nelson, V. S.<sup>a</sup> deve abster-se de cometer hostilidades contra a regência de Trípoli, durante a sua presente comissão. Se, porém, o Baxá não assentir no que o almirante Nelson dêle exige em favor da causa comum, V. S.<sup>a</sup> deverá por fôrça obrigar o dito Baxá a consentir no que tão justamente dêle exige.

Quando, porém, o Baxá de Trípoli se declarar contra os francezes, V. S.<sup>a</sup> está autorizado a tratar com êle uma trégua tal que, não expondo nem as propriedades nem os vassallos da Rainha, minha Senhora, possa o dito Baxá empregar as suas fôrças marítimas contra os francezes, sem receio de que sejam incomodados por qualquer das embarcações da Rainha, minha Senhora, no Mediterrâneo, com a certeza de que serão protegidos.

Deus guarde a V. S.<sup>a</sup>  
*Marques de Nisa*

Il.<sup>mo</sup> Sr. Donald Campbell.

A 6 de Maio a nau *Afonso de Albuquerque* bordeja em frente de Trípoli. Desfralda bandeira inglesa e faz sinal para que o cônsul vá a bordo. Dirige-se para aí sem demora Mr. Brim Mac Donogh, encarregado dos negócios consulares da Gran-Bretanha, na ausência do respectivo titular. Realizada uma conferência a bordo, assentam que é já tarde para entregar ao Baxá a carta do almirante Nelson.

\* \* \*

No dia 7 aproxima-se das baterias tripolitanas a tiro de espingarda. Parte para terra num escaler o cônsul Simão Luccas. Dentro de uma hora e quarenta minutos êste funcionário consular faz o sinal ajustado entre êle e o chefe, indicando que o Baxá acede completamente às reclamações do almirante Nelson. Nesse momento a nau *Afonso de Albuquerque* arrega a bandeira inglesa, o chefe desfralda o seu pavilhão e a bandeira portuguesa flutua no penol, saúdada imediatamente pelas baterias de terra com uma salva de vinte e um tiros. A ordem do Marquês de Nisa cumpri-se. Nestas circunstâncias o comandante Donald Campbell julga prudente afastar-se um pouco de terra, pois qualquer salto de

vento poria a nau em perigo. Ao mesmo tempo manda arrear um escaler para conduzir os franceses para bordo.

Em vez dos prisioneiros recebe uma comunicação do cônsul inglês em que lhe apresenta os seus cumprimentos e ansiosamente lhe pede, bem como o Baxá, que vá conferenciar com êste. Donald Campbell fica furioso ao receber o bilhete. Esta série de pretextos dilatórios enfurecem-no, e responde que não sairá de bordo enquanto não se cumprirem todos os termos do *ultimatum*.

O cônsul envia a bordo da nau o vice-cônsul com uma nova epístola, na qual expõe que o Baxá lhe declarara que um embaixador do sultão da Turquia exigira, em nome do suserano os prisioneiros franceses, que êle, Baxá, os entregara todos e que preparava um navio para os comboiar a Constantinopla, e que lhe pedia para ir a terra, com a maior urgência possível, a fim de discutir pessoalmente os negócios pendentes.

O comandante da nau delibera avistar-se com o ardiloso regente da Trípolitana; mas, para prevenir qualquer traiçoeiro estratagemma, deixou as seguintes instruções ao seu imediato:

Sendo absolutamente necessário que eu vá a terra para arranjar o que se acha pendente entre a Gran-Bretanha e o Baxá do Trípoli, entrego a V. M. as cartas e ordens do almirante Nelson para que V. M. possa obrar conforme elas no caso que algum embaraço em eu voltar a bordo; e determino positivamente que haja nenhuma consideração do que possa suceder à minha pessoa sirva de obstáculo a empregar as mais vigilantes medidas contra Trípoli, no caso de romper as hostilidades, o que deve suceder não voltando eu esta noite para bordo.

Bordo da nau *Afonso de Albuquerque*, à vela, em frente de Trípoli, 7 de Maio de 1799.

*Donald Campbell.*

A José Maria de Almeida  
Capitão de fragata comandante

A conferência realiza-se. O Baxá, porém, tergiversa. Não quiere entregar os franceses que se acolheram à sua hospitalidade. Donald Campbell insiste, e num arranco declara:

— Lembre-se Vossa Alteza que enquanto estou aqui no seu castelo sou inglês e sou amigo, mas apenas virar as costas sou português e sou inimigo.

O Baxá solicita novo adiamento. Campbell primeiro concede-lhe doze horas, e após muitas instâncias acede a receber a resposta definitiva no dia seguinte à uma hora da tarde. Nova tergiversação da parte do regente. Donald Campbell ameaça-o não

só de começar imediatamente o bloqueio, mas ainda de lhe arrasar as fortificações.

Durante essa tarde e manhã seguinte o tempo não permite nenhum acto de hostilidade. A 9, porém, a nau suspende e bordejia, a fim de procurar sítio conveniente para dar fundo em regueira, no mar, contra os baluartes. As embarcações miúdas armadas são enviadas para a pequena entrada do pôrto a fim de, enquanto a *Afonso de Albuquerque* chama a atenção das baterias, elas entrarem no pôrto e queimar todos os navios ali fundeados. Ao ver a atitude de Campbell, o Baxá acolhe-se a bordo duma fragata dinamarquesa e aguarda os acontecimentos. Pelas quatro horas, quando a nau se encontrava já ao alcance dos canhões, e os escaleres avançam, o vento salta para o lado do mar. A nau veleja, de modo que os tripolitanos imaginam que retira e descuidam-se dos preparativos. A 11, o vento amaina. A nau aproa a terra e avista a leste uma polacra, a que sem demora dá caça. Este navio procura evitar a perseguição e mete-se pela terra. Às onze horas a *Afonso de Albuquerque* chega a tiro de bala. A polacra içava a bandeira vermelha. Joga dezóito peças, guarnecem-na cento e cinqüenta homens. Traz a bordo o vice-almirante do Baxá que manobra de modo a refugiar-se numa exígua enseada de pouco fundo, ancorando perto da praia. O alteroso barco português não pode ir tão dentro. Vão os escaleres, mas a embarcação tripolitana mantêm-se numa posição que ameaça varejar com fogo vivo e certo quem se acercar. A artilharia principia a troar. Acolhe os escaleres portugueses uma saraivada de pelouros. Os nossos não se intimidam. Crescem sempre e disparam com os cachorros de proa.

Os tripolitanos, ao verem a decisão com que os baixéis portugueses vogam sob a pressão simultâneamente forte e serena dos remos, perdem a esperança de resistir, cortam a amarra, a polacra desanda sobre a praia, tratam de alcançar a terra, tanto na lancha como a nado, e juntam-se na praia com um numeroso grupo de árabes, que ao som do tiroteio acudiram das montanhas. Então, todos reúnidos, iniciam um nutrido fogo de mosquetaria. Os projecteis assobiam aos ouvidos dos nossos marinheiros como um espesso enxame de besouros.

Comanda o primeiro escaler o capitão-tenente Miguel José de Oliveira Pinto, que com o maior denodo se oferece para o desempenho dêsse perigoso serviço. Numa acometida intrépida é

o primeiro a atracar à polacra, mas antes de toda a gente ali poder entrar a ressaca rodopia com tão destruidor poder que o frágil batel se enche de água, rebenta o cabo que o amarra e, sem govêrno, descai para a praia com o referido oficial e dois dos seus homens. A situação dos nossos audazes marinheiros, tanto os que saltaram para a polacra como os que a arrebenção rolara até a areia, é das mais críticas, desesperada mesmo. Tripolitanos e árabes das arribas, ao deparar-se-lhes tão limitado número de náufragos, mostram a selvagem alegria num alarido enorme e precipitam-se numa correria de raiva frenética. Protagonistas e espectadores da hórrida scena perdem a esperança de qualquer ocasional salvação, tanto mais que um vagalhão enorme despeça o escaler.

Não sofre o ânimo do capitão de fragata José Maria de Almeida assistir de braços cruzados a tão sangrenta tragédia. Com a sua habitual prudência, firmeza e valor atira-se para a lancha, secundado pela necessária guarnição, e frusta com a maior coragem os ferozes intentos do inimigo. Com a peça de 18 varre de metralha a massa atreadora dos tripolitanos, e ordena ao segundo tenente do mar Alexandre Luís de Azevedo Malheiro que socorra o primeiro escaler. Este oficial executa a ordem do imediato com a maior intrepidez e habilidade. Atraca à polacra, expulsa os nativos, abre a retirada dos compatriotas em tão grave risco em terra e traz tudo para bordo, apenas com um marinheiro ligeiramente ferido. Além dos oficiais já citados é impossível exceder a coragem manifestada pelo primeiro tenente do mar Pedro da Silva, segundo tenente Francisco Homem, guarda-marinha Gualdino José da Guerra e sargento de mar e guerra Manuel Inácio. Todos praticaram maravilhas.

\* \* \*

O cariz do tempo, que se mostrara irado, abonçou. A *Afonso de Albuquerque* aproxima-se até quatro braças e meia de fundo e rompe novamente fogo. Os escaleres, comandados ainda pelo mesmo capitão de fragata José Maria de Almeida, investem mais uma vez com a polacra. O terceiro escaler é comandado pelo primeiro tenente do mar Luís de França, e o outro pelo segundo tenente João Eleutério da Rocha. Obrigam os tripolitanos a abandonarem o terreno coberto, mas os muçulmanos parapeitam-se com o arvoredos e rochas e desfecham dali um fogo tão persis-

tente que se torna impossível desencalhar a polacra, já cheia de água. Tomam então o expediente de a incendiar, o que é sem demora realizado. Estas operações custam-nos, a nós, um marinheiro morto e outro ferido. Ao inimigo, trinta homens fora de combate.

A 12 a nau avizinha-se de Trípoli. Avista dois navios, amarrados. Dá-lhes caça. Ao meio-dia apresa-os. São a fragata tripolitana do almirante da regência que combóia uma presa. Este acto de fôrça apavora a população da cidade. Apenas a *Afonso de Albuquerque* manifesta a sua intenção de se postar a tiro de bala, o Baxá envia a bordo uma embarcação com um parlamentar, declarando que acederá a todas as reclamações, contanto que lhe entreguem as presas feitas.

Os franceses são entregues a bordo do navio português. Nesse momento é proposto ao Baxá um armistício nos seguintes termos :

*Termos dum armistício concluído entre Portugal e Trípoli pelo chefe da divisão Donald Campbell.*

O Baxá de Trípoli, os seus herdeiros e sucessores obrigam-se a concluir um firme, sincero e inviolável tratado de paz com o reino de Portugal, expressamente nos termos da paz presentemente em pé e que existe entre Trípoli e a Gran-Bretanha. Até que estes termos sejam rectificadados e mutuamente ajustados as hostilidades cessarão de uma parte e de outra, desde o dia de hoje por diante, e os súbditos de uma e outra nação gozarão os privilégios especiais no tratado de paz acima declarado entre o Trípoli e a Gran-Bretanha.

Datada de bordo da nau de S. M. Fidelíssima *Afonso de Albuquerque*, em frente de Trípoli, no dia 14 de Maio de 1799, conforme a computação cristã, e a hégira turca 1213 e dez dias da lua de hoje.

Se Donald Campbell imaginou tudo sanado, enganou-se redondamente. O Baxá, Jussef Caramani, que conhecia todos os meandros diplomáticos, faz nesta altura intervir o chanceler do consulado de Espanha. Este funcionário castelhano, Pero Ortiz de Suzarte, que desempenha interinamente o cargo de cônsul, envia ao comandante da *Afonso de Albuquerque* a cópia duma carta do rei de Espanha, D. Carlos, em que o monarca participa ter o govêrno português ja entabolado negociações de paz, por intermédio do de Madrid, com o sultão de Marrocos, e que não pode agora obter seguimento a proposta do armistício.

Donald Campbell responde-lhe num ofício agridoce; termina por agradecer a oferta feita de serviços e pede-lhe que procure

adiantar e finalizar o assunto. O chanceler Suzarte aproveita o ensejo e solicita que sejam restituídos ao cônsul e aos franceses retidos a bordo da nau todos os bens que o Baxá julgou não dever confiscar, e insta pela troca de cativos cristãos que se encontram em Trípoli, uns cinqüenta ou sessenta em troca de duzentos muçulmanos.

Mas o regente não abandona os paliativos. No entrementes demanda o pôrto um bergatim. A nau manda um escaler seu a interceptar-lhe a passagem. É uma presa sueca capturada pela fragata tripolitana. De bordo os tripolitanos não querem que o escaler atraque. Preparam-se para o encalhar. Da *Afonso de Albuquerque* fazem sinal à fragata tripolitana, então já guarnecida por gente nossa e comandada pelo capitão-tenente Manuel do Canto e Castro, para perseguir o bergantim. Aborda-o e lança-lhe dentro um golpe de portugueses sob o comando do sargento de mar e guerra Manuel Inácio. Como a resistência é tenaz, os nossos matam dois maometanos e fazem-se ao mar.

Ante êste novo acto de fôrça o Baxá condescende e assina o armistício. O chanceler espanhol, um tudo-nada despeitado, envia a Donald Campbell a seguinte carta:

Ill.<sup>mo</sup> Sr.

Não tendo tido nenhuma intervenção no armistício que êste Baxá há firmado a V. S.<sup>a</sup>, hoje dia da data, não me resta mais que a honra de lhe participar que recebi a sua favorecida carta desta manhã ficando-me o sentimento da sua pronta partida desta baía para o seu destino, o que não me permitindo o prazer de lhe apresentar os meus respeitos a V. S.<sup>a</sup> pessoalmente, o faço por êste meio.

Deus guarde a V. S.<sup>a</sup>

Trípoli da Barbaria, 15 de Maio de 1799.

Beijo as mãos a V. S.<sup>a</sup>

Seu atento servidor

*Pedro Ortiz de Suzarte.*

O Baxá, porém, desejava a sua querida fragata. Donald Campbell acquiesce, com as seguintes condições: Avalia-se a fragata em trinta mil duros. O Baxá tem de pagar três oitavos desta soma aos oficiais marinheiros e guarnição, ou sejam onze mil duzentos e cinqüenta duros. Os cinco oitavos que restam, ou sejam dezóito mil setecentos e cinqüenta duros, quinhão que pertence aos oficiais, é cedido ao Baxá a título de presente de S. M. Fidelíssima. O comandante da *Afonso de Albuquerque* igualmente lhe cedeu a presa sueca.

Ainda houve uma tentativa por parte do Baxá para não pagar o ajustado, alegando que a guarnição portuguesa roubara o recheio da fragata, o que obrigou Donald Campbell a ir a terra com o capitão-tenente Manuel do Canto e Castro, seu ex-comandante, e aí constrangerem o almirante tripolitano, após dois murros despedidos com alma, a declarar que nada ali faltava a não ser uma bandeira, que se perdera. O Baxá ao ver a prontidão do protesto e a boa vontade com que era aplicado, desfez-se em satisfações.

Em todo o caso, para que a regência passasse o respectivo recibo da fragata e do bergantim sueco ainda se tornou necessário que Campbell recorresse a nova ameaça, o que o levou a escrever: «Esta, como muitas mais provas, estabelece amplamente que há duas maneiras de tratar com estes amigos e conservar a sua amizade: ou fazendo como os espanhóis, dinamarqueses, suecos e americanos, que lhes pagam exorbitantes somas de dinheiro; ou, como espero que seja o nosso modo — à fôrça de muita pólvora e bala».

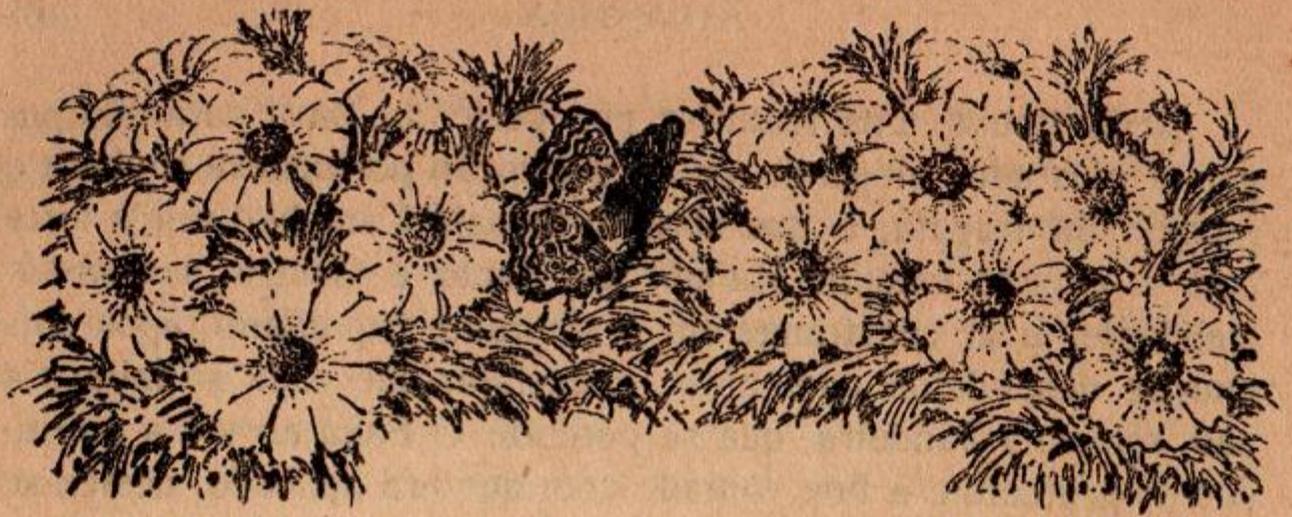
Quando a comissão terminou foi publicada a seguinte Ordem, cuja redacção conservamos na íntegra, à guarnição da nau *Afonso de Albuquerque*:

O senhor chefe tem muito gôsto em anunciar à guarnição desta nau a feliz conclusão duma honrosíssima paz para Portugal e a regência de Trípoli, ditada e datada a bordo desta nau no dia 14 de Maio de 1799. O senhor chefe toma esta ocasião de oferecer os seus mais abundantes agradecimentos ao seu comodor; aos mais senhores oficiais e a mais esta toda brava guarnição pela sua digna, brilhante e muito valorosa conduta, durante o violento serviço que esta nau tem tido na frente de Trípoli; e espera agora, que estamos em paz, que os mouros conheçam que os portugueses são igualmente estimáveis na guerra.

*Donald Campbell.*

Esse bloqueio do Trípoli e a maneira enérgica como o Marquês de Nisa e os seus subordinados procederam mais aumentaram o medo e o respeito que argelinos, tripolitanos, tunisinos e todos os piratas que infestavam o Mediterrâneo, sentiam pela marinha de guerra portuguesa.

EDUARDO DE NORONHA.



## O Vira

(ESTILIZAÇÃO DUMA DANÇA PORTUGUESA)

---

*Repara como no meio,  
No meio da romaria,  
Vira  
No seu alegre rodeio  
A roda alegre e ligeira!  
Melhor não baila e não gira  
Em dia de ventania,  
Remoinho de poeira  
Numa curva de caminho! . . .*

*Até nem mó de moinho  
Nem um pião leve e tonto,  
Volta, e vira,  
Dá tantas voltas sem conto  
Como quem anda na dança,  
Como quem dança e delira  
Sem a mais leve parança  
Nas voltas leves do vira.*

*Crepita a romaria toda em festa.  
Ha Sol, há vinho, há beijos e cantigas . . .  
Na roda, larga e lesta,*

*Já nem poisam no chão as raparigas . . .  
. . . Andam no ar! . . . — num doido corropio,  
Como se fôsem rútilos besoiros,  
Em bailados loiros  
Na luz ardente das manhãs d'estio.*

*E de repente, o povo todo salta,  
E tudo vai ao centro  
E vira.  
Vai a alegria tão alta,  
Tanto a alegria delira,  
Que eu sinto o coração aos saltos cá por dentro!*

*Quem pudera dançar! . . .*

*(Baila-se agora, em cruz.)  
E uma cantiga d'ouro, anda no ar  
Como um farrapo de luz ;  
Uma viola trémula, suspira,  
Trila como um roixinol ;  
E os pares nas voltas do vira  
São como abelhas ao Sol! . . .*

*Ouvem-se palmas — trás! trás!  
(Que linda voz que tem a cantadeira! . . .)  
Quem pudesse tornar a ser rapaz,  
Para dançar a vida inteira! . . .*

*Levar a vida inteira na doçura  
Duma sagrada romaria ;  
Não conhecer o travo da amargura  
De cada dia ;  
Não reparar! . . .  
Rir sem tristezas, nem fadiga ;  
Tendo sempre na bôca uma cantiga . . .  
. . . Levar a vida a bailar!*

*Mas a roda é como a vida,  
Vira . . .*

*Já de novo a roda gira,  
Mais larga, mais divertida.  
Rapazes e raparigas  
Cruzam agora no centro.  
— Cantadeira, mais cantigas:  
Vamos lá! que eu também entro.*

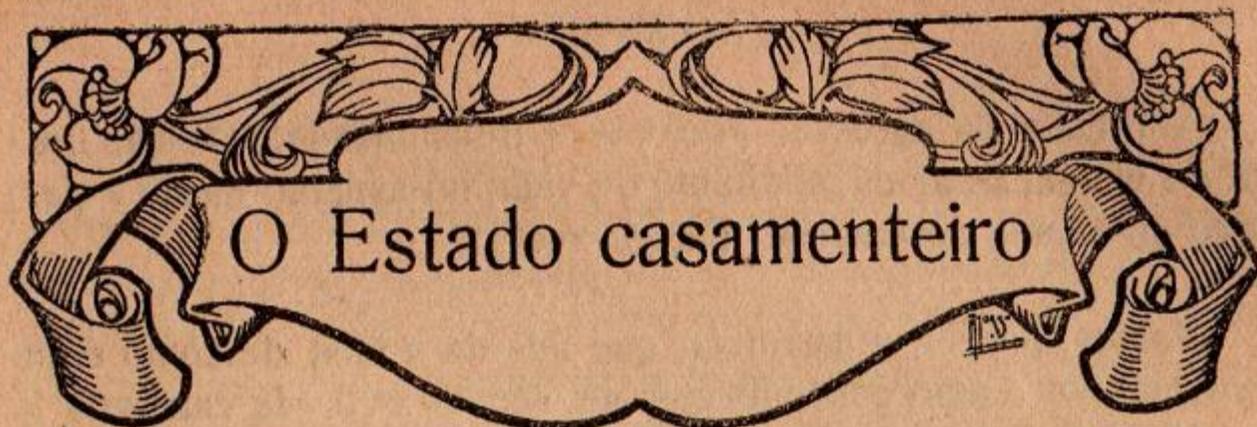
*Que pelas voltas do vira,  
Sem a mais leve parança  
Quem melhor dança, delira . . .  
. . . E depois anda na dança,  
E já dá voltas sem conto;  
Anda à volta, vira, e vira  
Como um pião leve e tonto.*

*Nem até mó de moinho  
Melhor anda e melhor gira;*

*Nem por curva de caminho,  
Num dia de ventania,  
Remoinho de poeira  
Melhor baila e se revira,  
Vira com mais alegria  
Que a roda alegre e ligeira,  
Que no mei' da romaria  
Vira!*

AUGUSTO PINTO.

Do «*Livro de oiro da minha mocidade*», a entrar no prelo.



NARRATIVA PORTUGUESA DO SÉCULO XVII

Já não se importa Cupido  
Do arco mas sim da arca ;  
O dinheiro é melhor flecha  
Que os sonetos de Petrarca.

Graças tenho ! Da guitarra  
Sei tirar divinos sons,  
Mas os sons da prata e ouro  
Isso é que sim, que são bons !

(Francisco de França e Costa, poeta do século XVII;  
versão de Camilo Castelo Branco)

São, por vezes, bem sugestivas umas breves linhas de história, escritas na ortografia bizarra, cheia de mobilidade e capricho dos séculos passados, e não vazada ainda nos moldes que lhe impôs o dogmatismo severo dos eruditos filólogos, da actualidade. À impressão gráfica de outrora associa-se o sabor acre e pitoresco da linguagem, por vezes sombria e forte, dos nossos antepassados e, em especial, daqueles que não foram, nem tiveram a preocupação de ser, prosadores ou poetas.

E de entre êsses caracteres que as suas mãos despreocupadamente traçaram, vertendo as expressões verbais para o manuscrito, naquela nossa forma desafectada e espontânea em que falavam, emergem, numa flagrante nitidez, imagens da sua maneira de ser ingénua, dos seus costumes, das paixões que os agitavam e sonhos que os aqueciam, e até das suas misérias ou vícios, pois os nossos augustos avoengos estiveram bem longe de ser santos varões ou venerandos poços de virtudes, e não poucas foram as mazelas que lhes agastaram a alma e corroeram os ossos . . .

Mas essas mesmas, o tempo ao perpassar sôbre elas, na sua glacial indiferença, empalideceu-as e enregelou-as, tirando-lhes a

côr e o calor da agressão presente, e transmutando a feição hostil de violência, ainda palpitante de vida, no aspecto inerte e passivo da múmia de qualquel Faraó cruel.

.....

Vamos, porêm, à narrativa, que nos dá a idea de como eram providos os empregos públicos no século XVII, da categoria e predicados das pessoas que a êles concorriam e da maneira original por que daí surgiram, de vez em quando, enlaces matrimoniais. Sim. O Estado não se contentava apenas em distribuir officios, mas arrogava também a si o papel de casamenteiro, tendo por vezes sucessos de entremês e saídas de taful em tarefa tão árdua e tão delicada. E tudo isso o diz uma informação redigida no estilo conciso de documento official, que o acaso me deparou, e onde se entrevê, ao fundo de quadro histórico, leve esbôço de romance.

\*  
\* \*

Sob domínio espanhol, por volta de 1630, achava-se vago em Lisboa o officio de contador da Rendição dos Cativos. A viúva de Matias Correia da Silveira, o qual em vida o exercera capazmente durante alguns anos, fruindo-lhe os direitos de propriedade, conseguira que esta, por mercê régia, passasse a um filho que lhe restava. Andresa Vargas, assim se chamava a inditosa viúva, não tivera ao menos a consolá-la o ver o filho, Manoel Correia da Silveira, a exercer o cargo paterno, pois êste que era a sua única esperança fenecia na flor dos anos, muito novo ainda, sem idade suficiente para o assumir e sem deixar descendentes. Assim o officio, que era dos bons e por tanta gente cubiçado, à falta de sucessores na família tinha de passar a mãos alheias. Para maior desventura, uma filha que tivera dêsse consórcio infeliz também cedo a morte a levará.

Rendia de ordenado, cada ano, cem mil réis *com alguns percalços mais*, igualando assim em proventos o de contador do reino e da rial casa. Consoante a regra do costume, procedeu-se a éditos para o seu preenchimento.

A viúva e mãe desolada, alegando notável desamparo e pobreza e o ser filha do capitão Manoel Vaz de Vargas, pessoa de serviços e merecimentos, solicita da graça régia a mercê do officio ou pensão equivalente, lembrando que tal se costumava fazer a viúvas de sua igualha.

Afluíram, entretanto, as petições à Mesa da Consciência e Ordens, onde cada qual defendia com acrisolada devoção a causa própria, indo uns forragear merecimentos entre os seus títulos de nobreza, outros exibindo os serviços já prestados por si, pelos antepassados, e até mesmo pelos nobres parentes das respectivas consortes, empavesando se todos, à porfia, com as maiores honrarias as mais preclaras virtudes e insofismáveis direitos.

Orçavam por vinte e dois os concorrentes não contando os de sexo frágil, de que a tempo falaremos. Acudiam do reino e fora dêle, do norte de África, daqui ao pé da visinhança, de Tânger, e das longínquas terras da Índia e do Brasil, onde alguns possuíam officios que de bom grado trocavam pelo da metrópole, que tinha suas seduções e vantagens. Todos, sem excepção, professavam de Cristãos Velhos e ufanavam-se de circular-lhe nas veias sangue nobre ou, pelo menos, sangue limpo das inquinações e impurezas de todas as outras raças e de qualquer raça vil, condição inviolável e *sine qua non* para acesso a certos lugares públicos, nesse tempo emque a massa dos habitantes de Lisboa oferecia um policromismo bizarro de raças variadas, em cujo seio realçavam o índio e o mouro, o judeu e o negro, que fundindo-se ao resto da população a abastardariam, e de cuja mesclada amálgama saíria a mestiçagem bravia e acanalhada que durante largos anos alarmaria de terror as ruas da capital.

Além da reconhecida pureza de sangue, — sôbre a qual recairia averiguada informação e não menor que a exercida sôbre a suficiência para o desempenho do officio —, os concorrentes apresentavam como imprescindível formalidade a valiosa garantia, entre as muitas certidões, também a de fôlha corrida.

Examinemos agora, em cada um de per si, os seus feitos e qualidades :

Entre a turbamulta assoma a venerável figura dum velho já galgando os setenta. É Estêvão de Almeida Dorea, cavaleiro fidalgo da casa rial. Tem consigo alvará de lembrança para officio de justiça ou fazenda passado em 1603, havia já vinte e sete anos, e uma carta régia de anos de 1623, ordenando o cumprimento do que lhe fôra concedido por serviços seus, de seu pai, e ainda dum tio que perdeu a vida nessa trágica tormenta que foi a batalha de Alcácer. Eis um pretendente que é de nobre linhagem e fica, através de largos anos, messiânicamente a esperar a realização do seu desejo, emquanto a cabeça se vai cobrindo de neve.

Não encaneceu, porém, em angustioso ostracismo. Antigo funcionário público, já há muito que ia arrecadando o seu quinhão do Estado; mas o que lhe convinha era melhoria de situação, a prometida propriedade do officio. Havia trinta anos que servia nos de Contas e oito que exercia o lugar de provedor da mesma Casa de Contos da Rendição. Já iam pesando os anos? Muito embora: possuindo rija tèmpera, todos o davam por apto <sup>1</sup>, enquanto êle se arrogava com «*adquirido direito e a suficiência e a experiência que o Regimento considera nas pessoas que se hão-de prover em semelhantes officios*». Boa norma a ser ajustada com vantagem à burocracia de todos os tempos.

Notemos quem agora lhe vem no encalço: É Antonio da Costa Feio, também cavaleiro fidalgo, mas além disso *acrescentado de moço da câmara dos quarenta do numero*, o que, por disposição expressa em duas cartas régias, lhe conferia direitos especiais a provimento de tal ordem. Oito anos foi moço da câmara, seis provedor das capelas de el-Rei D. Afonso IV, com louvável aproveitamento de rendas, e geriu outros officios *de contas de que sempre as tem dado muito boas*. E não seria o atilado e escrupuloso desempenho de tais funções prova bastante para o considerarem suficiente? Se não tinha na ascendência feitos que o nobilitassem, poderia ir buscá-los ao tronco nobre da espôsa. Seu sogro servira em Ceuta e Tânger, tomara parte na infausta jornada de África, andara numa armada das ilhas e cinco anos pela Índia pelejando, sempre *com valor e esforço e dispêndio* de seus bens. Dois irmãos dêle também morreram servindo o reino e um passou onze anos seguidos lá pela Índia, subindo de soldado a capitão e mais tarde capitão-mor, recebendo ferimentos vários, vendo perigar a vida e minguar-lhe a fazenda. A valentia e façanhas de tão illustres parentes não eram decerto parcelas de glória a desprezar.

Aparece outro moço da rial câmara, por nome Jorge Ribeiro, e que traz em seu abono os cuidados de dez anos no paço, de muitas serventias de officio e comissões de fazenda. Trabalhou para cumprir o seu dever, apresentou sempre boas contas e fundamenta a petição na competência que lhe dera o exemplar exercício interino dêste mesmo cargo de contador da Rendição, que durante cinco anos exercera.

<sup>1</sup> *Acto*, diz o manuscrito do século XVII.

Temos agora o cavaleiro fidalgo Aires Sanches, que é escrivão de contas tocantes às ordens militares, e refere vinte e cinco anos de bons serviços e de ter sido encarregado de comissões de alta importância. Favorecem-lhe a pretensão uns capítulos de Regimento que *ordenam que os ofícios de contador se provejam nos escrivães*. Além de promessa de melhoramento, tem carta régia que lhe manda dar execução.

Chega outro pretendente: Antonio Cardoso de Afonseca (*sic*). É moço da câmara. Dez anos contínuos andou pelas *partes da Índia e do Sul* como soldado, depois capitão e por último cabo de navios.

Freqüentes vezes se encontrou em situações arriscadas, de que safu trazendo consigo indeléveis cicatrizes. E, mais do que tal recordação, não guarda nenhuma outra recompensa. Espelho curioso da justiça de todos os séculos.

O Brasil fornece causa à pretensão de alguns. Vejamos o que arrazoam a seu favor.

Um dêles é o cavaleiro fidalgo Domingos Siqueira, que prestou serviços nas armadas, no tempo *das Alterações deste reino*, e embarcou à sua custa na armada da Recuperação da Baía. Seu pai, como bravo guerreiro, tomou parte em ambas as jornadas de África, ficando cativo na batalha sangrenta de Alcácer. E dois irmãos seus morreram ao serviço do reino: um na Índia e outro sendo capitão-mor na Ilha do Príncipe. Aos louros de família acrescenta um alvará de lembrança, passado em 1623, para cargos de justiça ou fazenda, e cartas régias instando pelo devido cumprimento. Outro é Domingos Gomes Vereja, também cavaleiro fidalgo, que serviu em três armadas e ainda na da Restauração da Baía, tendo, como o antecedente, logrado alvará de lembrança para os mesmos ofícios ou ainda outros de guerra.

Entre o rol de cavaleiros fidalgos inscreve-se João Monteiro de Afonseca (*sic*), sôbre quem impende a obrigação de ir à Índia para validar o título. Nomeado *escrivão dos defuntos e ausentes e cativos do Rio de Janeiro*, tão afortunado foi que quando lá chegou viu no seu lugar outrem provido... De volta ao reino os ingleses aprisionaram-no, levaram-lhe quanto tinha, e não poucos foram os trabalhos e misérias que o fizeram sofrer. Malaventurada nomeação que o meteu a andar em bolandas, exposto à pirataria dos mares!

Não melhor sucedido foi também outro cavaleiro fidalgo, que

no seu regresso ao reino, depois de ter embarcado na armada da Restauração da Baía, veio a ser vítima dos corsários. Chama-se êste Santos da Costa Moreno, descende de estirpe nobre, é capitão de infantaria, e teve vida aventureira. Serviu nas armadas no reino e ainda numa que naufragou na costa de França, e da qual por milagre conseguiu salvar-se a nado. Acompanhou em socorro à *ilha de Rei (sic)* o capitão Christóvão Cabral, e, como oficial, seguiu nas caravelas que foram a Cabo Verde afugentar o inimigo da fortaleza que ali fez. Assistiu ainda no presidio de Cascais, e em todas essas emprêsas se ufana de cumpridor dos seus deveres.

Também a terras de Santa Cruz foi buscar o officio de *escrivão ante o vigário geral da cidade de San Salvador de todos os Santos*, e cuja propriedade de boa vontade oferece em troca do que está vago, Baptista de Almeida, que por sinal se não adorna com título algum. Outro que alega serviços feitos na armada de Recuperação da Baía, não por si, mas por seu irmão de nome Mateus da Rocha — o que equivale quasi ao mesmo — é o moço da câmara Jerónimo Correia, que andou em três armadas, esteve em Cascais quatro meses e se habilita com alvará de lembrança, datado de 1628, para officios de justiça e fazenda.

Com serviços no Brasil não se apresenta mais ninguem. Não faltam porém os portadores de alvará. Um deles é o moço da câmara Manuel de Oliveira, que adquiriu um em 1608 por serviços prestados ao Doutor Antonio de Barros; e que vai auferindo vinte mil réis de tença, emquanto não é provido no officio competente.

Outro é Gaspar da Costa, que ostenta o mesmo titulo dignificativo e que alcançou o documento régio no ano de 1625, navegou em cinco armadas e leva à sua conta os serviços dum seu tio. Dêste número é também Domingos Basto de Figueiró, cavaleiro da casa rial e que conserva o seu alvará desde 1611, e concedido em recompensa de oito anos no paço, como moço da câmara dos quarenta, de ter embarcado em três armadas, de haver assumido comissões de valor no reino, com risco de vida e gasto de fazenda, e ainda por seu sogro, que foi *escrivão das Justificações do Juízo da Índia*, ter desempenhado também comissões idênticas na importância e no sacrificio que envolviam.

Estevão de Zagalo Andrade, que se preza de cavaleiro fidalgo, se não grangeou directamente alvará por seus feitos e serviços, obteve-o entretanto por intermédio de seu pai, Manuel Vasco

de Andrade, que nele o renunciou. Justifica a pretensão com ter muitos anos de moço da câmara, embarcar em cinco armadas da costa, levando numa delas um homem à sua custa, de fruir as honras de escrivão de várias devassas que se fizeram no reino, assistir em Cascais no ano de 1621 e durante três anos tomar a peito as funções de almotacé dos paços da Ribeira, que desempenhou a contento e sem a remuneração dos quatro moios de trigo, ordenado percebido pelos seus antecessores. Esteve ainda ao serviço do governador dêste reino D. Nuno Álvares de Portugal, com risco de sua vida, atribuindo-lhe a informação oficial nobreza e mais *partes e talentos convenientes*.

Com outro alvará de lembrança se apresenta Gaspar de Morim Pereira, que o deve ao bem que serviu o Arquiduque Carlos, do qual foi solícito criado.

Mas ainda não acabam os pretendentes. Segue-se Jerónimo Ribeiro de Sousa, que não traz consigo alvará. É moço da câmara, como seu pai o fôra noutros tempos, ao serviço de el-rei D. Sebastião. Mas não aguarda esperançoso a vinda do *Desejado* para lhe solicitar benefícios, lembrando então os bons serviços paternos. Nada sebastianista, como os seus competidores, formula a petição ao rei na efectividade, o soberano espanhol, para que o faça contemplar com vaga tão apeteçada. Andou nas armadas das ilhas, serviu no tempo das Alterações, sufocando as rebeldias dos portugueses visionários, e de capitão de companhia na vila de S. João da Pesqueira, onde era morador. Acatou sempre as régias ordens e com tanto zêlo que, para o fazer, despendeu a própria fazenda. Tinha a patrocinar-lhe a causa os nomes ilustres de D. Jerónimo de Azevedo, que foi vice-rei da Índia e em seu testamento pedira para o serviçal capitão mercê dum officio, e D. Pedro Coutinho, que diligenciava da régia munificência idêntica mercê.

De Tânger chega também um nobre. É o cavaleiro fidalgo Paulo Ribeiro, filho do comendador Gaspar Ribeiro, e que vinte anos consecutivos lá assiste, orgulhando-se de ser tido por um dos principais fronteiros daquela praça militar. Sempre se houve com valentia e bravura em todos os *rebates e ocasiões de guerra*, sendo do número dos dianteiros e sucedendo-lhe numa dessas refregas ficar cativo, tendo perdido armas e cavalo.

Três concorrentes estribam a pretensão em alvarás recebidos das generosas mãos das consortes. São êstes: João Borges de

Morais, capitão de infantaria, e os dois moços da rial câmara, Sebastião Camelo e Manuel Gouveia de Vasconcelos. O capitão, que é nobre e serve em Lisboa há cinco anos, uniu-se à face da igreja com Maria da Silva, filha de Paulo Ródrigues, piloto da carreira da Índia, e a qual lhe trouxe com a aliança do casamento o alvará de lembrança para ofício de justiça ou fazenda, com data de 1620, oferecido em recompensa à pessoa que a esposasse. O segundo casou com Ana Pereira, que por serviços de seu pai, Pedro Manrique, prestados na África e nas armadas, obteve igual mercê pelo ano de 1617; e além disto recebera carta régia, em 30 de Novembro de 1628, ordenando que êle, Sebastião Camelo, enquanto não era provido na propriedade do ofício, o fôsse nas serventias. O terceiro foi contemplado com idêntica promessa régia ao fazer o seu enlace com Joana Gorra, filha de Manuel Gorro, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, e a qual, por serviços de seu falecido pai, alcançara em 1645 o alvará em que se resumia o dote a oferecer a seu futuro marido.

Ainda se não limita a êste o número de tão singulares personagens. Coberto de prestígio chega o valoroso guerreiro Manuel de Lis, que como um bravo pelejou às portas da famosa Ormuz, e teve renhidos encontros com inimigos da Europa e da Pérsia, saindo dum dêles aleijado da mão direita. Oito anos esteve na Índia, e por lá andou em galeões e nos navios da armada, servindo de soldado, alferes e por último capitão. De tantas proezas e trabalhos quere apenas, em recompensa, o ofício a preencher; e para mais reforçar a pretensão, êle que é moço da rial câmara, oferece-se para casar com uma das tristes órfãs do Recolhimento do Castelo.

Original e aventureiro herói, que entrega o seu futuro aos caprichos traiçoeiros dum consórcio de acaso. Estranha penitência para a obtenção de lugar, decerto não conhecida de observantes religiosos desta época de impiedade.

Mas seria tão sómente cândido gesto de renúncia e abnegação, evangélicamente cristãs, que o levaria a tão piedoso voto, ou porventura o desejo de carícias femininas, fôsem elas muito embora de mulher feia ou irascível, glacial ou louca, conquanto lhe dessem a graça de vaga ilusão duma felicidade que êle — destemido homem do mar e da guerra — se acharia incapaz de conquistar? Eis o segrêdo que o velho manuscrito nos não diz. No entanto não constituía entre os portugueses dêsse século

surpreendente excentricidade, pois parece que nos acessos a cargos públicos se impunham, com a maior naturalidade e ponderação . . . penitências de tal espécie.

Ei-lo agora representado, o sexo frágil, na contristada figura de Andresa Vargas, que já nos segredou da sua *pobreza e desamparo*, e na de Paula Franca, a quem o marido, Marcos André, para sempre desapareceu numa armada perdida em naufrágio nas costas de França. Mas a que vem? Enxugadas as lágrimas da viuvez, pedira ao rei em nome dos serviços do antigo navegador da carreira da Índia e das armadas do reino — cujos restos as ondas do mar, longe da pátria, em perpétua mortalha azul, acabavam de envolver — um alvará de lembrança para a pessoa que casasse com sua filha mais velha. E como o alcançou já em Janeiro do ano que acabava de decorrer, acode pressurosa a instar pelo seu cumprimento. Venha o ofício para sua filha, e o noivo — que pouco importa — êsse, fica à rial providência a sua escolha.

O casamento é uma aventura, fruto de acaso, mero jôgo de azar, em que deve apenas entrar em linha de conta o ter fazenda farta ou ofício rendoso. Assim o pensava boa maioria dos portugueses dêsse século xvii, em que não faltavam na vida doméstica, sobretudo nobreza, situações impresumíveis e dramáticas que chegaram a meu conhecimento, não sendo agora o ensejo de as revelar. Mas enquanto cá fora ficam os pretendentes, aguardando com alvoroço e impaciência a decisão, afagando cada qual a sua esperança, que voeja sôbre prestígio, títulos, méritos, influências e protecções, sôbre esquecidos alvarás de lembranças e velhos testamentos — assistamos ao conselho da Mesa da Consciência, que se reúne para dar os pareceres.

.....

Trata-se de propor à decisão régia pessoas de mais altos merecimentos. Embaraçosa e difícil se antolha a escolha, pois o lugar é apenas um e não escasseiam émulos em fidalguia e méritos, abonados com larga fôlha de serviços. Tão ingrata tarefa cabe a D. Carlos de Noronha, D. António de Mascarenhas, e aos Doutores Diogo de Brito e Sebastião de Carvalho, mencionando cada qual em seu parecer os nomes daqueles que lhe merecem reconhecida preferência.

Dos vinte e dois varões concorrentes, oito alcançam as honras de serem indigitados. Estêvão de Almeida Dorea e Jorge Ribeiro conseguem a unanimidade de pareceres favoráveis; Ma-

noel de Lis e Jerónimo Ribeiro de Sousa apenas três; Aires Sanches conta dois a seu favor; e Domingos Bastos de Figueiró, António da Costa Feio e Domingos de Siqueira são contemplados com o voto isolado de um dos quatro juizes.

¿ Mas qual o melhor modo de conciliar as pretensões femininas, tão dignas de atenção? Meditando sobre o caso opinam os juizes que o mais conveniente seria fazer participar dois concorrentes, de sexos diferentes, dos benefícios do mesmo cargo; e, para isso, formulam duas lógicas soluções, que se resumem em estabelecer ao varão provido ou a obrigatoriedade duma pensão ou a imposição dum consórcio.

Estabelecem-se pensões e concertam-se os casamentos. D. Carlos de Noronha, o Doutor Diogo de Brito e D. Antonio de Mascarenhas assentam, depois de várias reflexões, em que Manoel de Lis, se fôr nomeado para o officio, o seja com a obrigação de casar com Andresa Vargas, a inconsolável viúva por morte de cujo filho resultou a vaga pleiteada.

Quanto à petição da viúva Paula Franca, os dois primeiros alvitram, que sendo promovido Jerónimo Ribeiro de Sousa, este haverá de receber a mão da dita filha mais velha que possui alvará de lembrança. E o Doutor Sebastião de Carvalho, jungindo também o referido candidato ao matrimónio, mas mais generoso, deixa-lhe à livre opção, ou uma órfã do Castelo, ou a viúva Andresa Vargas, ou ainda a filha de Paula Franca. Sobre a pessoa de Jorge Ribeiro já não recai tributo de consórcio forçado, propondo D. António de Mascarenhas e os dois doutores citados que, no caso de provimento, tenha de dar a Andresa Vargas uma pensão, sobre cuja importância divergem, no entanto, as opiniões: o primeiro calcula quarenta mil reis, o Doutor Diogo de Brito contenta-se com trinta e o Doutor Sebastião de Carvalho acha ser bastante vinte mil réis cada ano.

Falta ainda outro projecto de núpcias. É o do alvedrio de António de Mascarenhas, segundo o qual o nobre e septuagenário Estêvão de Almeida Dorea, para ocupar o officio, deverá esposar uma órfã. Extravagante combinação, porventura aliada a malévo-la jovialidade de espirito, a que deixa como piedoso recurso, na suposição de não aprazer ao interessado, o ter de dispor dos seus réditos em cada ano quarenta mil réis para Andrea Vargas. E com isso se encerrou a sessão.

Elaboradas as propostas de acôrdo com o exposto, lá a subi-

ram a despacho. Mas eis que de novo voltam à Mesa da Consciência e Ordens, a desígnio do govêrno. É que acode, à última hora, afadigado, mais um novo pretendente: vem a ser Damião de Andrade, para quem D. João da Costa, lembrando os serviços seus, pede o officio por ser pessoa *de sua obrigação*, ter alvará de lembrança e porque *larga* dez mil réis de tença para a fazenda real; além disso o pae foi homem de bons serviços, e um irmão seu morreu às mãos dos holandeses na guerra de Malaca. Apesar de retardatário conseguiu ser dos propostos, consoante a expressão do original *em cumprimento da ordem do govêrno*. Boa amostra do valor da protecção já nesses antigos tempos e mercê da qual, em harmonia com os dizeres bíblicos, os últimos conseguiam ser os primeiros...

Terminou, o concurso com vinte e seis candidatos afinal figurando nesse número duas viúvas, dez cavaleiros fidalgos da casa real, dez moços da câmara, um capitão de infantaria, um escrivão ante o vigário geral da Baía e um criado do arquiduque Carlos.

O que surdirá daí? Caso de molde a provocar surpresas, é que... de tantos pareceres nenhum foi o aprovado, ficando assim desmanchados em conciso despacho lavrado por D. Diogo de Castro, governador dêstes reinos, os planeados consórcios.

Foi finalmente provido Manuel de Lis, com a obrigação de casar com a filha de Paula Franca e dar vinte mil réis de pensão a Andresa Vargas. Singela e prática solução em virtude da qual ficavam a um tempo congraçados três competidores, o que constitui frisante exemplo de bom senso lusitano em começos do segundo quartel do século XVII.

\* \* \*

Mas, perguntará algum leitor estimulado pela curiosidade, qual será o destino dêstes dois noivos criados por régio despacho, com toda a fôrça da lei?

Ele, velho soldado, afeito aos campos de batalha e às lutas do mar, irá repousar a cabeça coberta de louros sôbre o regaço gentil duma fada, como um dia, entre sonhos esparsos idealizara... vaga reminiscência que se propunha a renunciar, ao escolher — como resgate a pecaminoso passado de inconstantes e frívolos amores — a penitência de se unir a qualquer órfã do Castelo que lhe fôsse destinada? A futura espôsa é jovem, com sangue ardente e generoso, e, porventura, formosa, com donaire nas

maneiras e graças espirituais? Que peregrinos dons lhe enaltecem a figura delicada e nobre? Tem as mãos finas e brancas, a voz suave e acariciante? Cabelos e olhos negros animam-lhe a tez morena? Possui encanto particular que lhe lembra feições meigas que fitara em países de magia e lenda? Ou em vez de traço discreto de beleza e sedução oriental, a cabeleira dourada e os olhos de azul celeste emprestaram-lhe o tipo perfeito de raça céltica, bem pura e bem europeia?

E ela... que, tantas vezes, talvez sonhara, desde que a mãe lhe conseguira alvará, ir já subindo os degraus de alguma igreja, apoiada no braço firme de nobre moço cavaleiro, cheio de vigor e esbelteza, e tão cortês como um pagem e valente como um herói? Assim seria o que agora lhe destinavam?

.....

A magnificente fantasia acaso falara a ambos a verdade, ou, em sombrio contraste, um cruel vendaval acabava de sacudir, como as últimas fôlhas de outono, as enganosas esperanças e ilusórios devaneios?!

O guerreiro remirava talvez com inquietude uma dessas desconsoladoras e pobres filhas de Eva, que de todo perderam o satânico filtro materno, êsse misterioso segrêdo da tentação, e perpassam pela vida fora sem acender a scintilha dum desejo nem vêr adejar os fugazes lampejos de efêmera paixão... e que se não fôra a graça régia jamais encontraria quem a levasse junto do altar...

A noiva, quem sabe... julgando-se ainda formosa e com direitos a uma quimérica felicidade, via-se com mágoa condenada para todo o sempre a obedecer a uma criatura que detestava e a afagar, mais tarde, a miseranda decrepitude dum velho, cheio de rabugem e achaques, contraídos em terras por onde andou. E havia de ser ela a fiel escrava dêsse homem que nem sequer tinha mãos e braços sãos e fortes para a abraçar, chegando ainda para cúmulo de desventura e de vergonha, já aleijado, de modo a sentir vinculado ao nome de família o apodo pejorativo e aviltante que a mordaz dicacidade do tempo, tão atreita a motejos atrevidos e mal soantes, lhe aprouvesse ajustar...

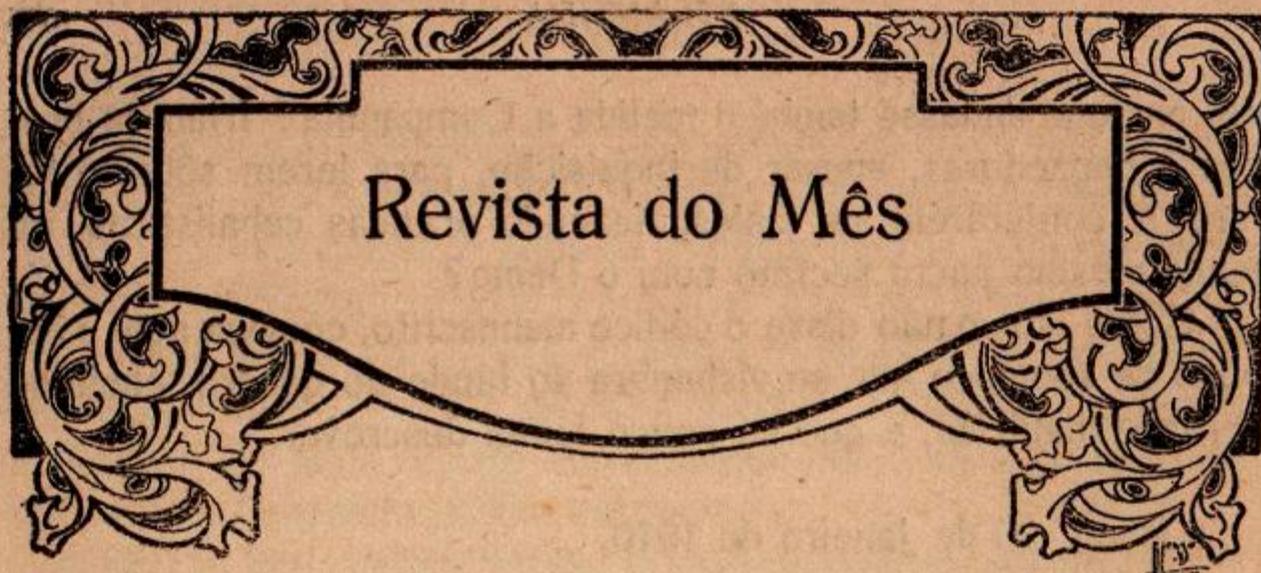
O que reinaria, lá dentro, na intimidade do novo lar? A tranquilidade dum doce harmonia ou os soluços do arrependimento e angústias mal sufocadas? Chegariam os lamentos e queixumes até os pés de confessores, e alguma intriga se ur-

dia em que andasse também metida a Companhia? Iriam lá bruxas e benzedoras, apesar da Inquisição, para lerem sôbre o futuro e conjurarem os males, fazendo práticas cabalísticas ou tendo mesmo pacto secrêto com o Demo?

Como isto o não disse o códice manuscrito, começa aqui o esboço de romance que se vislumbra ao fundo do quadro, cheio de verdade histórica, e que há pouco tentei descrever.

Lisboa, 20 de Janeiro de 1916.

ARLINDO CAMILLO MONTEIRO.



## Revista do Mês

### MÊS LITERÁRIO

*MARIA DO CÉU*, por JÚLIO BRANDÃO.  
Edição da Livraria Chardron, de Lelo & Irmão, Porto

Há tempo já, sôbre a nossa mesa de trabalho, em dia alegre de Junho, appareceu em segunda edição, êste belo e primoroso livro.

Quiz, porém, a boa estrêla que, nesse inolvidável dia, subisse até à nossa redacção, a dar-nos as suas despedidas, a doce companheira de adoráveis conversações, a gentil e espirituosa Berta de Lila, que, dentro de poucas horas deixaria a capital para ir gosar, em quinta de família provinciana, as delícias da vida simples de aldeia.

Vendo o livro, não se conteve sem que exprimisse o desejo de que lhe fôsse emprestado; e prontamente foi cedido, com a condição de que enviaria as suas impressões, depois de lido, para serem publicadas no nosso mensário.

Ei-las :

.....  
Não calcula decerto, apesar do seu temperamento affectivo, a suavíssima ternura com que li as apaixonadas cartas do pobre Marcelo à sua linda Maria do Céu.

Não me chame infantil, porque chorei.

Nós bem sabemos que nem só as crianças choram. Quem há no mundo que não tenha dado uma lágrima a um infortúnio ou a um desespero, a uma tristeza amargurada ou a uma alegria comovedora?

Não falemos dos cínicos. Mas quem sente, quem sofre, quem ama há de por força ter, ainda que muito escondidas no coração, duas lágrimas que a dor ou o prazer obriga a subir até aos olhos, para novamente caírem no coração, mitigando os ardores do sofrimento, ou diminuindo os ímpetos da ventura. Tudo isto foi escrito em todas as *bíblías* porque tudo isto é humano.

Será, porém, capaz o fútil estudantinho ou o presunçoso espírito forte de disparar-me risadas escarninhas? Pois para êsses, meu carinhoso amigo, ainda eu guardo uma lágrima de compaixão e . . . até de perdão.

A *Maria do Céu* é um livro que eu li e que releio, que eu amei e que estimo, com o affecto com que zelamos e amamos as coisas queridas. Êsse adorável livro enlevou-me o espírito e fez-me cativo o coração.

Senti dorida tristeza por lá me aparecerem as víboras da intriga, da inveja e da traição: as velhas D. Eufémias. Mas êsses bichos maus e ascorosos mais fazem sobressair as virtudes, os encantos, as doçuras dos infelizes amantes.

Salomão não tem para a sua esposa, no *Cântico dos Cânticos*, maiores louvores, do que o apaixonado Marcelo para a sua linda e adorada Maria do Céu. A prosa do terníssimo livro deleita-nos com a beleza das imagens e com o colorido da descrição.

Todo o livro é um idílio amoroso e casto.

Há, porém, dois quadros que mais fundo feriram o meu sentimento. E sabe porquê? Por serem duma rialidade perfeita, duma verdade absoluta. São bocados da vida de cada dia, bem o compreendo; mas descrever tais cenas com os primores da linguagem com que o fez Júlio Brandão, não é fácil nem é frequente porque o talento não é dom concedido a todos. E ainda bem: se o fôsse o mundo acabaria devorado por incêndio, entre as inapagáveis chamas do talento de todos os plumitivos lusitanos!

O sofrimento da angelical *Andorinha*, as dores e horrores do desgraçado pai, a tristeza dos irmãositos, a visita do médico, «que se julga um sábio e que é tão profundamente estúpido . . .» e no fim, impiedosamente, o fio da existência cortado à inocente *Andorinha*, tudo isso a gente vê e sente, e o nosso coração bate mais ligeiro, mais ansiado.

Admirável quadro! Assim, raros escritores falam, e raríssimos artistas pintam.

Sendo tão humano êste expressivo quadro apresenta-se ao meu espírito como um *mistério doloroso* do mísero pai. Viverá para os outros filhos, dirão. Resta-lhe êsse refúgio e, com êle, as lamentações do seu violoncelo, que chora, que canta, que arrebatava e que ama!

«A vida é sempre esta espiral de riso e lágrimas! . . .» define-a Júlio Brandão; e por isso dá êsse soberbo *mistério glorioso* ao artista, quando êste, confundindo a sua alma com o seu violoncelo, mais ainda, pondo, dentro do próprio instrumenio, toda a sua alma, extasia e transfigura quem o ouve. O triunfo alcançado num concêrto que Marcelo preparou, cobre de flores e palmas o genial artista. E, como «a vida é sempre esta espiral de riso e lágrimas» é entre as melodias e cânticos dêsse violoncelista glorioso que morre a adorada *Maria do Céu!* . . .

Êstes dois quadros que eu chamarei os dois *mistérios* do grande músico, são jóias da língua portuguesa. Ninguêem as diria com mais brilho, e ninguêem as pintaria com mais arte. Por isso, no princípio desta, eu lhe confessei, meu devotado amigo, que o precioso livro de Júlio Brandão me dominara a alma e me encheira o coração de enternecido e suave pranto.

E chorei! Não sei dizer mais.

Não se ria das confidências da sua

Am.ª Agd.ª

B. L.

Esta redacção dirige as suas homenagens à sua gentil colaboradora, agradecendo-lhe o cumprimento da promessa.

1817 — A CONSPIRAÇÃO DE GOMES FREIRE, 2.<sup>a</sup> edição,  
de RAUL BRANDÃO

Aproxima-se o triste dia 18 de Outubro em que é celebrado o primeiro centenário da injusta e cruel morte do grande soldado e grande patrióta que foi Gomes Freire. Esta página é uma das mais repugnantes da nossa história, e, para que todos a conheçam, bem fez a *Renascença Portuguesa* trazer a lume a segunda edição do livro de Raul Brandão.

É um trabalho honesto de inteligência e consciência, feito com o rigor da crítica histórica. As invejas e despeitos, as intrigas e maldades que levaram Gomes Freire à fôrca, têm o cunho de factos verdadeiros, ainda que cheios de hedionda miséria.

É valiosa a basta documentação com que o illustre escritor enriqueceu o seu livro; e por ela somos levados ao conhecimento exacto de que a alma danada de toda essa trama existiu na figura dum D. Miguel Pereira Forjaz — a quem Gomes Freire chamava «meu primo do coração»! — aliada à inveja dum mesquinho e autoritário Beresford . . .

É um livro que bem merece ser lido por todos os estudiosos, e não seria demais que o fôsse por todos os portugueses que amam a liberdade, para que melhor soubessem glorificar a memória dos *Mártires da Pátria*.

Aceite o Senhor Raul Brandão, com os nossos affectuosos cumprimentos, o protesto reconhecido desta redacção pela oferta do seu «1817 — A conspiração de Gomes Freire».

A GUERRA, de E. SANCHES DA GAMA

Em admiráveis versos, repartidos por dezassete quadras, descreve o Senhor Dr. Sanches da Gama, vate já muito conhecido e apreciado, os feitos bélicos dos povos e dos grandes generais antigos e modernos, e, como bom poeta e homem de coração, sonha com a paz universal, rematando assim as candentes apóstrofes dos seus doridos versos:

E tudo grita: Guerra! Guerra!  
Mordendo o pó nesta ansiedade;  
Quando serás, um dia ó Terra,  
Pátria comum da Humanidade?! . . .

FERNÃO DE MAGALHÃES, de LATINO COELHO

É este o primeiro volume duma colecção dos *Escritos Literários e Políticos* do elegante estilista que foi Latino Coelho, iniciada pelos editores Santos & Vieira, sob a direcção cuidada do distinto professor Arlindo Varela.

O admirável estudo de Latino Coelho sôbre essa benemérita figura de Fernão de Magalhães que «padeceu os opróbrios do rei e dos áulicos» dá-nos a história brilhante dêsse ousado navegador que foi o primeiro que circunavegou o mundo.

É verdade que os louros da insigne façanha os levou êle para Espanha, depois de repellido pelo monarca português; é certo, porém, que a posteridade glorificou o feito dando ao pedaço de mar fundeiro que fecha a América

do Sul, o nome de *Estreito de Fernão de Magalhães* do nome português do primeiro navegador que o atravessou.

O interessantíssimo livro para mais o ser, além dum conceituoso prefácio de Júlio Dantas, abre com uma advertência de Arlindo Varela que em linguagem clara e sugestiva encarece — e com toda a justiça — a resolução, por êle aconselhada aos editores, de trazerem à publicidade os *Escritos Literários e Políticos*, de Latino, para que de todos sejam conhecidas todas as joias buriladas pelo facundo artista. Antecede ainda o texto um estudo biográfico de Teixeira de Vasconcelos, outro de Bulhão Pato, e, finalmente uma carta autobiográfica.

*A ALMA DAS COISAS*, de PAULO MANTEGAZZA. Versão do italiano  
de ARLINDO VARELA

Raras, talvez, serão as obras do famoso fisiologista e psicólogo italiano que não tenham tido a carinhosa tradução de ilustres escritores ou professores portugueses, sendo todas elas editadas pelos Srs. Santos & Vieira.

O livro agora publicado com o título *A alma das Coisas* é um galante cofre, aberto às mais caprichosas fantasias, entrelaçadas com estranhas realidades, não vistas pelo homem de sciência, mas pressentidas e iluminadas pelo fulgurante espírito de poeta que é o autor.

«Neste modesto volume, explica Mantegazza, não vos apresento senão as vibrações da minha alma, e seria, na verdade, muito soberbo, e talvez até ridículamente presunçoso se pretendesse recolher na rêde das minhas palavras todas as respostas que as almas dão às coisas».

Desta sorte o fecundo professor numa engenhosa série de capítulos, que começa pela *alma das côres* e termina pelo *esqueleto das almas* disserta, prendendo a atenção do leitor, sôbre almas que não são do outro mundo! . . .

A tradução do infatigável e inteligente professor que se chama Arlindo Varela, é bem feita: a linguagem decorre, em todo o livro, serena, clara e agradável.

Não quero deixar passar uma nota de coração do Sr. Arlindo Varela que oferece o livro a sua filha, a Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Alice Varela, sua assídua colaboradora na tradução das obras de Mantegazza.

*MISCELANEA*, de GARCIA DE RESENDE.  
Editor França Amado, Coimbra

Há anos já que o douto professor da Universidade coimbrã, Sr. Dr. Mendes dos Remédios tem vindo a publicar diversos livros duma apreciável colecção que denominou *Subsídios para o estudo da História da Literatura Portuguesa*, e da qual a *Miscelânea*, de Garcia de Resende, agora trazida a lume, é o 19.º volume.

Encarecer e louvar a utilíssima e patriótica iniciativa do Senhor Dr. Mendes dos Remédios, é, por certo, desnecessário. Os trabalhos de s. ex.<sup>a</sup>, como

BEBAM AGUA DO ALARDO

os de todos os verdadeiros estudiosos, não são feitos para louvores de estranhos: contentam-se, e fartamente, com a satisfação da própria consciência. Não é, porém, menos certo que ninguém pode pôr em dúvida os altíssimos serviços do ilustre professor que vai dando ao conhecimento de todos raras preciosidades que só por poucos podiam ser admiradas.

A *Miscelânea*, de Resende, agora apresentada, além dum admirável prefácio do Sr. Dr. Mendes dos Remédios, narra, num prólogo, dedicado ao rei D. João II, e em trezentas e onze décimas, «variedade de histórias, costumes, casos e coisas que em seu tempo aconteceram».

O volume contém ainda muitas notas e esclarecimentos do sábio professor.

Louvores e estímulos dirijo eu ao editor sr. França Amado, os quais êle bem merece pela prestimosa cooperação dada ao iniciador da preciosa collecção.

*O CORAÇÃO DE PORTUGAL*, Evocações e Panteismos  
da Beira Viziense, de A. CAMPOS

O autor reivindica para «as portuguesissimas terras de Vizeu» o privilégio de serem *O Coração de Portugal* por julgar a Beira a província «mais portuguesa do país, e canta, em prosa florida, a beleza das paisagens beirôas. Porém, afirma o Sr. A. Campos, é aos arredores desta terra de Grão Vasco que especialmente dedicamos, nestas páginas modestas, o lírico louvor do nosso coração filial enternecido».

Êstes cânticos e louvores redobram de veemência e admiração quando se dirigem às «formidáveis figuras históricas da Beira—VIRIATO, O DECEPADO, GRÃO VASCO—a esplêndida trilogia nacional que resume o patriotismo, a heroicidade, o génio da raça portuguesa na sua expressão mais alta e poderosa, no seu fundo mais belo e cristalino».

É um livro que comove e encanta.

*MORAL ASPECTS OF THE EUROPEAN WAR*

A Casa editora de Londres Tifisher Unwin, L.<sup>d</sup> acaba de publicar a tradução inglesa da erudita e eloquente conferência realizada pelo nosso ilustre colaborador Henrique Lopes de Mendonça na Academia de Estudos Livres. Esta homenagem a um dos mais puros escritores da nossa língua, e ao homem que desde todo o princípio da guerra, nunca hesitou em defender e exaltar a causa dos aliados, é absolutamente merecida, além de constituir, também, um grande serviço prestado ao nosso país. Felicitamos vivamente Lopes de Mendonça pela divulgação do seu belo trabalho.

ELIZIO DE CAMPOS.

BEBAM AGUA DO ALARDO

# Indice do Volume VI

## Número 21

	Pags.
<i>Portugal et France</i> , Philéas Lebesgue . . . . .	707
<i>O autor oculto do «Crisfal»</i> , Patrocínio Ribeiro . . . . .	710
<i>Sonetos humildes</i> , Costa Santos . . . . .	726
<i>A ama do Rei Dom Manuel</i> , Santos Farinha . . . . .	727
<i>Mare Nostrum</i> , António Patrício . . . . .	736
<i>Uma instituição que nos afirma: a Escola Oficina n.º 1, em Lisboa,</i> Luís Cardim . . . . .	746
<i>Museus de mobiliário</i> , Guedes de Oliveira . . . . .	752
<i>O Carreiro</i> , Seves de Oliveira . . . . .	761
<i>A Confederação Luso-Brasileira</i> , Henrique Lopes de Mendonça . . . . .	771
<i>Contos a uma rapariga loira</i> , Júlio Dantas . . . . .	774
<i>Nilo Pessanha</i> , Redacção . . . . .	781
<i>O mês literário</i> , Joaquim Manso . . . . .	783
» » » Júlio Brandão . . . . .	785
<i>Crónica Musical</i> , Humberto de Avelar . . . . .	785
<i>O mês artístico</i> , Aquilino Ribeiro . . . . .	788
<i>Revista das revistas</i> , Redacção . . . . .	792
<i>Notícias &amp; Comentários</i> , Redacção . . . . .	794
<i>Suplemento ao n.º 21—Uma cruzada bem dita</i> . . . . .	(separata)

## Número 22

<i>Portugal na Guerra</i> , uma carta do poeta Augusto Casimiro . . . . .	805
<i>Aux Soldats Portugais</i> , Pierre Halary . . . . .	807

## ATLANTIDA

<i>Porque resistiram os belgas aos alemães</i> , Emilio Costa . . . . .	808
<i>Para a História da Numismática Portuguesa</i> , J. Leite de Vasconcelos . . . . .	813
<i>Frei Satanás</i> , Wenceslau de Queiroz . . . . .	818
<i>Ceuta</i> , Vieira Guimarães . . . . .	819
<i>O Carreiro</i> , Seves de Oliveira (conclusão) . . . . .	828
<i>Rubayet para Nur-Bi de Amèdabad</i> , Alberto Osorio de Castro . . . . .	839
<i>Confederação Luso-brasileira</i> , Dr. Betencourt Rodrigues e Magalhães Lima . . . . .	811
<i>O autor oculto do «Crisfal»</i> (continuação), Patrocínio Ribeiro . . . . .	848
<i>No man's land</i> , Augusto Casimiro . . . . .	865
<i>Mealheiros</i> , Luís Chaves . . . . .	866
<i>Aproximação artística entre Portugal e Brasil</i> , Navarro da Costa . . . . .	875
<i>Morte florida</i> , João Saraiva . . . . .	880
<i>Os sinos</i> , Severo Portela . . . . .	881
<i>Posse</i> , Antonio Ferros . . . . .	884
<i>Relatório do Cônsul de Portugal no Maranhão</i> , M. Fran Pacheco . . . . .	885
<i>Conferência G. Dumas</i> , Redacção . . . . .	888
<i>De relance</i> , Eduardo de Noronha . . . . .	892
<i>Mês literário</i> , Júlio Brandão . . . . .	894

## Número 23

<i>Évora</i> , M. Teixeira Gomes . . . . .	899
<i>A grande crise</i> , José de Campos Pereira . . . . .	909
<i>Aurora d'oiro</i> . . . . .	} J. M. Sant' Iago Prezado . . . . . } 917
<i>Súplica das Estrélas</i> . . . . .	
<i>O autor oculto do «Crisfal»</i> (conclusão), Patrocínio Ribeiro . . . . .	919
<i>O Divino filho de Afrodite</i> , Alvaro Hogan . . . . .	940
<i>O ensino do desenho mecânico</i> , Thomaz Bordallo Pinheiro . . . . .	949
<i>Andorinhas</i> , Joaquim Costa . . . . .	958
<i>Religião e política</i> , Alfredo Howell . . . . .	959
<i>Confederação luso-brasileira</i> , Alberto de Oliveira . . . . .	964
<i>O responso do poeta Verhaeren</i> , Luís de Almeida Braga . . . . .	967
<i>Contos a uma rapariga loira</i> , Júlio Dantas . . . . .	972
<i>Na Meca dos dispepticos</i> , Ricardo Jorge . . . . .	977
<i>Mês literário</i> , Joaquim Manso . . . . .	978
<i>De relance</i> , Eduardo de Noronha . . . . .	990

## Número 24

<i>Documentos inéditos sobre a geneologia de Gomes Freire d' Andrade</i> , J. Salazar de Souza . . . . .	995
<i>Os povos da Península Ibérica entre o ano 700 A. C. e a conquista romana</i> , Vergílio Correia . . . . .	1024

ATLANTIDA

<i>Ramalho Ortigão (O Repouso do Gladiador)</i> , Jaime de Magalhães Lima	1031
<i>O Fogo de Santelmo</i> , Jaime M. Vasconcelos . . . . .	1046
<i>A tragédia do Inverno</i> , Mansueto Bernardi . . . . .	1056
<i>Os portugueses no Mediterrâneo</i> , Eduardo de Noronha . . . . .	1058
<i>O Vira</i> , Augusto Pinto . . . . .	1068
<i>O Estado casamenteiro</i> , Arlindo Camilo Monteiro . . . . .	1071
<i>O mês literário</i> , Elizio de Campos . . . . .	1084



# ATLANTIDA Encadernações e Capas

MENSARIO ARTISTICO,  
LITERARIO E SOCIAL  
PARA  
PORTUGAL E BRAZIL

(ESTÃO PUBLICADOS OS VOLUMES I A VI)

Cada capa . . . . . \$45 Cada encadernação \$65  
Pelo correio . . . . . \$47 Pelo correio . . . . . \$71

CADA VOLUME ENCADERNADO . . . . . 1\$65  
PELO CORREIO . . . . . 1\$71

PRIDOS Á ADMINISTRAÇÃO:

**Largo Conde Barão, 49 — LISBOA**  
**e Rua Gonçalves Dias, 78 — RIO DE JANEIRO**

NOTA: — A fim de evitar as despesas de cobrança, lembramos a conveniência de fazer acompanhar os pedidos de capas ou encadernações da respectiva importância.

## SUMÁRIO DO NÚMERO 23

<i>Évora</i> . . . . .	M. Teixeira Gomes
<i>A grande crise</i> . . . . .	José de Campos Pereira
<i>Aurora d'oiro</i> . . . . .	} J. M. Sant'Iago Prezado
<i>Súplica das Estrélas</i> . . . . .	
<i>O autor oculto do «Crisfal» (conclusão)</i> . . . . .	Patrocínio Ribeiro
<i>O Divino filho de Afrodite</i> . . . . .	Alvaro Hogan
<i>O ensino do desenho mecânico</i> . . . . .	Thomaz Bordallo Pinheiro
<i>Andorinhas</i> . . . . .	Joaquim Costa
<i>Religião e política</i> . . . . .	Alfredo Howel
<i>O inquérito da «Atlantida», Confederação Lu- so-brasileira</i> . . . . .	Alberto de Oliveira
<i>O Responso do poeta Verhaeren</i> . . . . .	Luís de Almeida Braga
<i>Contos a uma rapariga loira</i> . . . . .	Júlio Dantas
<i>Na Meca dos dispepticos</i> . . . . .	Ricardo Jorge

### REVISTA DO MÊS

<i>Mês literário</i> . . . . .	J. M.
<i>De relance</i> . . . . .	Eduardo de Noronha

*Desenhos de:* Alberto de Souza, Santos Silva, Moraes e Raul Lino.

## AGÊNCIA NO SUL DO BRASIL BRAZ LAURIA

Rua Gonçalves Dias, 78

RIO DE JANEIRO

CONDIÇÕES DE ASSINATURA  
Um ano (12 numeros) . . . . . 12\$000  
Semestre . . . . . 7\$000

Número avulso 1\$500

